



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

LUCAS MARTINS SANTOS MELO

“EM ARACAJU, TODO MUNDO É TABARÉU, EXCETO QUEM NÃO É!”:

Um estudo acerca da disputa simbólica entre tabaréus e cidadãos

**São Cristóvão
2016**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

M528e

Melo, Lucas Martins Santos

"Em Aracaju, todo mundo é tabaréu, exceto quem não é!":
um estudo acerca da disputa simbólica entre tabaréus e
cidadinos / Lucas Martins Santos Melo; orientador Ulisses
Neves Rafael. -- São Cristóvão, 2016.

114 f.: il.

Dissertação (mestrado em Antropologia) - Universidade
Federal de Sergipe, 2016.

1. Antropologia simbólica. 2. Civilização moderna. 3.
Interação rural-urbana. 4. Aracaju (SE). I. Rafael,
Ulisses Neves, orient. II. Título.

CDU 572.024(813.7)

LUCAS MARTINS SANTOS MELO

“EM ARACAJU, TODO MUNDO É TABARÉU, EXCETO QUEM NÃO É!”:

Um estudo acerca da disputa simbólica entre tabaréus e cidadãos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael

**São Cristóvão
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA



LUCAS MARTINS SANTOS MELO

"EM ARACAJU, TODO MUNDO É TABARÉU, EXCETO QUEM NÃO É!": UM ESTUDO ACERCA DA DISPUTA SIMBÓLICA ENTRE TABARÉUS E CIDADINOS?"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 31. 05. 2016

Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael (Orientadora/Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFS

Prof.ª Dr.ª Luciana de Oliveira Chianca
Universidade Federal da Paraíba/UFPB

Prof. Dr. Gilson Rambelli
Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais “tabaréus”, Zacarias e Maria Angélica; ele de Laranjeiras, ela de Itabaiana. Ambos me transmitiram algumas práticas culturais que tanto aprecio e que tenho prazer em reproduzi-las.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, sobretudo, minha irmã, Ana Carolina, aos meus tios e tias, primos e primas, tanto pelo lado paterno quanto do lado materno, que sempre estiveram presentes nesta caminhada rumo ao título de Mestre; pelas estórias da infância e adolescência contadas sobre o cotidiano que me despertaram o interesse pelo objeto (sujeito) pesquisado.

À minha namorada, Mariana, que inclusive, me ajudou na coleta de certos dados, e aos seus familiares: D. Eliana, Dr. Antônio, Victor. Pelo apoio, ajuda e compreensão sempre que foi necessário.

Aos meus amigos da “Gruta”: Thales, Icleuton, Mateus, Júlio César (Juninho), Claudison (Cacau), Ítalo, Lázaro, que me ajudaram na descontração dos momentos de tensão, seja discutindo música, política, futebol ou vídeo-game.

Agradeço também aos “Corneteiros”: Diego (Caça-Misto), Luiz Antônio (Galeguinho que não é Sergipe), Prof. Luís Eduardo, Léo (O polêmico), Gil (Presidente), Ytallo, Bruno (O Impostor), Guilherme (Soneca), Igor (Playboyzinho), Bruno Fabiano, Malabi, Marcelo (Cityado), que tenho o prazer da amizade e convivência deles a cada partida do Sergipe, seja antes, durante e depois dos jogos, “cornetando” (quase) tudo o que estiver relacionado ao Mais Querido.

Aos meus colegas da turma do Mestrado: Renata Mello, Renata Rennó, Josué, Carla, Diego, Fátima, Tainah, Jucimara (Juca), Vanessa, que assim como eu também passaram por algumas situações estressantes na trajetória até o título, mas que sempre com uma boa conversa tais momentos se dispersavam.

Ao PPGA, sua secretaria, no nome de Regiane, e aos professores que o integram: Frank, Ugo, Luiz Gustavo (que fez parte da banca de qualificação desta pesquisa; agradeço os comentários e as sugestões de leituras e técnicas de pesquisa), Brice, Gilson (que também fez parte da banca de qualificação e novamente faz parte da banca examinadora da dissertação, cujos comentários foram muito importantes). Faço um agradecimento especial, ao meu orientador, Ulisses, que desde 2012 (se não me falhe a memória), temos uma relação próxima de confiança um com o outro. Tenho que dizer que sua participação foi fundamental, não só para o desenvolvimento deste trabalho, mas bem como na ampliação dos meus conhecimentos acadêmicos.

À Profª. Drª. Luciana, por ter aceitado o convite de participação da banca, pelo livro baseado na sua tese de doutorado que me concedeu e pelas excepcionais sugestões durante a apresentação do seu trabalho para a turma de Cultura Urbana há um ano, mais ou menos.

Aos entrevistados que aceitaram de bom grado compartilhar conosco os seus relatos e conhecimentos. Por ordem cronológica das entrevistas, à Profª. Drª. Tâmara (DCS/UFS), Alcivan, Zito, Ivanira, Gildethe, Alexandra e Pe. Valdemir.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Arquivo Público Estadual e Municipal, e da Biblioteca Central da UFS, que sempre foram solícitos comigo.

Por último, mas não menos importante, agradeço efusivamente a CAPES e a FAPITEC-SE, pela bolsa concedida cuja sem a qual eu não seria capaz de concluir esta pesquisa.

Após tantos agradecimentos, peço desculpas se por ventura não citei algum colaborador desse trabalho. Foram tantas pessoas que temo por não lembrar algum.

RESUMO

Em Aracaju é utilizado corriqueiramente o termo *tabaréu* para se referir àquele oriundo do interior, da roça, do campo, que possui uma conduta, no meio urbano, acanhada, ingênua, tacanha. A expressão pode ser usada de forma agressiva, como um xingamento, ou de forma jocosa com algum conhecido. No entanto, tem sido observado durante a realização da pesquisa, que quando ocorre o uso do termo é para se fazer uma distinção entre o ser moderno, sofisticado, urbano, cidadão e pretensamente cosmopolita, daquilo que não pertence a essas categorias. Um uso marcado para diferenciação simbólica. É comum se ouvir expressões a respeito do tabaréu no Estado de Sergipe, como: "o tabaréu deveria ter horário para entrar na cidade, porque só faz atrapalhar o fluxo dela" ou "o tabaréu é o bicho que mais se parece com gente". A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo a investigação sobre as disputas simbólicas envolvendo cidadãos e tabaréus numa cidade projetada para ser capital, o que por si só fomentou a migração no sentido interior-capital. Aracaju é um caso particular porque na capital sergipana, temos a impressão de que alguns dos habitantes da cidade fazem questão de renegar esse passado, quando associado à tradição agrária ou provinciana, embora ainda preservem, inadvertidamente, práticas e costumes considerados "tabaréus", muito provavelmente adquiridos através dos seus ascendentes. Itens como gastronomia, expressões verbais, modos de entretenimento (como a Cavalgada do Aribé), para citar alguns exemplos.

Palavras-chave: tabaréu, Aracaju, modernidade, tradição, rural, urbano

RÉSUMÉ

À Aracaju il est courant d'utiliser le terme *Tabaréu* pour se référer à une personne venant de l'intérieur, du champ, de la campagne, qui a un conduit en milieu urbain timide, naïf ou qui est étroit d'esprit. L'expression peut être utilisée de manière agressive comme une malédiction ou de manière facétieuse avec certains familial. Cependant, il a été observé au cours de la recherche, qui se produit lorsque l'utilisation du terme est de faire une distinction entre être moderne, sophistiqué, urbain, citadin et souhaitablement cosmopolite, ce qui ne fait pas partie de la catégorie *tabaréu*. Utilisation marquée pour la différenciation symbolique. Il est fréquent d'entendre des expressions qui se réfèrent à *Tabaréu* dans l'État de Sergipe, comme «le *Tabaréu* devrait avoir le temps d'aller en ville car il ne fait que ralentir l'écoulement de celui-ci» ou «*Tabaréu* est l'animal qui se ressemble le plus aux gens». De là, la présente étude vise la recherche sur les conflits symboliques impliquant les citadins et les *tabaréus* dans une ville conçue pour être la capitale, qui en elle-même alimenté la migration dans le sens campagne-ville. Aracaju est un cas particulier parce que nous avons l'impression que certains ses habitants sont prêts à nier ce passé, lorsque la ville est associée à la tradition agraire ou à la tradition provinciale, tout en conservant, par inadvertance, des pratiques et des coutumes "tabaréus" très probablement acquis par leurs ancêtres. Les éléments tels que la nourriture, les expressions verbales, les modes de divertissement (comme la Chevauchée d'Aríbé), pour ne citer que quelques exemples.

Mots-clés: tabaréu, Aracaju, modernité, tradition, rural, urbain

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esboço geográfico da capital sergipana no seu "nascimento"	37
Figura 2 – Locomotiva e vagões que transportavam areia do Morro da Borborema	45
Figura 3 – Espaço demarcado onde se encontrava o Morro do Bonfim	46
Figura 4 – Início do desmonte do Morro do Bonfim	47
Figura 5 – Anúncio da venda de um sítio na capital	48
Figura 6 – A ocorrência de práticas culturais populares no início do século XX	51
Figura 7 – Destaque para a insatisfação do jornal para com a situação rústica em que se encontravam alguns pontos da cidade	53
Figura 8 – Atenção ao trecho que fala do rebuliço do comércio aracajuano com a chegada da Petrobrás	54
Figura 9 – Manchete do jornal <i>Diário de Aracaju</i>	56
Figura 10 – “Petrobrás vai sair de Sergipe”	57
Figura 11 – Notícia da seca que assolava parte do interior	59
Figura 12 – Mapa que destaca nas linhas em vermelho as avenidas iniciais do período de verticalização da cidade	63
Figura 13 – Mapa destacando os conjuntos residenciais que formam a Grande Aracaju fora dos limites territoriais do município	64
Figura 14 – Um exemplo da modernidade voraz na <i>Tabarôa vestida de chita e calçada por tamancos</i>	66
Figura 15 – “Cavalgada marca hoje posse de empresário como deputado”	77
Figura 16 – Um exemplo do “assumir” ser tabaréu nos festejos juninos	79
Figura 17 – O uso do termo tabaréu como sinônimo de folião junino	81
Figura 18 – Imediações do Curral	82
Figura 19 – A expansão urbana do antigo Aribé	82
Figura 20 – A primeira edição da Cavalgada do Aribé	84
Figura 21 – Trajeto do cortejo da Cavalgada do Aribé destacado	85
Figura 22 – Mapa do trajeto da Cavalgada do Aribé em relação aos calçadões do Centro da cidade e Praça Fausto Cardoso, destacados em amarelo	86
Figura 23 – Nota no jornal anunciando a festa	87
Figura 14 – Fotografia de um trecho dos partícipes da Cavalgada do Aribé, durante a passagem pela Avenida Augusto Franco	88

Figura 25 – Mapa de Aracaju situando as cavalgadas citadas, em vermelho; e os bairros, os populares, em bordô, e os privilegiados, em verde	89
Figura 26 – Parte do cortejo da Cavalgada da Rua João Andrade	90
Figura 27 – A participação das carroças na cavalgada	91
Figura 28 – Imagem registrada do trecho da Rua São Cristóvão	92
Figura 29 – Foto da Cavalgada do Aribé próximo à Avenida Augusto Franco	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de PIB nas décadas de 1970 e 1980	56
Tabela 2 – Gráfico do crescimento populacional de Aracaju no século XX	58
Tabela 3 – Conjuntos habitacionais construídos a partir da década de 1960	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. A QUESTÃO ANTROPOLÓGICA DO <i>TABARÉU</i>	19
1.1. O ESTRANHAMENTO INICIAL: OS INTELECTUAIS DO LITORAL ENXERGAM O HOMEM DO CAMPO	19
1.2. MIGRAÇÃO: A MATUTADA VAI À CIDADE.....	25
2. FAMILIARIZANDO-SE COM A CAPITAL	36
2.1. OS ANOS INICIAIS	36
2.2. ARACAJU PÓS-CHEGADA DA PETROBRÁS	53
3. SOBRE O CONTEXTO DO <i>TABARÉU</i> NA CIDADE DE ARACAJU.....	66
3.1. O QUE HÁ DE DIFERENTE NESSE NOVO PERSONAGEM?	66
3.2. O <i>TABARÉU</i> FESTIVO: O CASO DA CAVALGADA DO ARIBÉ.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
OUTRAS FONTES DE PESQUISA.....	106
FONTES ELETRÔNICAS	106
JORNAIS DE SERGIPE	106
FONTES ESTATÍSTICAS.....	107
FONTES ORAIS.....	107
APÊNDICE – UM CASO SEMELHANTE AO DE ARACAJU: O <i>MANEZINHO</i> DA ILHA DE SANTA CATARINA	108
ANEXO	110

INTRODUÇÃO

Em Sergipe, temos algumas expressões peculiares, uma das quais, provavelmente a mais conhecida de todas é “cabrunco”, uma interjeição utilizada para os mais diversos fins. Esse tipo de expressão que já se incorporou no vocabulário do sergipano, é ouvido de norte a sul do estado, seja no litoral ou no sertão. Reza a lenda, que surgiu da palavra *carbúnculo*, doença fatal que aflige o gado. Porém, no uso corrente passou a ser utilizado para quase todas as situações, desde elogio, expressão de espanto ou a até como um palavrão. Supõe-se que esta seja uma das várias heranças interioranas que ainda permeia o cotidiano do aracajuano.

Ao contrário de outras localidades do Brasil que usam os termos *matuto*¹, *caipira*, *jeca*, e até *caboclo*, que é o mestiço do português com o indígena, referindo-se também a um certo tipo de vida e/ou um modo de ser; em Sergipe, de uma maneira geral, utiliza-se mais frequentemente o termo “tabaréu”, cuja adoção na linguagem coloquial local e seus desdobramentos ao longo do tempo, é um dos objetos de análise desta pesquisa, uma vez que seu rastreamento talvez nos conduza a uma compreensão da construção do *ethos* local que passa, fundamentalmente, pela relação da capital com o interior.

O sinônimo de tabaréu é utilizado em nosso país desde o século retrasado e tinha como definição os habitantes de cidades pequenas com hábitos rurais, rústicos (MORAIS FILHO, [1895] 1999). Ou então, como “... o camponês, que trabalha nas terras dos nobres, dos fazendeiros e seringalistas” (MOURA apud CHIANCA, 2013, p. 141). Em Aracaju é utilizado corriqueiramente o termo *tabaréu* para se referir àquele oriundo do interior, da roça, do campo, ou àquele, mesmo que nascido na capital, morador de núcleos populacionais menores. Em ambas as origens o sujeito tachado de tabaréu possui uma conduta, no meio urbano, acanhada, ingênua, tacanha. A expressão pode ser usada de forma agressiva, como um xingamento, ou de forma jocosa, desde que seja com algum conhecido. Foi observado, durante a realização da pesquisa, que quando ocorre o uso do termo é para se fazer uma distinção entre o ser moderno, sofisticado, urbano, citadino e supostamente cosmopolita, daquilo que não pertence a essas categorias. Um uso marcado para diferenciação simbólica. É comum se ouvir expressões achincalhadas a respeito do tabaréu no estado de Sergipe, como: "o tabaréu deveria ter horário para entrar na cidade, porque só faz atrapalhar o fluxo dela" ou "o tabaréu é o bicho que mais se parece com gente".

¹ Neste trabalho quando mencionarmos os termos: “caipira”, “matuto” ou “sertanejo” estaremos nos referindo ao homem do campo. Deixaremos o termo tabaréu especificamente para nos referir ao seu aspecto simbólico na cidade de Aracaju.

No entanto, diferente de outras plagas, na capital sergipana uma das peculiaridades é o grande fluxo incessante entre o interior e a capital, seja em razão do trabalho, para estudar, ou por motivos de saúde. A capital é sempre o local para o qual se convergem as pessoas do interior para sanar algum tipo de obstáculo maior. Isto ocorre porque a cidade em questão, Aracaju, fundada e povoada por toda sorte de forasteiros, ao contrário de algumas capitais, está numa zona central do estado facilitando o seu acesso. Ademais, o tamanho diminuto do estado, conta apenas com pouco menos de 22 mil quilômetros quadrados, onde se verifica um fluxo de deslocamentos mais intensos entre esses dois ambientes, o interior e a capital. Para se ter ideia o município mais distante da Capital, Canindé do São Francisco, localizado no Alto Sertão, fica a 213 quilômetros de distância.

A obra *Sargento Getúlio*², de João Ubaldo Ribeiro, conhecedor profundo da realidade desta cidade em que viveu a sua adolescência, recheia a ficção com vários termos pertencentes do vocabulário comum do sergipano, inclusive tabaréu; expressão que para os parâmetros aracajuanos, recairiam sobre o próprio protagonista da estória pelo seu tipo de conduta, pois, de acordo com o enredo, ele teria como última tarefa antes da aposentadoria a prisão e a transferência de um rival político de seu chefe, de Paulo Afonso à Aracaju. Só que no decorrer da trama, ele sente que talvez o acordo previamente acertado não se cumpra, mas diante da incerteza, já que não se encontrou pessoalmente com o seu chefe, permanece com o seu objetivo inicial; mesmo sem ter a confirmação do que fazer. E por aferrar-se a um código de honra, considerado obsoleto naquele momento, que perdeu o sentido com a modernidade, encaminha-se para um triste fim, praticamente sozinho, apenas com suas fortes convicções de homem do interior, arrastado simultaneamente pela incompreensão do funcionamento de um novo modelo de relações sociais e da reformulação da política local.

Uma explicação dada a essa situação do clientelismo urbano pode ser encontrada em Oliven (2010), o qual acontece devido à intensidade e velocidade da urbanização nas cidades que estão recebendo grandes quantidades de migrantes rurais, sendo que parte deles foi absorvida por relações de trabalho inéditas para eles; deparando-se com um novo mundo, nas quais em algumas situações as relações antigas já não servem e em outras elas ainda são compreendidas. Portanto, esse viver na indecisão dos períodos iniciais da urbanização em uma nova cidade pode causar problemas tanto sociológicos quanto psicológicos, como o caso retratado em *Sargento Getúlio*.

² Agradecemos a Prof^a. Dr^a. Tâmara de Oliveira (DCS/UFS) pela entrevista concedida que foi muito importante para nos explicar sobre a relação da obra de João Ubaldo Ribeiro com Aracaju e a dicotomia tradição-modernidade.

Essa diferenciação entre capital e interior se inicia a partir do século XIX quando a zona rural no Brasil começa a sentir os efeitos de crises, tanto econômicas quanto sociais, que culminaram em algumas revoltas ao redor do país. O latifúndio de outrora já não era mais o mesmo, enquanto isso cada vez mais a zona urbana aglomerava maior quantidade de pessoas e chamava mais atenção, inclusive do poder público. Há o surgimento de ideias referentes à urbanização, especificamente às diferenças entre a vida rural e urbana, e também à difusão do modo de vida urbana. A revolução industrial na Europa e o contato cada vez maior entre os dois continentes fazem acelerar o processo de urbanização nacional (FREYRE, 1985). A elite sempre desejando *ser, parecer, estar* na Europa e, conseqüentemente, *afastar-se, sair* da civilização “atrasada” do Brasil para *pertencer* a uma realidade “civilizada”.

Estes dois processos, a industrialização e a urbanização, causaram uma reviravolta na sociedade brasileira, pois além da ruptura do total isolamento anterior da zona rural, eles motivaram a estagnação no sistema produtivo agrário que levaram ao ajustamento dos novos valores de conduta com os velhos. No bojo das definições de urbanização podem surgir dois sentidos diferentes: o primeiro seria tomado como uma concentração espacial de uma população limitada a partir da sua própria dimensão e densidade; o outro sentido, e que se aproxima mais da nossa temática, é a urbanização identificada como a difusão de um sistema de valores e comportamentos específicos consagrados a quem vive nas cidades – o que alguns podem denominar também de *cultura urbana* (CASTELLS, 2009). Um dos problemas é que essa oposição entre campo e cidade faz mais afastar os pontos positivos de cada um do que aproximá-los, mostra uma dicotomia infrutífera cientificamente que tende a desmerecer um dos lados, geralmente o lado rural, quando na verdade um lado é complementar ao outro.

Talvez pudéssemos colocar como possibilidade de afirmação um enunciado, parafraseado de Eduardo Viveiros de Castro³: "Em Aracaju, todo mundo é tabaréu, exceto quem não é". Justificamos. É que na capital sergipana, temos a impressão de que alguns dos habitantes da cidade fazem questão de renegar esse passado, quando associados à tradição agrária ou provinciana, embora ainda preservem, inadvertidamente, práticas e costumes considerados “tabaréus”, muito provavelmente adquiridos através dos seus ascendentes. Itens como gastronomia, expressões verbais, modos de entretenimento, como a Cavalgada do Aribé, para citar alguns exemplos. Ou seja, eles “... vão se imiscuindo no ambiente urbano, no esforço de se confundirem com o *ethos* urbanístico e progressista da nova capital. (...) [Com o

³A frase original do prestigiado antropólogo brasileiro é: “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é!”.

intuito] de abafar os traços de provincianismo que o identificaria com a condição anterior de existência” (RAFAEL, 2009, p. 283).

O nosso campo escolhido, Aracaju, é uma cidade que foi construída para ser símbolo do progresso liberal e um exemplo de modernidade da província no século XIX, para ser, uma cidade portuária e administrativa privilegiada pela sua localização, junto à foz do rio Sergipe, com o intuito de melhor escoar os produtos agrícolas da região. Para ela foi transferida todo o *staff* burocrático vindo de São Cristóvão, cidade que guardava toda uma atmosfera barroca e reminiscência do período que permaneceu sob jugo da província vizinha, Bahia, e de sua capital, Salvador. A intenção subjetiva de se fundar uma nova capital era a de que a província de Sergipe possuísse de uma vez por todas a autonomia, que ainda era restrita, pelo menos no campo econômico, pois praticamente toda a produção do açúcar ainda era enviada aos trapiches da capital baiana para ser armazenada e pesada. Pesagem esta sempre suspeita quanto aos reais valores, já que de acordo com os comentários dos sergipanos, os baianos os engambelava, ou no mínimo, havia esta tentativa. Foi apenas a elite latifundiária da época que, adquirindo alguns terrenos em meio às dunas e mangues onde futuramente seria fundada a nova capital que permitiu o sucesso do empreendimento, tendo a sua frente, os nobres do baronato do açúcar como José Gomes de Melo, o Barão de Maruim, e José Trindade do Prado, o Barão de Propriá. Que à época da transferência da capital, ocupavam os cargos de primeiro e terceiro vice-presidentes da província, respectivamente.

Apesar desses fatos que mostram um processo vagaroso de ocupação do território, apenas a partir das duas primeiras décadas do século XX é que a nova capital vai tomando corpo como tal e adquirindo elementos da modernidade, como energia elétrica, água encanada, telefonia, transporte público, mercado, etc. Período marcado pela fase final da *Belle Époque* no país, mas que, mesmo com a demora dos seus sinais na cidade⁴, reverberou na capital sergipana. Nesse período também é que se tem notícia da primeira leva destacada de imigrantes vindos do interior sergipano protagonizado principalmente por grupos familiares proeminentes no comércio e pecuária que viram seus rendimentos caírem onde estavam anteriormente (DANTAS, 2004).

É na cidade de Aracaju que o estado de Sergipe vai ter em seu território uma sociedade urbana. Claro que não podemos nos esquecer da sociedade que se constituiu em São Cristóvão e no Vale do Cotinguiba em torno das elites rurais e da mão de obra escrava. Esse novo modelo estrutural de sociedade que se forma na nova capital se estabelece marcadamente, por

⁴ Cf. MELO, 2013.

voltada segunda década do século XX, momento de estabelecimento das fábricas de tecido em Aracaju; quando é possível identificar todas as etapas desse modelo de produção, desde a fabricação até o consumo dos bens, dentro da própria cidade. É também a partir desse momento que se encontram algumas das benesses da modernidade, como energia elétrica e água encanada. Sem nos olvidar que o sentido de sociedade urbana também denota a formação de um determinado sistema de valores e relações sociais que possui sua própria lógica de organização.

A situação local é um espelho do modelo nacional de urbanização atrelada ao elemento da industrialização, que se instaura de forma mais clara a dicotomia entre cidadãos e tabaréus. É nesse instante que surgem as críticas da elite social e intelectual, a qual vê com “maus olhos” a presença desse tipo social pelas ruas brasileiras, enxerga-o como um estorvo, elemento que atrasa o progresso, que atrapalha o objetivo de alcançar o mesmo patamar do desenvolvimento e civilização europeus. Para se ter uma ideia do incômodo do tabaréu na política do Estado brasileiro, em plena campanha presidencial de 1919, Rui Barbosa perguntou para a audiência do Teatro Lírico do Rio de Janeiro se o Brasil “... conhecia ‘aquele tipo de raça’, que, entre as formadoras da nossa nacionalidade, se perpetua a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso” (LOBATO, [1918] 2009, p. 13).

Outro período que contribuiu para o adensamento de Aracaju foi o pós-1930, que é marcado pelo golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas contra as oligarquias rurais que comandavam o Brasil, sobretudo a famigerada política do café com leite entre paulistas e mineiros. É a partir desse período, que a presença do Estado nas cidades é intensificada, principalmente em razão da regulamentação das relações trabalhistas, como a criação do salário mínimo, carteira de trabalho, limitação da jornada diária, direito a férias remuneradas e previdência social, são os principais exemplos. O que acabou influenciando e, até certo ponto, incentivando o adensamento urbano na maioria das capitais brasileiras a partir, mais precisamente, da implantação do Estado Novo, a versão mais autoritária do governo varguista. Como consequência dessa política, a Sergipe coube ser governado por um correligionário do Pai dos pobres, Augusto Maynard, militar e líder da Revolta Tenentista no estado. Nesse momento, a capital se expande em função dos meios de transporte, fato que contribuiu decisivamente para o estabelecimento de Aracaju como centro regional de atração de uma ampla magnitude de influência que ultrapassa as divisas estaduais. O governo Maynard ainda teve uma segunda edição na década de 1940, que continuou promovendo a expansão da capital e a incrementando com novos elementos urbanísticos. É neste processo de crescimento, para além da estrada de ferro, que surge um novo bairro, o Aribé, atual Siqueira

Campos. Este bairro funcionará como uma espécie de filtro, capaz de barrar o fluxo dos remanescentes de todas as áreas rurais do estado, desde o sertão até o centro-sul (VILAR, 2002).

Porém, o grande destaque migratório que Aracaju teve e que será o grande marco de recorte da presente pesquisa foi o período a partir da década de 1960 em que se deu a instalação do escritório da Petrobrás na capital. Os recursos minerais do estado foram a terceira força motriz da economia local, em ordem cronológica, depois do ciclo do açúcar e do ciclo do tecido, a qual denominamos o *boom* da indústria têxtil. A estatal brasileira do petróleo aportou em terras sergipanas a partir das descobertas do ouro negro nas cidades de Riachuelo e Carmópolis, em 1961 e 1963, respectivamente. Ampliou seus negócios com as instalações de empresas auxiliares e com a descoberta de petróleo no mar sergipano no decorrer do tempo. Os fluxos migratórios para a capital e o seu entorno imediato teve um aumento extraordinário decorrente dos altos salários e a estabilidade ocupacional oferecidas pela estatal brasileira do petróleo e por empresas transnacionais que lhes prestavam serviços, como a Halliburton e a Schlumberger.

Além da parte econômica, a Petrobrás teve participação também no fomento de vários aspectos na capital sergipana, como na edificação de novas regiões habitacionais na cidade como os Conjuntos Sol Nascente e Juscelino Kubistchek, por exemplo; no lazer, com a construção do CEPE, mais conhecido como Petroclub; na cultura artística com o fomento aos festivais de músicas, peças teatrais de renome e turnê de cantores e bandas de destaque nacional, como o MPB Petrobrás; e até no âmbito esportivo, como a realização, por três anos, da etapa brasileira da Copa Petrobrás de tênis, e o amistoso de futebol em comemoração ao cinquentenário de fundação da empresa entre Flamengo e Racing, da Argentina. Estes dois eventos esportivos são significativos, pois Aracaju foi escolhida para ser o local de realização destes em detrimento de outras capitais brasileiras de maior porte. Ou seja, pós-1960 quase em todos os pontos da cidade teve o “dedo” da estatal nos mais variados aspectos.

Uma vez feita tal retrospectiva, convém agora apresentar a demarcação espacial desta pesquisa, o qual abarca as regiões externas ao Quadrado de Pirro, cujo nome se deve ao engenheiro responsável pela sua construção, Sebastião Basílio Pirro. O citado conjunto urbanístico, que foi o “berço” da cidade, contava com 32 quadras de 110 metros por 110 metros cada um, com um traçado em formato de tabuleiro de xadrez no centro histórico da capital; onde, inclusive, havia um rígido código normativo de conduta sancionado em 1856, o Código de Postura, para a construção de casas em seu interior, o qual determinava, entre outras coisas: o alinhamento dado pelos fiscais da Câmara; estabelecia o pé-direito mínimo;

dimensões para esquadrias; mandava-se cair as frentes das casas duas vezes por ano e; vedavam a cobertura de palha, fazendo-se questão das fachadas, somente.

Privilegiaremos as regiões que estão ao norte e a oeste dele, como por exemplo, os bairros Siqueira Campos e Getúlio Vargas, já que foram essas localidades nas quais os tabaréus de baixo poder aquisitivo puderam se instalar em razão do baixo custo da moradia; da locomoção facilitada até o centro e para o interior, e; da razoabilidade da infraestrutura básica, embora tendo os problemas cotidianos de qualquer periferia. Deve-se levar em conta também que nessa região esteve localizada o principal ponto de entrada e saída da cidade com a instalação da nova estação ferroviária em 1950, defronte a Praça dos Expedicionários, onde atualmente está o prédio abandonado da companhia Ferrovia Centro-Atlântica; no entanto, ainda é conhecida pelo nome da empresa proprietária anterior a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, ou popularmente a Leste. E contemporaneamente, região que também conta com a precípua rota rodoviária da cidade, a Avenida Osvaldo Aranha.

Faz-se necessário para o decorrer da pesquisa apresentar e explicar, mesmo que genericamente, o conflito entre dois pólos dicotômicos que se farão presentes neste trabalho: a tradição e a modernidade; dois elementos que são considerados como extremos opostos de um *continuum* na nossa ciência. Para este contexto que apresentaremos ambos estão presentes, pois, como já mencionado, e ainda será detalhada no segundo capítulo, Aracaju é uma cidade fundada para ser um símbolo da modernidade em termos de arquitetura e urbanismo no século XIX pelo Poder Público. Só que ela foi e continua sendo povoada, em sua maioria, pelo que era e é considerado como “atraso”, que faz referência à tradição, ao passado. Esse atraso era representado pelos imigrantes rurais pobres e suas práticas culturais consideradas defasadas. A cidade tem um discurso de modernidade, mas as práticas de uma tradicionalidade.

Portanto, para iniciarmos, começaremos pelo o que seria essa ideia de tradição, que sempre, quando vem à tona, faz referência a algo passado ou que vem *do* passado, isto é, um termo referencial de transmissão de patrimônios culturais, imateriais e/ou materiais, por gerações. O veículo basilar dessa transmissão é a linguagem falada, sendo seguida pela memória, individual e coletiva, mas também não podemos nos esquecer da linguagem escrita como mantenedora e transportadora da tradição.

O elemento conflitante da tradição é a modernidade, que é o elemento basilar da ideologia da modernização, cujo intuito é o de justificar o desenvolvimento ou o atraso de uma determinada sociedade e, para acrescentar tal tarefa, ainda oculta as reais causas de uma ocasional situação desfavorável. O que tem, como consequência, a explicação através das diferenças culturais entre as sociedades, que seriam a razão do suposto atraso de uma e do

pretensão desenvolvimento de outra. Essa ideologia tem como proposta um modelo a-histórico e linear de mudança social sustentado em um determinismo cultural. Ela é utilizada como recurso teórico e prático de uma dicotomia que dá uma visão dualista dos fenômenos que são bem mais dinâmicos e complexos. Além disso, a modernidade se caracteriza por ser identificada em duas dimensões, uma no plano entre sociedades e a outra no plano entre indivíduos. Em ambos, ela serve como instrumento comparativo de acordo com determinados indicadores tanto entre as sociedades como entre os indivíduos (OLIVEN, 2010). É mais um modo de classificação. Esses dois elementos apresentados aqui, tradição e modernidade, são operacionalizados de maneira exclusiva na hora de classificar algum fenômeno, ou é um ou é outro; impossibilitados de atuarem simultaneamente sobre uma mesma manifestação. Sendo bastante comum que, em se tratando de duas posturas teóricas, tidas como antagônicas, o estabelecimento de uma implica na exclusão da outra, geralmente, o moderno suplantando o tradicional. Recordamos que ambas as posições nos oferecem uma visão dualista dos fenômenos que na realidade são mais complexos e dinâmicos do que quando são explicados de modo simples, de maneira estanque, através da divisão dicotômica apenas.

Esta é uma pesquisa pertinente ao nosso modo de ver, já que se faz necessária uma análise da posição desse sujeito no cenário urbano de Aracaju, dado que é notório o afastamento e desdém, pelo menos por parte do poder público, quando o imigrante rural chega à capital. Sem falar na obliteração dessa figura, que só tem a oportunidade de aparecer no período junino de maneira caracterizada. E como está em voga a pretensa “sergipanidade” propalada pelo governo estadual não se leva em consideração esta figura de uma forma positivada mostrando-a como um dos formadores da identidade sergipana. Muito diferente da maneira que é recepcionado o imigrante de qualquer outro centro importante nacional ou internacional.

Alguns textos foram de importância primordial para a construção desta pesquisa. Para mencioná-los estão o clássico de Norbert Elias, *Os estabelecidos e os outsiders*. Trata-se da etnografia em uma pequena cidade da Inglaterra, chamada ficticiamente de Winston Parva, próxima da cidade onde o sociólogo alemão ensinava, Leicester. Nessa comunidade havia uma divisão muito clara entre os moradores mais antigos, os *established*, e os recém-chegados, os *outsiders*. Havia uma relação de distinção entre os dois pólos, produzida pela ação de denegrir a imagem dos “inferiores” na cidade de Winston Parva. Essa divisão se assemelha muito à nossa realidade, porque também não havia nenhuma distinção étnica ou racial entre os dois grupos.

A *configuração*⁵ do tabaréu em Aracaju se parece muito com a situação verificada por Elias e Scotson (2000) em Winston Parva. Ambas são divididas simbolicamente por grupos opostos, no entanto, essa divisão não é de natureza racial, étnica ou entre classes sociais, mas por algo que não possui um “rótulo” identificado previamente. Pelo panorama que pudemos apreender, fizemos uma breve analogia, pegando alguns traços da relação *established/outsiders*; os cidadãos fazem parte de um grande grupo reconhecido, por eles mesmos e por alguns que não fazem parte desse grupo, como "a boa sociedade", a que serve de modelo moral e comportamental para os outros com uma identidade social alicerçada sob a interdependência de certos elementos, como tradição, autoridade e influência. Os tabaréus são o oposto dos cidadãos, os que estão à margem, grupo composto por um conjunto heterogêneo de indivíduos, os quais possuem laços sociais tão ou mais intensos quanto os dos cidadãos, onde a relação de parentesco é corriqueiramente reafirmada ou rememorada, por exemplo. Eis aqui a primeira diferença com o texto de Elias. A segunda é que os outsiders do caso aracajuano, os tabaréus, podem ser referidos no singular. Essas duas categorias opostas se sustentam na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais; isto é, são nas relações de poder, cujos elementos como superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão, são os integrantes da dimensão social da configuração estabelecidos-outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Em contrapartida, como “preço” pela manutenção do reconhecimento desejado, os membros dos grupos superiores tornam-se reféns de seu papel, pois ficam obrigados a reafirmar, a todo o tempo, sua identificação e integração grupal e também a preservar o valor maior do seu grupo, limitando, assim, sua esfera de liberdade nas ações pessoais. O fato é que a importância da opinião interna de um agrupamento sobre o ato de seus membros é tão determinante para que essa pessoa mantenha seu *status* que ela acaba servindo como forma de autocontrole individual. Os autores concluíram que sempre que grupos de pessoas se aglomeram elas são sujeitas a processos de inclusão e exclusão, os quais são o cerne das relações de poder e que são, em maior ou menor extensão, conflitantes.

A situação em Winston Parva se dava da seguinte forma: o grupo dos estabelecidos atribuía ao grupo dos outsiders as características consideradas ruins do seu próprio conjunto, isto os ajudava a construir uma melhor auto-imagem. Ou seja, a imagem do grupo dos estabelecidos estava associada à imagem da boa porção deles, enquanto denegria a imagem do

⁵ Termo recorrente na epistemologia eliasiana que é conhecida como sociologia configuracional (ou figuracional). É um instrumento conceitual que não vê sociedade e indivíduo de formas antagônicas, na realidade é percebida uma interdependência entre as pessoas. No cerne das configurações há um equilíbrio flutuante, elástico, de forças: há um equilíbrio de poder.

outro grupo com o que via de pior na própria porção. O elemento fundamental dessa situação é o equilíbrio instável de poder, que “pende” apenas para um lado, pois é um requisito sem o qual não há a eficácia da estigmatização de um grupo por outro. “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

A chave do problema investigado por Elias e Scotson (2000) era analisar as características que estruturavam essa aversão de um grupo superior pelo outro inferior. Eles denominavam como a *sociodinâmica da estigmatização* as condições em que um grupo impregna um estigma sobre outro. A diferença entre os grupos é que um era bastante coeso, enquanto o outro não. Os “... diferenciais de coesão como fontes diferenciais de poder” (Ibid., p. 24). A sociodinâmica da relação entre os grupos em questão é determinada pela forma de vinculação.

A configuração em Aracaju é a seguinte: há uma situação *sui generis* porque não há, *a priori*, uma coletividade coesa de estabelecidos. Partindo para uma caracterização dos tipos ideais: os "estabelecidos" da capital são os cidadãos, que já contam com uma herança familiar bem estabelecida na capital, geralmente pertencentes à classe média que vão se auto-atribuindo valores distintos sempre com referência à modernidade com intuito de se diferenciarem dos *outsiders* em questão, os tabaréus. Interessante perceber que um indivíduo mesmo não querendo se situar dentro do *campo*, a própria *configuração* o situaria independente da sua vontade. Curioso que na cidade, ninguém quer a pecha de tabaréu, mesmo possuindo todas as qualidades latentes de um. As construções de fantasias enaltecidas e depreciativas exercem um *role* patente na elaboração das relações de poder, quase sempre com um caráter diacrônico e modernizador. Sobre essas construções de fantasias distintas, os etnógrafos da configuração de Winston Parva afirmam que

Num ambiente relativamente estável, o código de conduta mais sofisticado e o maior grau de autocontrole costumam associar-se a um grau mais elevado de disciplina, circunspeção, previdência e coesão grupal. Isso oferece recompensas sob a forma de status e poder para contrabalançar a frustração das limitações impostas e da relativa perda de espontaneidade (ELIAS; SCOTSON, p. 171).

Talvez esta seja uma das razões, ou até a razão, pela qual os tabaréus mais remotos quando aportaram na capital não conseguiram se integrar a princípio, em decorrência da ausência dessas qualidades.

As pessoas ‘inferiores’ tendem a romper tabus que as ‘superiores’ são treinadas a respeitadas desde a infância. O desrespeito a esses tabus, portanto, é um sinal de inferioridade social. Com frequência, fere profundamente o sentimento de bom gosto, decência e moral das pessoas ‘superiores’ – em suma, seu sentimento dos valores afetivamente arraigados. Desperta nos grupos ‘superiores’, conforme as circunstâncias, raiva, hostilidade, repulsa ou desdém; enquanto a adesão a um código comum facilita a comunicação, infringi-lo cria barreiras (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 171).

Há a possibilidade de que a demora no entendimento desse código comum por parte do tabaréu tenha criado esse distanciamento entre o cidadão e ele. Além de um possível despreparo para uma nova conjuntura mundial, que a cada dia que passa se torna mais feroz, onde a mobilidade social é cada vez mais acentuada. "Frente às dificuldades de um mundo altamente móvel e em ritmo acelerado de mudança, tende-se a buscar refúgio na imagem de uma ordem social que nunca se altera e a projetá-la num passado que nunca existiu." (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 176).

Segundo os autores, essa é uma situação universalista: a de um homem ou um grupo querer se destacar dos outros, alguém que se possa olhar abaixo.

... [essa situação] é tão difundida e enraizada que, entre as diversas sociedades existentes na face da Terra, não se encontra praticamente nenhuma que não tenha encontrado um meio tradicional de usar uma outra sociedade como sociedade outsider, como uma espécie de bode expiatório de suas próprias faltas. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 208-209).

O interessante é que mesmo esse aspecto da necessidade de se elevar o próprio valor moral e de auto-estima seja tão presente na estrutura da personalidade humana ainda não se possui uma conceituação adequada (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Outro material fundamental para nós foi o artigo de George Foster, *What is folk culture?*, que conceitua o que é a cultura *folk*, ou rústica⁶, como a ela Antonio Candido ([1964] 2001) se refere. O primeiro faz uma análise assaz interessante desse tipo de cultura, meio urbana e meio rural, distinguindo-a das definições passadas que a incluíam no mesmo “balaio” das ditas culturas primitivas.

Inclusive o próprio Candido, que já foi citado, foi importante para o desenvolvimento do nosso trabalho com a sua obra *Os parceiros do Rio Bonito*, pesquisa precursora dos estudos sobre comunidades rurais. Na qual ele faz uma observação direta sobre o cotidiano daquela população e, por fim, uma preciosa crítica sobre a questão caipira no estado de São Paulo, acrescentada com uma análise econômica de todo contexto relacionando, na conclusão,

⁶ Foster foi um das principais influências teóricas da *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido. (Cf. CÂNDIDO, [1964] 2001).

com o tema migracional. Este texto nos foi importante por iniciar a trajetória das pesquisas no “campo” caipira e por trazer perspectivas desmistificadoras sobre a questão cultural.

Obra relevante também para esta pesquisa foi escrita por Eunice Durham, *A caminho da cidade*. Nela, a autora se debruça sobre os migrantes na cidade de São Paulo. Ou seja, trabalha com migrantes em um contexto urbano, no que se assemelha com a nossa pesquisa. No entanto, o enfoque dela é mais desenvolvimentista com viés econômico, enquanto o que nós procuramos investigar se dá mais no aspecto simbólico da questão.

Outro material que nos foi de grande relevância e de uma maior similaridade com a nossa pesquisa no que tange ao nosso objeto (sujeito) estudado, foi o de Luciana Chianca, *São João na cidade*, que investiga a principal manifestação cultural nordestina numa perspectiva urbana de uma grande capital brasileira, como Natal. Na pesquisa, a autora trata de praticamente tudo que permeia a festa dentro de uma cidade. E como não poderia deixar de ser, aí inserida a figura do “matuto” e a sua relação com a capital potiguar, bem como os desdobramentos da festa com a migração rural-urbana.

As questões que orientaram este trabalho e que consideramos terem sido respondidas ou perguntas de partida foram: como e em quais contextos constituídos sob a égide do progresso e da modernidade, grupos tão arraigadamente tradicionais vão conviver e atualizar suas práticas e representações? Quais as zonas de tensão – momentos de tensão – entre cidadão vs. tabaréu, já que tal conflito se nos apresenta latente? As maneiras de estabelecimento na cidade de Aracaju podem ter sido um fator importante na criação e perpetuação da diferenciação de poder? Para compreendermos esse conflito de identidades contrastivas, se faz necessário a observação de todo o processo de conflito, oposição, dominação, submissão, resistência que acontece tanto no plano simbólico como na realidade social de fato.

A hipótese da pesquisa era que, embora inspirada em processos de metamorfoses urbanísticas verificados em outras capitais do país, Aracaju não parece ter cumprido o ideal de desenvolvimento preconizado, pelo menos, não entre as primeiras décadas do século passado. Razão pela qual, a população que a ela recorreu atraída pelos supostos benefícios prometidos, pôde movimentar-se com desenvoltura, sem prejuízo ou sacrifício dos seus valores incorporados. No máximo, como entre os tabaréus, a movimentação é no sentido de uma apropriação do progressivismo e modas cidadãos, embora reservando às antigas práticas, espaços privilegiados de expressões culturais, como os festejos juninos e o culto a uma certa modalidade de manifestações populares tipicamente campesinas. Acreditamos que a ideologia de distinção entre o aracajuano do interiorano provém da ideia, ainda fundada no final do

século XIX pelos primeiros pensadores da identidade nacional, de que o litoral e o sertão eram *locus* de duas civilizações antagônicas. O problema dessa ideologia no contexto aracajuano é que os próprios habitantes iniciais da cidade foram oriundos desse pretense lado oposto, no caso sergipano. Por conseguinte, tal ideia nessa região, na realidade, se mostra frágil.

Portanto, o tema e o objeto (sujeito) desta pesquisa, tiveram como escopo caracterizar os elementos que condicionaram o surgimento e o estabelecimento da categoria tabaréu no cotidiano aracajuano. Esmiuçando esse propósito intentamos decifrar quais os sentidos objetivos e subjetivos de um termo tão utilizado quanto este em Aracaju. Na capital que de tempos em tempos atrai grande quantidade de migrantes, não só do próprio estado quanto de outras regiões do Brasil. Mesmo sabendo das dificuldades que a pesquisa nos apresentou, pois em se tratando de uma representação social, como escreveria Moscovici (2011), quanto mais a origem e a natureza convencional dela são esquecidas e ignoradas, mais *fossilizada* ela se torna. Para tanto, este trabalho busca dar essa contribuição, somando-se aos trabalhos sobre a história social da cidade, que apesar de ter chegado aos 160 anos de fundação, ainda não possui, sequer, uma coletânea de trabalhos sobre si de tamanho que faça jus à sua dimensão no cenário acadêmico.

Além dessa fundamentação teórica objetiva que acabamos de expor, se faz importante destacarmos um pouco da teoria de psicologia social quando esta se refere às representações sociais. Nas relações sociais, como aprendemos através de Weber, se torna fundamental a presença de sentido, sem o qual não há cultura. A principal finalidade das representações sociais é transformar o elemento desconhecido em algo familiar, pois caso não haja não teremos o sentido de estabilidade, que é algo primordial.

Essa categoria pode ser entendida, em linhas gerais, como um sistema de valores e ideias práticas que associa um sujeito a um objeto, referente a uma produção de cognição entre dois ou mais elementos. Prático porque estabelece o sentido que é empregado a ser utilizado no cotidiano. Elas são formadas a partir de influências recíprocas, que são desenvolvidas através de conversações, no qual as pessoas são dirigidas, especificamente compartilhados, para modelos simbólicos, imagens e valores. O principal propósito dela é tornar familiar o não-familiar, tornar o fato ou situação compreensível para o entendimento do indivíduo. Sendo que muitas das vezes, ela se passa por despercebida no nosso dia a dia; quanto menos temos consciência dela, mais ela nos influencia. É um processo que exige duas premissas que condicionam a sua formação: a *ancoragem* e a *objetivação*. Esta poderia se denominar também como, concretizar. Significa transformar o abstrato em algo concreto, em

algo que seja fácil para o entendimento do indivíduo, que seja perceptível para ele. Isto é transformado em palpável quando se percebe qual é a imagem que se conecta àquela ideia.

Fazendo uma síntese, a objetivação une o desconhecido à realidade. Enquanto que a ancoragem pode ser explicada pela ideia de fixação, firmamento de uma nova lógica, que, entre outras palavras, trata-se do processo de reduzir ideias, uma vez estranhas ao nosso entendimento, para torná-las familiares. Algo que pode até ser considerado como perigoso e ameaçador, daí o primeiro passo para classificá-lo. “De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (MOSCOVICI, 2011, p. 62). Entidades individuais ou coletivas são inclinadas a interpretação de valores, pessoas ou situações, sob determinadas condições, Moscovici (2011) citou a perplexidade ou superexcitação, com o fim de tornar tais elementos tangíveis e semelhantes aos elementos já conhecidos. Portanto, ambas as condições tornam-se interdependentes com o fim de familiarizar as representações anteriormente desconhecidas. Enquanto uma as familiariza, a outra as concretiza. Como intentaremos explicar, a emergência e amplitude do acesso aos novos meios de comunicação, principalmente os jornais, produziram novas possibilidades de ideias que incrementaram o processo de produção psicossocial do conhecimento.

De acordo com o psicólogo franco-romeno, as representações possuem duas funções: a de *convencionalizar* os elementos, sejam eles pessoas, objetos ou situações, e o de serem *prescritivas*⁷. A primeira função é “simplesmente” a de dar sentido a conexão produzida entre sujeito e objeto. As representações dão uma forma definitiva, são localizadas em uma determinada posição e, paulatinamente, são postadas como um modelo de dado tipo, distinto e compartilhado por um grupo. Enquanto a segunda função é prescritiva no sentido de imposição sobre o grupo. Ou seja, é o corolário de uma continuação de elaborações e mudanças que acontecem e são “fertilizadas”, digamos assim, através das gerações, até em razão da própria essência da representação ser histórica. “Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade (...) implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que (...) reflete um conhecimento prévio” (p. 37). E, uma vez criada, quando, eventualmente, uma determinada representação se esvaece, outra invariavelmente, surge e ocupa o lugar daquela.

⁷Os termos usados são os mesmos utilizados pelo autor, destacamo-los justamente para evidenciá-los.

Outra especificidade bastante marcante das representações é o uso imagético para “traduzir” para uns ou, se preferir, facilitar o entendimento da cognição entre sujeito e objeto. As representações utilizam duas faces, como se referiu Moscovici (2011), na intenção dessa compreensão: a face icônica e a face simbólica, dois elementos interdependentes. Até porque, como a própria denominação já denota, a imagem representa a ideia e, por conseguinte, a ideia representa a imagem. Isto é, uma *significa, faz às vezes de, está no lugar de, retrata o* outro.

No caso do tabaréu é muito conhecida a caracterização dele como o homem ingênuo, tacanho, atrasado para a ideia de modernidade que o senso comum possui, o indivíduo provinciano que não possui a conduta coerente com o meio urbano. Como exemplos imagéticos disso que descrevemos, temos o Chico Bento, personagem criado por Maurício de Souza para a *Turma da Mônica*; o Jeca Tatu, figura criada por Monteiro Lobato; o Nelson (Nerso, no vocabulário caipira) da Capitanga, personagem protagonizado pelo ator Pedro Bismarck no programa de televisão da Rede Globo, Escolinha do Professor Raimundo. Todos eles têm em comum, além das características já mencionadas, usam roupas de cores vivas fora do padrão urbano, falam o português completamente fora da forma culta, com ausência de algumas letras em determinadas palavras. Mesmo sem revelarem sua procedência, fica implícito que se referem às pessoas caipiras.

Além da imagem, outro meio de veiculação e transmissão da representação é a linguagem, na qual é por *meio* dela que as ideias podem descolar a aparência da realidade, separar o que é do que supostamente pode não ser. As classificações dadas aos elementos da representação tornam-se *os* elementos. Isto é, como se os “personificassem”, as classificações são reconhecidas como os elementos da representação. Como bem destacou Bonnewitz (2002), a definição do que é legítimo no papel da linguagem passa por umas querelas de palavras. Isto é, o conflito de nomear as coisas de tal modo em vez de outro, é fazê-los existir de outra maneira ou, até mesmo, abolir sua existência. Toda categoria de agentes dominados, quer se trate de um grupo sexual, etário, étnico ou religioso, é sempre o objeto de um discurso difamatório que pode ser grosso ou sutil. A eficácia da sua ação depende do poder de nomeação. Desse modo, eles impõem um dever-ser aos agentes consagrados agindo sobre a representação que os receptores do discurso institucional têm da realidade.

No que concerne à metodologia procuramos fazer uma abordagem empírica e teórica de natureza qualitativa baseada na leitura de textos antropológicos e sociológicos, em sua maioria, que tratassem de temas sobre o caipira, sociedade e cultura *folk* e sobre o desenvolvimento urbano de Aracaju. Levaremos em consideração também as nossas

percepções particulares em razão da nossa vivência na cidade por mais de duas décadas e meia. Após o uso da bibliografia disponível que se aproxima do tema ou do objeto (sujeito) trabalhado, fizemos o levantamento de dados relevantes à pesquisa em notícias de jornais e revistas. A seguir, realizamos uma interpretação dos dados auferidos e produzimos uma pauta de perguntas a serem respondidas pelos entrevistados escolhidos. Estas pessoas escolhidas foram baseadas em importância na dinâmica do nosso campo de pesquisa ou por trabalhos realizados relacionados com o tema do trabalho. Como Alcivan Menezes e Alexandra Arcieri, organizadores de cavalgadas, festividade de cunho rural em plena capital sergipana; Zito Costa, cantor de forró e apresentador de programa de “música do campo” na rádio e na televisão. Após a apuração de todo o material, analisamos as informações coletadas juntamente com o orientador da pesquisa para que pudéssemos atingir os objetivos da investigação. E para finalizar, a redação do trabalho final.

Para melhor apresentarmos nosso trabalho preferimos dividi-lo em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, *A questão antropológica do tabaréu*. Trata-se de nos debruçarmos sobre o ponto de vista teórico e bibliográfico de autores e suas respectivas obras que abordaram a temática do caipira e de seus congêneres. O capítulo está dividido em dois tópicos: no primeiro, trataremos do início do pensamento social brasileiro sobre esse assunto, e; em um segundo momento, abordarmos o assunto da migração e o conflito simbólico do matuto num contexto urbanizado. Lembramos que usaremos os termos *rural* e *urbano* neste trabalho somente para nos situarmos quanto às regiões mencionadas, para distingui-las entre a cidade de Aracaju e o seu entorno "magnético", o interior. Longe de qualquer referência de valor heurístico sobre esses dois termos ou de possíveis usos como ferramentas analíticas, apesar de todo debate em torno deles que ainda seguem a mesma linha dicotômica que permeia as ciências sociais, como: a solidariedade orgânica e a solidariedade mecânica, de Durkheim; o tradicional e o racional, de Weber; a sociedade e a comunidade (*gesellchaft* e *gemeinschaft*, respectivamente), de Tönnies.

No segundo capítulo, a nossa abordagem se debruça sobre a cidade de Aracaju. Explicando as razões do seu surgimento e desenvolvimento urbanístico desta que já foi apelidada de *Tabarôa vestida de chita e calçada de tamancos*, pelo jurista Gumercindo Bessa. Destacaremos a dependência da capital para com o poder público e suas empresas estatais, com menção especial à Petrobrás; a expansão das áreas construídas, como o surgimento de novos bairros e conjuntos residenciais, o alargamento para o oeste e o sul, para depois da Atalaia, inclusive.

E, por fim, no terceiro capítulo, discutiremos a presença do tabaréu nesse contexto e as suas relações de tensão, como por exemplo, o conflito jurídico entre o Ministério Público Estadual e os organizadores de cavalgadas, uma amostra de práticas identificadas como rurais no contexto urbano; além de uma descrição etnográfica, particularmente, o caso da Cavalgada do Aribé. Este último capítulo também procurará responder as questões postas pela nossa pesquisa, seguindo a metodologia proposta e com o intuito de lograr os objetivos previamente mencionados. Além disso, no apêndice apresentaremos a situação do *manezinho da ilha* em Florianópolis, que se mostra ser uma situação bastante semelhante à encontrada em Aracaju com o tabaréu. A diferença que para os barrigas-verdes houve uma mudança e a figura do manezinho se tornou valorizada, ao contrário do afastamento que a figura do tabaréu em Aracaju.

1. A QUESTÃO ANTROPOLÓGICA DO *TABARÉU*

1.1. O estranhamento inicial: os intelectuais do litoral enxergam o homem do campo

Antes de tudo devemos destrinchar o que é o tabaréu, de onde surgiu essa palavra e o porquê dela ter se difundido no vocabulário nordestino. Apesar de ninguém ter a certeza de como surgiu o termo, há a hipótese de o vocábulo tabaréu ser uma corruptela da palavra tabuaras, que por sua vez, tem relação com os tapuias, etnia indígena que viveu no interior do Brasil e contrastavam aos tupinambás que habitavam o litoral. Em 1851, ao comentar a obra *Tratado descritivo do Brasil em 1587* escrito por Gabriel Soares de Sousa, Francisco Adolfo de Varnhagen teceu comentários sobre os tapuias que fez com que Morais (2016) elaborasse a hipótese da conexão entre tabuara e tabaréu.

Tabuaras dizem algumas cópias, em vez de tapuras, o que pouco dista de tapuias. Abbeville (fol. 251 v.) é de parecer que tabaiars quer dizer ‘grandes inimigos’; assim será; mas não se confunda com tabajaras, que quer dizer ‘os das aldeias’ ou ‘os aldeões’. Talvez o nome em questão se devesse ler antes tapurá, e neste caso seria quase o mesmo que tubirá ou timbirá, que ainda hoje se dá a uma nação do sertão; timbirá é nome injurioso, como ‘patife’. (SOUSA, [15--], p. 386-387)

Sendo que durante o período colonial, os jesuítas, que desbravaram o interior do país no intuito de catequizar os “gentios”, já notavam as características distintas entre as comunidades indígenas do interior e do litoral e procuravam incitar a animosidade entre eles. Cada uma tentando se apropriar do território e dos capitais alheios, segundo Morais(2016).

Tudo isto para explicar o surgimento do termo tabaréu. Tempos depois tabaréu também seria identificado como “soldados” de milícias de coronéis, ainda no período imperial; o que na República vai ser denominado de jagunço (MORAIS, 2016).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, para ser mais exato dos anos 1870 até os anos 1930, durante esse período em que perdurou a *belle époque* à brasileira, como a ela se referiu Needell (1993), verificou-se a tendência entre os intelectuais brasileiros em tipificar e classificar, o caipira. Em praticamente todas as capitais brasileiras estes intelectuais, que possuíam geralmente posições de prestígio junto à elite econômica e tinham espaços para publicações em periódicos, procuravam justificativas racionais e científicas para a distinção entre os que vinham do campo e os habitués da cidade. Uma prova disso é a definição do termo *urbano* “... como ‘coisa própria dos que vivem em cidades’. E urbanidade ‘vem a ser o mesmo que comedimento, bom modo dos que vivem na Cidade, em diferença da

rusticidade, grosseria dos que vivem nas Aldeias e no campo” (BLUTEAU apud SANTOS, 2014, p. 24).

Era corriqueiro, nos periódicos, o uso de termos referentes aos elementos modernos. Sem mencionar, o incremento de novas palavras de origem inglesa e francesa ao vocabulário do brasileiro cidadão. Foi entre o final do século XIX e início do século XX, período de ebulição nacional, surpreendida pela proibição do regime trabalhista escravocrata e, logo depois, pela imposição de uma nova forma de governo com clara ausência popular, que a elite brasileira foi expandindo seus códigos e valores, copiados da chamada civilização europeia, para o restante do País.

As justificativas da elite baseavam-se nas teorias importadas, dentre elas o darwinismo social, o evolucionismo, as teorias de Buckle, Taine, Comte e Spencer; tendo sido estes dois últimos que fizeram mais sucesso entre a elite pensante do país (REZENDE, 2001), tanto é que, não por acaso, a frase positivista *Ordem e Progresso*, de inspiração comtiana, foi incluída na bandeira nacional. Essas teorias formaram o cânone científico, para a então incipiente, ciências sociais brasileiras, formadas por nomes como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, para citar alguns dos expoentes da época e que, na geração seguinte, disseminou-se através de Oliveira Vianna.

Durante esse mesmo período de transição entre os séculos, concentraram-se os esforços para esmiuçar o tipo físico e psicológico do tabaréu, em um momento no qual o corpo intelectual brasileiro tinha o afã de projetar a nação em direção ao moderno, ao futuro, ao progresso. Foi nesse período que Sílvio Romero escreveu sobre o sujeito do campo:

Caipira, matuto, tabaréu, mandioca, capixaba, e outros congêneres, são expressões de menosprezo, de debique, atiradas pelas gentes das *povoações*, cidades, vilas, aldeias, e até arraiais, contra os habitantes do campo, do mato, da roça. São a expressão dum antagonismo secular. (...) O *caipira*, o *matuto*, o *tabaréu* é, fundamentalmente e acima de tudo, o homem do campo, o homem do mato, o homem da roça, repito, qualquer que seja a sua cor, a sua profissão, e a zona em que habite. (ROMERO, 1979, p. 195)

No entanto, o literato lagartense reconhece que foi através deles que o Brasil se desenvolveu: “... essas gentes [os caipiras] é que, com os ex-escravos, nelas hoje incorporados, criaram, com todas as falhas, a fortuna, a riqueza existente no país.” (Ibid., p. 175).

Em contrapartida, Monteiro Lobato ([1918] 2009) construiu uma personagem que ele entendia por caipira, o Jeca Tatu. Trata-se de um sujeito preguiçoso; uma pessoa que não possui a coragem para fazer nada por si só; sempre se aproveitando do que a natureza lhe

oferece. Para ele, a principal preocupação desse famigerado tipo social é sugar o máximo que puder, sem fazer o menor esforço para isso.

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.

(...)

Nada o [d]esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se. (LOBATO, 2009, p. 169)

De acordo com Candido (2001), grande parte desse modo de enxergar o caipira por parte do baluarte da literatura infantil vem da visão de Saint-Hilaire, que percorreu o interior do Brasil no século XIX em busca de elementos botânicos e sociais, os quais resultaram na construção desses sinais estereotipados. Para o autor d'*Os parceiros do Rio Bonito*, essa suposta indolência provém de um recurso adaptativo de um nível biótico precário dadas às condições que se apresentavam para eles; já que as carências alimentícias impediam qualquer atividade mais intensa, mas que, por outro lado, se adequavam ao ritmo econômico e ecológico do ambiente no qual eles viviam.

Para outro autor de enorme sucesso literário, Euclides da Cunha ([1902] 1984), o tipo social por ele estudado foi o homem do interior do norte baiano, o qual ficou eternizado no famoso enunciado que ele faz dessa gente: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (p. 51), que ele definiu fisicamente como sendo o resultado do cruzamento do indígena, mencionando-os em muitos trechos d'*Os sertões* como tapuias, com o bandeirante; tendo pouca ou quase nenhuma participação do negro, pois esse contingente teria permanecido no litoral. “Veio subsequente o cruzamento inevitável. E despontou logo uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano, facilmente denunciada, hoje, pelo tipo normal daqueles sertanejos. Nasciam de um amplexo feroz de vitoriosos [o bandeirante] e vencidos [o indígena].” (CUNHA, 1984, p. 45). Dessa maneira, o correspondente do *Estadão* na Revolta de Belo Monte sintetizou assim esse tipo social:

... homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura atlética e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes (CUNHA, 1984, p. 48).

A seguir, continua qualificando-o como desengonçado, torto, sem graça, possuidor de uma “fealdade típica dos fracos”, desarticulado, “é o homem permanentemente fatigado”, um

“Hércules-Quasímodo” (p. 51). No entanto, quando a situação assim exige, o sertanejo se transforma em “um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias” (p. 51). Na parte psicológica, ele o caracteriza como uma mescla da índole aventureira do colono português com a impulsividade do indígena e, dado o afastamento da região onde vivia, culminou na manutenção dos hábitos dos seus ascendentes, apenas ligeiramente modificados. Sendo esse um ponto positivo para ele, que enxergava a miscigenação como um elemento retrógrado. “A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. (...) A mestiçagem extremada é um retrocesso.” (p. 48).

Essa interpretação spenceriana, apoiada em pressupostos de passagem de formas mais “primitivas” para as mais “complexas”, o induzia a definir a precariedade do desenvolvimento do Brasil em função das causas da mestiçagem, da suposta inferioridade e das diferenças entre a cidade e o sertão. Esse detalhamento do físico humano, agregado às descrições climáticas e geográficas, tinha como objetivo fundamentar o entendimento de um modelo de vivência produtor da conduta dos sertanejos (REZENDE, 2001). Essa explicação sociológica conhecida por organicismo tinha como objetivo tratar o comportamento dos indivíduos de maneira muito similar ao da fisiologia. O autor d’*Os Sertões* tratou os sertanejos não como uma população degenerada, como os intelectuais das cidades daquela época os viam, mas sim como um povo retardatário, atrasado. Ou seja, Euclides envolto na ideologia do progresso, os enxergava ainda como possíveis integrantes do processo civilizatório.

A região do sertão, aquela da criação de gado, afastada do litoral, foi crescendo autonomamente, quase sem nenhum auxílio por parte dos governantes. “Não produzia impostos ou rendas que interessassem o egoísmo da coroa” (CUNHA, 1984, p. 44). Não era dada àquela região a mesma atenção a que se dava às regiões mais profícuas economicamente. Talvez daí surja a ideia de atraso a essa gente do interior em comparação com a civilização do litoral.

De acordo com Cunha (1984), o projeto de civilização que se tentava implantar no país no início do século XX era puramente uma cópia equivocada dos europeus. “O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa” (CUNHA apud REZENDE, 2001, p. 205). Ele chega a afirmar que o Estado brasileiro agiu como um “mercenário inconsciente” ao massacrar Canudos em prol de um projeto de civilização que não era o seu. Não significando dizer que, mesmo que Euclides visse o povo brasileiro como inferior racialmente, ele abominasse o projeto de civilização imposto de cima para baixo, um projeto que não era autêntico.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos... (REZENDE, 2001, p. 90)

Foi a partir dessa obra valiosíssima e embasado naquele contexto teórico já mencionado, que se captou uma cisão que existia (ou quiçá ainda existe) no País entre modelos de condutas muito diferenciadas, o modelo do litoral e o seu contraponto interiorano. O primeiro que tem como referência a civilização europeia, enquanto que o modelo “caipira” é o que a realidade brasileira é de fato (REZENDE, 2001). E se imaginarmos o tamanho da contradição que havia entre estes dois modelos no início do século XX, período em que ocorreu a Revolta de Canudos, e a interpretação dela feita por Euclides, observaremos que o interior se apresentava como um inconveniente ao litoral. Uma vez que a elite aí residente não dava quase nenhuma importância àquela região, era como que um bolsão de esquecidos por parte do Poder Público. Mesmo Euclides tendo a convicção que o brasileiro, em geral, era inferior racialmente, ele não deveria deixar de ser o que era para ter a ilusão de ser um europeu nos trópicos. Ele tentava difundir uma ideia de integração nacional partindo das diferenças regionais e raciais (REZENDE, 2001). O autor, que por meio do seu texto, além de interpretar as causas da Revolta, também criticava a postura das autoridades e o projeto de nação que elas tinham para o Brasil, questionou, entre outras coisas, “que mudança social poderia ocorrer no país se a essência do que era ser brasileiro estava no sertão e este era absolutamente desconhecido?” (Ibid., p. 205). E concluiu que o suposto Brasil “civilizado” não era superior ao Brasil “retardatário”, como alguns imaginam.

Para sintetizar essa visão de mundo da elite brasileira torna-se importante ressaltar a incompreensão dela quanto aos fenômenos do subdesenvolvimento e das desigualdades correlatas a um tipo de economia global cada vez mais agressivo. Até ela perceber a dimensão dos novos tempos demandou certo tempo. “E enquanto essa consciência crítica não amadurecia, prevaleceu o sentimento de *vergonha*, *desprezo* e *ojeriza*[grifos nossos] em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado.” (SEVCENKO, 1998, p. 27-28).

Podemos até estender esta discussão para outra dicotomia relacionada à cidade *versus* litoral, à que polariza tradição e modernidade, sendo esta tomada por alguns como um tipo de fantasma que assombra a civilização de tempos em tempos; identificada com o novo, o atual, o efêmero, para alguns até com a liberdade; enquanto que a tradição sintetiza o que se refere a estes antônimos. Modernidade é um elemento difícil de demarcar, algo impreciso. “... a tendência moderna de fazer sempre tudo novo: a vida moderna do ano que vem parecerá e será diferente da deste ano; todavia, ambas farão parte da mesma era moderna” (BERMAN, 1992, p. 138). Para Berman (1992), esse caráter do que é o novo, o atual, é o conjunto de experiências vividas e compartilhadas, de tempo e espaço, das oportunidades e percalços da vida. Sendo a modernização um turbilhão que arrasta e modifica diversos processos sociais nos obrigando a um perpétuo estado de vir-a-ser, como lembrou o pensador nova-iorquino. Esse turbilhão que é representado por uma nova paisagem, novas experiências, por uma nova dinâmica; simbolizado por uma paisagem de engenhos a vapor, novos meios de comunicação, ferrovias, fábricas automatizadas, cidades demograficamente densas e novas relações comerciais no mercado mundial, sempre em crescimento.

E como modernidade é identificada com o novo, outro termo que lhe está frequentemente atrelado é o de progresso, que significa movimento adiante, desenvolvimento, aquela ansiedade inerente ou mesmo o vir-a-ser, mas que por outro lado, também pode ser visto como algo negativo. Por exemplo, para Baudelaire:

Existe ainda outro erro muito atraente, que eu anseio por evitar, como ao próprio demônio. Refiro-me à ideia de ‘progresso’. Esse obscuro sinaleiro, invenção da filosofância hodierna, promulgada sem a garantia da Natureza ou de Deus – esse farol moderno lança uma esteira de caos em todos os objetos do conhecimento; a liberdade se dispersa e some, o castigo (*châtiment*) desaparece. Quem quer que pretenda ver a história com clareza deve antes de mais nada desfazer-se dessa luz traiçoeira. *Essa ideia grotesca, que floresceu no solo da fatuidade moderna* [grifo nosso], desobrigou cada homem dos seus deveres, desobrigou a alma de sua responsabilidade, desatrelou a vontade de todas as cauções impostas a ela pelo amor à beleza. (...) Tal obsessão é sintoma de uma já bem visível decadência. (BAUDELAIRE apud BERMAN, 1992, p. 134)

A própria palavra *moderna* e suas derivações são relativamente recentes: “Rousseau é o primeiro a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão; e ele é a matriz de algumas das mais vitais tradições modernas, do devaneio nostálgico à auto-especulação psicanalítica e à democracia participativa” (BERMAN, 1992, p. 16). O autor d’*O contrato social* “profetizou” os novos tempos que viriam a se suceder no mundo.

Em contrapartida, por tradição entende-se como um conjunto de práticas, geralmente monitoradas por normas tácitas ou patentemente aceitas; sendo que tais práticas baseadas na

tradição têm o intuito de transmissão de certos valores e condutas através da repetição, o que implica, sempre, uma referência ao passado. Tal elemento tem como característica ou, pelo menos, como intenção, a invariabilidade (HOBSBAWM, 2008). A manutenção de práticas tradicionais é um dos pontos fundamentais para o estabelecimento de um determinado hábito como tradicional, só a partir disso que a prática pode “receber a etiqueta” de tradicional.

De certa maneira, para se justificar uma prática como tradicional, além da invariabilidade, há de se possuir também uma legitimidade retórica. Para se alcançar esse reconhecimento sempre que possível encontram-se um vasto repertório de justificativas que fundamentam essas práticas, costumeiramente recorrendo ao passado.

Esse confronto inicial que promovemos aqui entre uma parte da elite pensante do Brasil do final do século XIX e início do século passado, composta por nomes como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, teve como objetivo mostrar o incômodo que causava aos homens civilizados da cidade a figura do caipira. Talvez tanto quanto o negro e o pobre, sob certos aspectos. É somente após o trabalho de Euclides, que procurou dar importância ao homem do interior, vendo nele aspectos positivos, que o matuto vai ter sua imagem modificada perante os intelectuais brasileiros, pelo menos. Essa nova face vai ser intensificada durante um novo momento político para o País, o Golpe de 1930. Após essa data ocorreu um aumento bastante significativo no número de migrações internas com as cidades importantes no caminho de se tornarem as grandes metrópoles.

1.2. Migração: a matutada vai à cidade

O interesse pelas consequências dos processos migratórios nas cidades não é novidade nas ciências sociais. A própria Escola de Chicago, pioneira na investigação urbana, começou com essa preocupação teórico-metodológica em meados de 1920. Segundo essa tradição, os dois pólos antagônicos de assentamento humano eram a cidade industrial e o campo rural atrasado. As variáveis, por ela utilizada, para verificar o processo de crescimento urbano foram, a dimensão, onde o tamanho e densidade são fatores importantes para definir interações sociais entre os atores; a heterogeneidade, para analisar os grupos que a compõem e a mobilidade que possui; a centralidade, com a observação do seu entorno periférico; e a análise do uso do solo (RAMÍREZ VELÁSQUEZ, 2005). No que tange à metodologia proposta pela Escola, ela se baseava em uma mescla entre perspectivas qualitativas e quantitativas, fazendo desde entrevistas até coleta de dados estatísticos e históricos, sempre com enfoque na interação social (BECKER, 1996).

Robert E. Park, um dos fundadores, aluno de Simmel, pensava a cidade a partir de duas dimensões constitutivas: a ordem física e a moral, elaborando desde então, a circunscrição de territorialidades específicas onde tais relações teriam lugar, como por exemplo, a definição de região moral (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007). Esse modo de enxergar a realidade social foi transmitido aos seus discípulos que realizaram alguns estudos que tiveram grande destaque no âmbito urbano, como as relações de vizinhança em bairros residenciais marcados pelo viés comunitário; as relações entre grupos de interesse, sejam entre indivíduos de uma determinada profissão ou grupos étnicos, como a presença de imigrantes europeus; pesquisas sobre a delinquência juvenil, sempre tendo como palco desses eventos a cidade de Chicago (BECKER, 1996).

Ademais, essa Escola também se tornou conhecida, entre outras coisas, ao abordar nos seus trabalhos empíricos certos conceitos-chaves para a antropologia, como o de sociabilidade, que é entendida como uma consideração de padrões e formas de relacionamentos entre indivíduos em círculos de interação social; e o de ecologia humana, que baseada no darwinismo, pressupõe a existência de uma competição entre indivíduos na obtenção de espaços e pela sobrevivência, tendo como consequência a confecção e inclusão de mapas de certas áreas da cidade nas pesquisas desenvolvidas situando territorialmente determinados fenômenos (BECKER, 1996). Essa ideia de ecologia torna-se relevante já que enfoca o contato entre grupos heterogêneos inseridos em um mesmo espaço ou entre espaços próximos, e até levando em consideração a descrição das redes constituídas entre indivíduos e instituições em uma área de habitat humano (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

A penetração da Escola de Chicago no Brasil se deu a partir, primordialmente, da vinda de Donald Pierson a São Paulo para ocupar uma das vagas do corpo docente da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1939. Antes disso, Pierson esteve em Salvador para produzir sua tese de doutorado intitulada *Branco e pretos na Bahia*, contando com o auxílio presencial de Robert E. Park no final da década de 1930 (VALLADARES, 2010).

Com a presença do discípulo de Park no Brasil, criou-se um grupo de alunos brasileiros dispostos a empreender pesquisas à moda de Chicago seguindo sua teoria e sua metodologia sempre que possível; tendo influência principalmente em três temas: as relações raciais, os estudos de comunidade e os estudos urbanos na capital paulista, reproduzindo metodologicamente, os modelos ecológicos de zonas concêntricas com a ordem de apresentação do centro para a periferia à moda de Ernest Burgess; a presença dos *base maps* e *melting pots*, e; a utilização de conceitos-chave, como *homem marginal* e *zona moral*. Para destacar os primeiros trabalhos dessa escola, sublinhamos, entre outros, as contribuições de

Mário Wagner da Cunha, Oracy Nogueira, Juarez Brandão Lopes e Levy Cruz, que inclusive, rumaram para a Universidade de Chicago em seguida para dar continuidade aos seus estudos de pós-graduação (MENDOZA, 2005).

Outras teorias também enveredaram pela pesquisa social urbana, uma delas foi a do contínuo folk-urbano de Robert Redfield que, como o nome sugere, punha seu enfoque sobre a continuidade cultural dentro das cidades; a outra foi o funcionalismo de inspiração parsoniana que tinha como objetivo de pesquisa as categorias de integração, função econômica e o marginal não integrado, com prioridade no processo de transformação de atividades produtivas, e ainda mais, priorizou o foco no processo de migração que gerava o inchamento das cidades (RAMÍREZ VELÁSQUEZ, 2005); teoria que se fez presente nas primeiras investigações empíricas de estudos de comunidade no Brasil, como no caso pesquisado por Antônio Cândido (2001).

Um conceito criado pela Escola de Chicago e que pode ser utilizado quando se investiga processo migratório é o de *homem marginal*, o qual foi desenvolvido por Park (1928) no bojo do estabelecimento da escola que ele, ao lado de outros, formou como um dos paradigmas científicos. Quando um dos fenômenos que mais a preocupavam era o da migração. Para o autor d'*A cidade*, o processo de migração moderna é geralmente uma questão de interesse privado; os indivíduos são motivados pelo propósito de encontrar condições de vida mais favoráveis àquelas disponíveis, cujo efeito é o de secularizar relações, as quais eram formalmente sagradas. Pode-se descrever o processo em um aspecto duplo, seria o da secularização da sociedade e o da individualização da pessoa.

No que tange à conceituação do homem marginal, trata-se de um tipo social que é um híbrido cultural, um homem que vive e compartilha intimamente a vida cultural e as tradições de duas sociedades distintas; e que não tem vontade de quebrar essa relação, mesmo se isso fosse permitido. É o homem que fica à margem de duas culturas e de duas sociedades as quais nunca se fundem completamente. O judeu é um exemplo. Ele é o estrangeiro, por excelência, como diria Simmel. O conflito que ocorre na mente do imigrante é o conflito do eu dividido, entre o velho e o novo *eu*.

No entanto, apesar do intenso fluxo migratório externo na formação populacional do Brasil, com a presença marcante de europeus, como portugueses, espanhóis, italianos e alemães, o enfoque que aqui será dado é o da migração interna, o caminho campo-cidade.

Muitas vezes na antropologia brasileira ao se falar em zona rural como espaço pesquisado, produziu-se um tipo especializado de investigação conhecido como estudos de comunidade. São pesquisas que se debruçaram sobre a vida social de uma comunidade e todos

os processos sociais dela derivados. Este tipo de pesquisa privilegia a investigação em comunidades rurais que ainda preservavam certos elementos que se consideravam próprios da cultura tradicional. Além disso, já que foi difundido na fase em que as ciências sociais procuravam a sua institucionalização na academia brasileira, tinha-se como intenção a superação dos trabalhos de caráter ensaístico que prevaleciam naquele momento (OLIVEIRA; MAIO, 2011).

Há quem afirme que os estudos de comunidade tratam de uma interface entre a antropologia e a sociologia, possuindo marcas metodológicas mais alinhadas à antropologia, como a observação direta, por exemplo; enquanto que a perspectiva das pesquisas baseadas na identificação da mudança social nas comunidades se encaixava mais com a sociologia (OLIVEIRA; MAIO, 2011).

A partir dos estudos de comunidade é que os cientistas sociais brasileiros, agora de uma maneira institucionalizada, investigaram com mais afinco a população caipira.

Eis aqui algumas características desse tipo de comunidade. Ela tem como particularidade o isolamento relativo, o conhecimento do pastoreio e da criação de bovinos e caprinos, além de autoprodutora agrícola de subsistência, em sua maioria; formadoras de comunidades que não são “primitivas”, no uso corriqueiro do termo, e nem “civilizadas”, no sentido de estar completamente integrada na cultura industrial moderna, como escreveu Foster (1953).

Torna-se importante demarcar, logo de antemão, que a cultura da população caipira não significa objetivamente o não-urbano. De acordo com Foster (1953), a conceituação do que é *folk society* como contraponto ao que seja urbano possui muitas consequências lógicas, as quais acabam por estereotipar e obstruir certas características que poderiam ser mais bem compreendidas. Primeiro, que tal dicotomia tipológica acaba por incluir todos os "grupos" não-urbanos em um mesmo panorama. Foster até menciona que Robert Redfield no artigo *The Folk Society* publicado no *The American Journal of Sociology* usa os termos “primitivo” e “folk” como sinônimos. Segundo, assume um sentido evolucionista, pois dá a entender que todas as sociedades passaram pelo "estágio" rústico até chegar ao período urbano, o pretenso *continuum*. E por último, o conceito de tipos opostos torna a própria análise da cultura *folk* na cidade difícil, pois, assim como as características da vida urbana são as oposições lógicas da vida rústica, essa cultura somente pode "respirar" nas cidades até certo ponto, já que em qualquer caso concreto o esquema ideal é violado pelos fatos. Na verdade, a realidade nos mostra o inverso, ao contrário de serem elementos opostos, a cultura rústica e a urbana são

partes integrais na definição de um determinado tipo de unidade sociocultural no qual a cidade pré-industrial é um ponto focal (FOSTER, 1953).

No entendimento de Darcy Ribeiro (2006, p. 307), o caipira é um tipo populacional peculiar com uma cultura própria e característica “... identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e (...) [na] religiosidade”, sendo marcantes o catolicismo e o tradicionalismo nas relações.

Para o autor d’*O povo brasileiro*, a tese para explicar a razão do fenótipo do sertanejo nordestino predominantemente branco com aspectos indígenas se deve na realidade ao deslocamento do trabalhador livre da zona da mata, inadaptado ao rígido ritmo do trabalho no engenho, para o sertão para ocupar o serviço de pastoreio. Descartando a hipótese da miscigenação contínua entre portugueses e índios. “Desse modo proviam uma oferta constante de mão-de-obra, tornando dispensável a compra de escravos” (Ibid., p. 310).

População formada por gente, geralmente, analfabeta, a comunicação era feita através de um português longe de ser aquele considerado formal, composto por algumas corruptelas de palavras do vocabulário culto e com uma ou outra de origem castelhana ou galega que ainda permanecem na coloquialidade. Inclusive, na literatura sobre o matuto, quando se é dada a oportunidade da fala dele, usualmente aparece com aspas ou grifada para destacar o desvio da norma culta, em contraste com a fala do narrador ou do próprio autor que a corrige ou procura se dissociar dela (YATSUDA, 2003).

Outra característica desse universo cultural, diz respeito ao fato de que a sociedade tradicional mantém internamente uma vinculação pessoal entre os seus pares: as relações primárias entre os familiares, entre os vizinhos, entre os amigos, com reciprocidade direta, é a realidade social pela qual se desloca o tabaréu; tendo como palco o mercado, a igreja, a política, etc., diferente das relações impessoais sustentadas na cidade, que geralmente fogem à compreensão dele. Uma das afirmações que surgiram para explicar a cultura “empobrecida” do interiorano foi cunhada por Antonio Candido (2001) com um teor funcionalista. Ele a utilizou como exemplo de retrocesso, com ausência de formas mais elaboradas de sociabilidade e cultura, por parte daqueles que iam se incorporando nela a partir de grupos mais modernos.

Segundo Eunice Durham (2004), a cultura da sociedade rústica criou-se a partir do momento em que o rápido desgaste da terra cultivada e a tamanha quantidade de mata virgem levaram a uma agricultura nômade, cada vez mais distanciada.

Até o termo “sociedade” que foi empregado para esse tipo de coletividade também é controverso no meio das ciências sociais. Para o antropólogo estadunidense George Foster (1953) a sociedade rústica, *folk society*, como ele denomina, “it is a ‘half-society’, a part of a larger social unit (usually a nation) which is vertically and horizontally structured” (p. 163). Para Durham (2004) e Foster (1953), a manutenção dessa sociedade se dá justamente na medida em que o contato com a sociedade mais complexa é precário, em que não há um contato permanente entre elas.

A sociedade “rústica” do interior possui uma população economicamente marginal, em grande isolamento e foi fruto da miscigenação, a depender da região, entre portugueses, indígenas e negros. A vida do sujeito do campo do século XIX até meados do século XX era baseada na economia de subsistência que era a única opção de trabalho livre disponível a esse tipo de sociedade; uma época em que o latifúndio continuava mostrando seu aspecto feroz e na qual os centros urbanos eram ainda restritos e com exígua capacidade de absorver muitos homens livres sem recursos.

Tendo sempre a família como a unidade basilar desta forma econômica, os homens – pai e filhos, os membros produtivos por excelência – encarregados das tarefas exteriores a casa, enquanto as mulheres – mãe e filhas – eram incumbidas dos serviços do interior da casa, da alimentação, do quintal, da horta e dos membros não-produtivos da família – crianças e idosos.

Além da família, há o grupo local que eventualmente contribui para a economia de subsistência, o qual é compreendido como unidade de cooperação interfamiliar, que geralmente são os vizinhos e uma parentela mais próxima, como irmãos, sobrinhos e primos. “A concretização dessas relações potenciais depende assim da proximidade física, da simpatia e afinidade entre as pessoas, e das possibilidades e necessidades econômicas de cada um num momento determinado” (DURHAM, 2004, p. 153).

A criação de gado foi o carro-chefe da expansão demográfica pelo interior nordestino correspondendo às necessidades do mercado liderado pelo plantio da cana. Sem contar com um mercado dinâmico, sem produtos agrícolas e terras próximas, onde pudessem comprar, o dinheiro se torna algo raro. Porém, como se necessita de alguns elementos fabricados, os quais não podiam ser adquiridos localmente, o ínfimo do que se possui era despendido na compra do mínimo necessário, o que fica patente na qualidade das casas, das roupas, da alimentação, isto é, em quase tudo que dependia de uma quantia financeira. A simplicidade da estrutura e sua forma organizacional flexível são elementos primordiais nas comunidades

rurais. A crise deste sistema é a maior responsável pelas migrações internas no Brasil (DURHAM, 2004).

Com o gado e com os bodes crescia a vaqueirada, multiplicando-se à toa pelas fazendas, incapaz de absorver lucrativamente a tanta gente nas lides pastoris, pouco exigente de mão-de-obra. Assim é que os currais se fizeram criatórios de gado, de bode e de gente: os bois para vender, os bodes para consumir, os homens para emigrar (RIBEIRO, 2006, p. 311-312).

São nas áreas de relativa concentração populacional, entre a cidade mais desenvolvida e o campo mais isolado, regiões de transição, que aparece significativa parte do contingente migratório, que mesclava agropecuária e comércio (DURHAM, 2004; RIBEIRO, 2006). Esse tipo de região é localizado no estado de Sergipe, com maior pujança, no agreste e no centro-sul, caracterizadas pela produção agrícola e pelo forte comércio nas feiras, um complementando o outro. O que não for consumido pela própria família ou pelo grupo local, é vendido nas feiras dos centros regionais, aquelas que possuem maior repercussão, como a de Itabaiana, no agreste; a de Lagarto, no centro-sul; a de Nossa Senhora da Glória, no sertão; e a de Propriá, no baixo São Francisco.

Com todo esse *background* descrito aqui é compreensível que o tabaréu ao chegar à capital posicione-se em uma situação delicada, indecisa. É nesse momento que muitos pesquisadores resgatariam a dicotomia entre modernidade e tradição. Mesmo sabendo que a referência à noção de modernidade tornou-se mais marcada no período evolucionista, quando se pensava que as várias sociedades humanas eram dispostas em hierarquias de desenvolvimento; e, de acordo com ela, todas as sociedades consideradas mais “atrasadas” deveriam se mobilizar para alcançar estágios parelhos aos das sociedades mais “avançadas”, como se assim fosse o percurso natural, sob o risco de exclusão do seletivo grupo dos civilizados (SANT’ANA FILHO, 2005). Agregado a isso, tal ideia foi fortemente “abraçada” pela elite pensante no Brasil. Uma significação imaginária da modernidade apoiada nas premissas de liberdade e autonomia que são complementadas por um controle racional do mundo (DOMINGUES, 1996).

Como bem escreveu a autora d’*A dinâmica da cultura* (2004, p. 189), a migração é “... um trânsito inserido em uma rede de relações sociais”. O que ela quis dizer com isso é que o mapa do espaço físico do migrante é composto por lugares onde seus conhecidos estão ou já estiveram justamente para evitar qualquer tipo de situação inesperada da qual ele não possa conseguir se sobressair. Muitas vezes a única opção que resta ao caipira é a migração, já que é demandado, por um lado, por novas necessidades, mas é limitado em outras; ele fica

“espremido” no confronto entre o tradicional e o moderno. Uma situação desfavorável que é visto por ele como permanente.

Em oposição, há a expectativa renovada pela ida a um grande centro urbano, expectativa de “melhoria das condições de vida”, inclusive pensando no futuro dos filhos, mas que nem sempre se concretiza. E a migração não apenas ocorre por motivo de necessidade, ela pode também ocorrer devido à insatisfação própria do indivíduo com aquele ambiente rural ou com a fascinação que a cidade se apresenta para ele. Não nos esqueçamos que a cidade é o centro político, social e econômico de uma região e de lá emanam o poder, a autoridade, o conhecimento, que podem ser razões atrativas para uma pessoa se deslocar. O caipira reconhece tal “necessidade” quando há a quebra do isolamento dele por completo e a sua inserção em um mercado produtor e consumidor maior (DURHAM, 2004).

É a partir de situações delicadas, recheadas de incertezas, pelas quais toda uma comunidade pode passar, que são percebidas duas circunstâncias distintas. Segundo Candido (2001) são os fatores de persistência, ou permanência, e os fatores de transformação. Os primeiros se referem às circunstâncias que auxiliam para a manutenção da cultura dos modos tradicionais, enquanto os últimos se referem à introdução de uma conduta modernizada com sentido ao mundo urbano. Porém, devido à complexidade da realidade, é perceptível notar o caráter mais preponderante dos fatores de persistência sobre a realidade, que acaba por incorporar certos aspectos, que *a priori* seriam de outros fatores, ao seu sistema. Portanto, e paradoxalmente, fica difícil definir o que é pertencente a um fator ou ao outro, já que nesta conjuntura que pesquisamos não há uma troca pura e simples de padrões; até porque não estamos falando essencialmente aqui de culturas, mas sim de uma redefinição de elementos tradicionais em razão de ajustamentos aos novos padrões urbanos.

Chegando à cidade, as diferenças culturais entre tabaréus e citadinos são flagrantes, são dois modos de viver e pensar o mundo quase que antagônicos. O interiorano possui a mentalidade fatalista e conservadora, enquanto o citadino está muito mais ambientado com um maior fluxo social, seja de gente, de notícias, de expectativas diversas. A cidade “oferece” ao migrante rural certos aspectos culturais que para alguns podem ser inéditos. Por exemplo, ela impõe um novo ritmo de trabalho, novas relações com o ambiente, novas relações de consumo; enquanto, em contrapartida, a mesma cidade “propõe” coercitivamente a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, isso só para citar alguns aspectos (CANDIDO, 2001). Entre elas, novas relações endofamiliares, inclusive, já que geralmente são os mais jovens que recebem mais do que os idosos na cidade, podendo ocasionar uma inversão na hierarquia doméstica obstaculizando a

autoridade tradicional (DURHAM, 1978). Convém ressaltar que é no período anterior à migração que os mais velhos possuem o patrimônio imaterial do passado com as referências calcadas na tradição. No entanto, importante destacar também que, mesmo quando o migrante rural aporta na cidade, ele não se recrudescer entre seus pares, como os migrantes estrangeiros. Até porque as diferenças culturais que eles possuem não são tão diversas quanto à dos “nativos da cidade”. “Na verdade, a sociedade sertaneja do interior distanciou-se não só espacial mas também social e culturalmente da gente litorânea, estabelecendo-se uma defasagem que as opõe como se fossem povos distintos” (RIBEIRO, 2006, p. 320). No entanto, é patente que esse *gap* entre elas está diminuindo, já que a cultura do tabaréu vai incorporando continuamente elementos significantes de cunho sofisticado e intelectual de tradições com as quais vão se estabelecendo contatos. É uma cultura tão dinâmica quanto qualquer outra.

Uma das situações pela qual o tabaréu é reconhecido como tal na cidade, é quando incapaz de reproduzir o capital cultural exigido no cotidiano urbano se vê ridicularizado em uma experiência que exige um novo tipo de capital cultural⁸ adaptado à sua nova realidade. Muitas das vezes isto ocorre quando se demanda um trato nas relações impessoais e uso de instituições burocráticas. Quando o migrante não possui tal requisito, ele inverte o tipo de relação e apela a alguma mais próxima. É dessa maneira que ele ajusta o capital cultural adquirido na terra natal para conseguir de alguma forma um ajustamento razoável na cidade. Só com o passar do tempo, com o alargamento do campo de amizade e o desenvolvimento profissional dele, é que começa a lograr novas posições e a compreender melhor como funciona o “mundo urbano”. Apesar disso, a carreira profissional do migrante é geralmente condicionada pelo histórico ocupacional do seu grupo familiar. Sem ele, o próprio migrante fica indeciso, perdido, sem saber aonde ir, o que procurar, onde procurar. O que ele quer é se integrar o mais breve possível ao contexto da cidade (DURHAM, 1978; 2004).

O que se verifica nas sociedades contemporâneas é que há uma disputa tácita em torno de oportunidades para ascender socialmente, através de modos de consumo, em função do prestígio, sendo condicionada na exibição de elementos materiais ou imateriais que sejam caros. Sendo o *gosto* um elemento fundamental nessa lógica de distinção; como Bourdieu

⁸ Genericamente, este conceito refere-se ao conjunto de recursos, competências e apetências, disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. Pode existir em dois estados, o incorporado, quando faz parte das disposições, do *habitus*, dos agentes; e o objetivado, quando é certificado através de provas, atributos ou títulos, designadamente escolares. Todo o capital, seja qual for a sua espécie, subentende uma relação de dominação, de apropriação/desapropriação. Dimensão crucial na configuração do espaço social, o capital cultural influi consideravelmente num amplo leque de práticas e representações sociais (BOURDIEU, 2007).

(apud JENKINS, 1992) destacou o produto do condicionante associado a uma classe particular de condições de existência, que unem todos aqueles que são produto de condições similares enquanto distingue-os de todas as outras. Isto é, os gostos são também os desgostos, os primeiros funcionam ao mesmo tempo como fatores de integração, atestando o pertencimento a uma classe, mas também funciona como um fator de exclusão (BOURDIEU, 2007).

Sendo a ação de consumir, por sua vez, em particular os bens culturais, se inscreve dentro de uma vontade de distinção social. É o que Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2002) denominaria de *estratégias de distinção*, que é a disputa de classes no cotidiano se apresentando mais frequentemente sob a forma irreconhecível e eufemizada da luta para a hierarquização legítima das diversas práticas, quer dizer, da luta para as classificações sociais.

Já que mencionamos o termo *capital cultural* muito caro às ciências sociais nas últimas décadas, e a escola, que é um dos veículos de onde se adquire esse capital, está distante para o migrante rural também reconhecê-la dessa maneira. Isso acontece porque o currículo escolar é visto como inadequado e o próprio ambiente proporciona uma difícil adaptação para ele. Outro fator que o prejudica nesse tipo de situação é que o preenchimento de vagas no mercado de trabalho adaptado ao que o caipira procura na cidade não exige muito conhecimento formal, apenas conhecimentos ligados a estereótipos dos padrões urbanos (DURHAM, 2004).

Portanto, acabamos de descrever como era tipificado socialmente o tabaréu. Porém, devemos lembrar que contemporaneamente e também dentro do processo de desenvolvimento do Brasil, eles também foram incluídos, como as melhorias, ainda que parcas, na saúde e educação, por exemplo, o aumento da expectativa de vida, a diminuição de mortalidade e da desnutrição infantil, a redução do analfabetismo entre jovens e adultos. Além disso, a cidade do interior também se desenvolveu urbanisticamente. Agora, pelo menos em alguns municípios, é possível encontrar lanchonetes de *fast-food*, campi universitários, lojas comerciais dos mais variados segmentos. Ou seja, aquela ideia de não se encontrar nenhum vestígio que se assemelhasse à capital tornou-se ultrapassado. Muitas das vezes os habitantes do interior não necessitam recorrer à Aracaju para encontrar emprego, evoluir nos estudos e/ou curar-se de alguma enfermidade menos grave.

Segundo Durham (2004), os estudos de comunidade proporcionaram à antropologia brasileira um grande destaque ao mesclar o rural e o urbano nas pesquisas com conclusões generalistas e fazendo uma projeção da sociedade como um todo. Tal tema de estudo encontrava muitas semelhanças com o estudo das sociedades ditas primitivas, pesquisando

pequenas comunidades como se fossem aldeias mais próximas; formulando o estudo das manifestações culturais juntamente com seus aspectos socioeconômicos. Curioso que a antropologia, que no Brasil por boa parte do século XX, esteve à sombra da sociologia, com os estudos de comunidade pode compartilhar dos seus métodos e teorias – vide a abordagem funcionalista da sociologia durkheimiana e da antropologia social britânica (DURHAM, 2004) – ganhar um pouco mais de reconhecimento nacional.

2. FAMILIARIZANDO-SE COM A CAPITAL

2.1. Os anos iniciais

Os primeiros núcleos urbanos da então província de Sergipe, nos séculos XVIII e XIX, localizavam-se às margens dos principais rios que cortavam o seu território, eram eles: o Piauí, o Japarutuba, o Vaza-Barris, o Cotinguiba e o Sergipe. Eram localidades voltadas prioritariamente para o cultivo da cana e para a produção do açúcar que tiveram certa prosperidade durante o período colonial e início do Império, possuindo usinas e casas de comércio estrangeiras⁹, com destaque para as cidades de Laranjeiras, Estância, Maruim, Riachuelo e a capital à época, São Cristóvão.

No entanto, apenas durante a segunda metade do século XIX é que província dará um salto no que tange às questões de urbanicidade, com a transferência da capital para um novo espaço. O território escolhido foi a antiga Vila de Santo Antônio do Aracaju, que com o novo estatuto de capital passa a se chamar Aracaju; território elevado à condição de cidade por decreto provincial para ser a porta de entrada e saída dos produtos resultantes das atividades econômicas produzidas no estado, sobretudo para a exportação do açúcar, nessa faixa de terra compreendida entre os rios Real ao sul e o São Francisco ao norte.

A nova cidade projetada e não planejada¹⁰, situada entre rios e o mar, mangues e pântanos, foi construída pelas mãos de cerca de duzentos “tabaréus” vindos de Itabaiana, Lagarto, Campos (atual Tobias Barreto), Itabaianinha e Simão Dias, principalmente, que seduzidos pelos bons salários deixaram o interior para trabalhar na edificação da nova capital (ALMEIDA, 1965). Tal obra reflete o momento moderno urbanístico do período e que soube superar as adversidades geográficas do solo e continuar se desenvolvendo passados 160 anos da sua construção: “Aracaju seria um símbolo da idéia de progresso liberal disseminada pelo Império, embora numa sociedade escravista” (CARDOSO apud VILAR, 2006, p. 47); tal ideologia é corroborada pelo momento em que a civilização ocidental passava: o da “modernidade liberal restrita”, segundo Wagner (apud DOMINGUES, 1996).

Essa ideologia modernizadora perpetrada impositivamente concebia o espaço urbano das novas cidades sendo preferencialmente usufruídas por indivíduos favorecidos economicamente, se não em sua área total, ao menos nos espaços privilegiados; compreendendo que o trabalho escravo deveria estar limitado à zona rural. Debajo do

⁹ Cf. ALBUQUERQUE, 2010; Cf. SANTOS NETO, 2010.

¹⁰ Projetada porque foi pensada antecipadamente e porque houve um projeto para a cidade. Mas, não é planejada, pois não se preparou para o seu futuro. Há ainda essa confusão, tanto no senso comum quanto na imprensa de Sergipe, com relação à Aracaju ser uma cidade *planejada*. Cf. NOGUEIRA, 2006.

amparo desse ideal, fazia-se necessário que a urbanização estivesse ordenada da mesma maneira isso se estendia às práticas culturais dos habitantes independentemente da sua posição na estrutura social. As ideias que regiam os artigos integrantes do Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal de Aracaju em 1870 eram a ordem e a civilidade, no intuito da difusão dos famigerados bons costumes, de pretensão conservadora (NASCIMENTO, 2012). Tratava-se de uma liberdade restringida.

A capital inicialmente contava com três zonas distintas: o Santo Antônio, ao norte; a Olaria, na região central; e a Barra do rio Poxim, ao sul (SILVA, 1992). Era uma região bastante pequena contando com apenas uns cinco quilômetros, mais ou menos, de norte a sul, recheada pelos riachos Olaria e Aracaju ao norte, o Caborge ao centro e o Tramandaí ao sul.

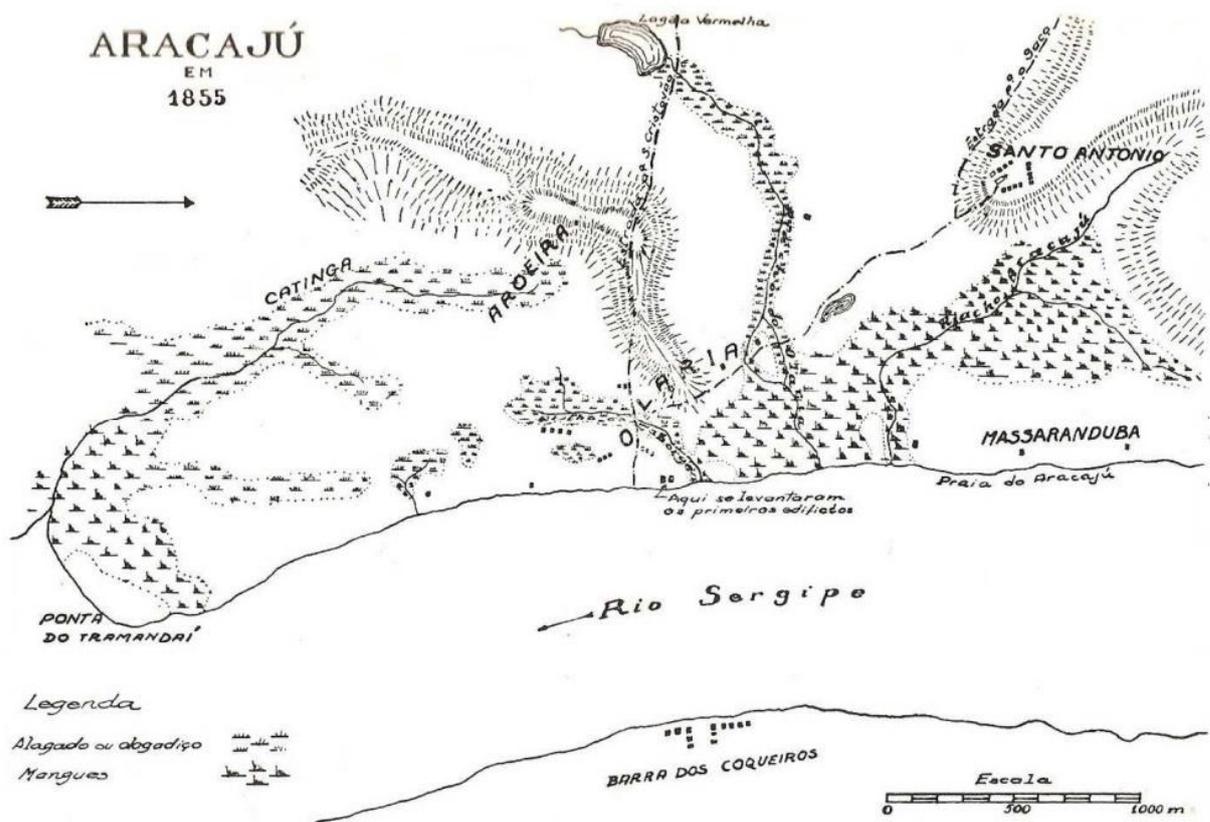


Figura 1 - Esboço geográfico da capital sergipana no seu "nascimento". FONTE: PORTO, 1945.

É importante salientar que durante o século XIX houve uma mudança no perfil das capitais brasileiras, saindo de cidades-fortalezas, localizadas em planaltos e morros ou quando à beira de rios, lugares que não pudessem ser alcançados por navios de longo curso, para cidades-portos, à beira-mar, ou às margens dos rios mais importantes, em planícies. Segundo Silva (1992), além das causas mais amplas que afligiram todo o país, em Sergipe dois fatores contribuíram para a mudança da capital: a submissão dos senhores de engenhos locais perante

os trapicheiros baianos e a falta de comercialização direta com o exterior, esta tida como a principal razão da transferência.

A capital é um reflexo também das relações econômicas empreendidas à época no Nordeste, já que a razão principal para a sua construção foi a melhor saída marítima para o escoamento dos produtos agrícolas. Porém, como a mudança da capital só se deu na década de 50 do século XIX, este tipo de comércio em volta do açúcar, o carro-chefe da economia provinciana, já estava declinando no Nordeste. Após a abolição da escravatura caiu ainda mais devido ao processo de escassez da mão-de-obra nos canaviais.

Em Sergipe, não foi diferente, o açúcar também perdeu sua hegemonia econômica, afetado também pela nova condição da mão-de-obra não escrava. Com isso, os habitantes das cidades produtoras de açúcar do Vale do Cotinguiba, a região que contava com o maior número de engenhos de açúcar da província¹¹, mudaram-se para a nova capital em busca de novos empregos, onde a indústria, sobretudo a têxtil, começava a se instalar, o que concorreu para que se verificasse o *boom* do proletariado urbano¹²: “Com o advento das leis abolicionistas os escravos libertos saíam dos engenhos, na zona rural e vinham para Aracaju buscar novas oportunidades de trabalho” (FRANÇA; FALCÓN, 2005, p. 96).

O acesso à nova capital foi facilitado e fomentado pelo governo provincial por meio de medidas legislativas através de resoluções, como um trecho extraído da resolução nº. 444 de 26 de agosto de 1856 nos indicam:

Art. 1º Fica aprovado o acto, pelo qual o presidente da província [à época, Salvador Correia de Sá e Benevides] adiantou à alguns Empregados Públicos provinciaes um anno de seus ordenados para a edificação de casas para habitarem nesta capital.

Art. 2º. O mesmo presidente fica autorizado a conceder sob as mesmas clausulas e cautellas igual beneficio à todos aqueles Empregados Provinciaes que d'elle se quiserem utilizar.

No mês anterior, o mesmo presidente da província já havia isentado, durante uma década, os habitantes de Aracaju do pagamento da Décima Urbana, uma espécie de IPTU, desde que a residência fosse concluída até o ano seguinte (SANTOS, 2007). Esse imposto equivalia a 10% do rendimento que os imóveis poderiam obter. O governo justifica essa medida no relatório apresentado na sessão de abertura da 11ª legislatura da Assembleia Provincial de 1856,

¹¹ Para se ter ideia da robustez da produção de açúcar do Vale do Cotinguiba, durante a década de 1850, a região chegou a produzir mais de 65% do total do açúcar sergipano. Cf. AVÉ-LALLEMANT, 1980.

¹² A fábrica Sergipe Industrial foi fundada ainda no final do século XIX, em 1884. Enquanto a sua concorrente, a Confiança, em 1918, curiosamente fundada por um usineiro, Sabino Ribeiro, que era o proprietário da usina Caraíbas em Santo Amaro e possuía o direito da exploração sobre os trapiches Brown, na capital, e do Bom Gosto, em Maruim (ver Figura 30, Correio de Aracaju, 25/06/1938).

acrescentando ao mesmo documento algumas dificuldades encontradas no estabelecimento dos novos habitantes:

... [Sobre a efetividade da cobrança da Décima Urbana] [haja] visto que tem cessado os embaraços de todo o gênero que tem atropelado o serviço das repartições, já pela mudança da Capital, e falta dos necessários commodos na repartição, já pelas enfermidades de que constantemente são accommettidos os empregados [...]. Acho justa a idea apresentada no relatório do digno inspector de dispensar do imposto da décima por alguns annos aquelles que na Capital edificarem, segundo o plano municipal, sendo extensivo este benefício somente aquelles que apresentarem os edificios promptos até o último de Dezembro de 1857. (SERGIPE, 1856, p. 48)

Mas mesmo com essa facilitação ainda persistiam as dificuldades na questão da habitação. O presidente da província fez um desabafo perante Assembleia Legislativa conclamando a elite econômica a investir no ramo imobiliário, já que o Poder Público fez o que pôde como a isenção do pagamento da Décima Urbana e do adiantamento dos ordenados.

Contristou-me ver a sorte dos empregados públicos da província, sujeitos a todas privações, incommodos e risco mesmo de suas vidas, habitando em pequenos ranchos de palha.

O governo da província, por mais solícito que fosse em dar incremento ao progresso da nova Capital, não podia exercer a menor acção sobre os capitalistas da província em circumstancias de promover a edificação de casas onde habitassem esses empregados, e outras pessoas que buscassem a residência na Capital.

Admira, Senhores, causa-me a maior estranheza, que sendo tão sensíveis as vantagens que resultão para a província a criação da nova cidade do Aracajú, manifestando tanta anciedade de n'ella residirem pessoas da província e de fóra, que tem vindo estabelecer-se e voltão por não encontrarem habitações, pagando-se um preço fabuloso por qualquer pequena casa; admira-me, digo, que os capitalistas d'esta província não se deliberem a empregar alguma parte de seus capitães na edificação de casas, armazéns, trapiches, & c., para o que encontrão perto todas as proporções e pequeno trabalho, dando assim vida a uma cidade que tanto futuro promete, e, o que mais é, sendo certo o lucro extraordinário dos capitães assim empregados. (Ibid., p. 55-56).

No entanto, esse dispositivo regulamentar por parte do Poder Público é contraditório quando se verifica na prática quem possuía as terras na área do Quadrado de Pirro, tornando-as muito difíceis de serem negociadas em razão do valor elevado, tanto para venda quanto para aluguel (SANTOS, 2014).

Já no século XIX, a capital possuía uma estrutura econômica, que mesmo com uma tradição agrícola, era capaz de gerar e aplicar recursos financeiros em negócios urbanos. Este fato é comprovado pelo intenso movimento, até certa medida, do mercado imobiliário aracajuano, onde grupos empresariais já possuíam imóveis de alto valor localizados na região privilegiada da capital da província, a Rua da Aurora. Por exemplo, o trapiche que a Companhia Baiana possuía o valor de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), cujo valor

atual corresponde a um imóvel de R\$23.400,00¹³; os dois imóveis que a Adolpho Schramm & Cia.¹⁴ possuía na região central da cidade um de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), no valor atual de R\$7.800,00 e o outro valendo 360\$000 (trezentos e sessenta mil réis), que equivale a R\$2.340,00, sendo que este último estava alugado a Henrique Schramm; e a Companhia Pernambucana¹⁵ que arrendava um imóvel pertencente a Guilherme José Vieira na mesma rua, cujo valor era 1:000\$000 (um conto de réis), R\$6.500,00 atuais. Sem mencionar, os donos de vários imóveis nesta mesma região que adquiriam prédios com fim de alugar: por exemplo, Antonio Baptista Bittencourt, que tinha 13 imóveis; Maria de Faro Rollemberg¹⁶, proprietária de 14 casas; e Antonio Correia Dantas, que era o dono de “apenas” 8 instalações (SANTOS NETO, 2005).

Aracaju vivenciou um breve período imperial, foram apenas pouco mais de três décadas, as últimas da dinastia dos Bragança como chefes de Estado monárquico. A transferência da capital se deu em um momento em que D. Pedro II já estava no seu 15º ano no posto máximo do império. O Brasil vivenciava um ambiente de maior tranquilidade sociopolítica após o turbulento período regencial que durou uma década. No segundo cargo em importância, a Presidência do Conselho de Ministros, uma espécie de Primeiro-Ministro, era ocupada pelo Marquês do Paraná, membro do Partido Conservador; inclusive, o mesmo partido do presidente da província à época e do principal “entusiasta” do processo de transferência da capital, Ignácio Joaquim Barbosa e do Barão de Maruim, respectivamente. Esses trinta anos foram o bastante para a cidade “recém-nascida” ter emprestado o seu nome a um título nobiliárquico, o baronato concedido a José Ignácio Accioli do Prado, “fazendeiro e criador abastado”, como não poderia deixar de ser, em se tratando da dinâmica aristocrática do Brasil Imperial, em 1872¹⁷. Além dele e daqueles que ocupavam cargos administrativos,

¹³ As conversões de réis para real levaram em consideração os seguintes fatores: 2\$500 equivale a 1/8 do ouro 22 quilates; a cotação da grama do ouro de 22 quilates em US\$36; e, por consequência, também a conversão do dólar para o real, US\$1 valendo R\$3,61. (Fonte: DÓLAR... 2016; GOLD... 2016; HISTÓRICO... 2016)

¹⁴ A empresa dos alemães Adolpho e Ernst Schramm possuía sua sede na cidade de Maruim, além de escritórios na capital sergipana, Salvador, Recife e Hamburgo, sua terra natal. A Sociedade Hamburguesa era uma companhia especializada na economia açucareira, como financiamento de compras do maquinário, empréstimos e comércio de exportação do produto da cana (ALBUQUERQUE, 2010).

¹⁵ As companhias Baianas e Pernambucanas, ambas do ramo de navegação, eram as líderes do mercado logístico regional. Elas transportavam tanto passageiros como mercadorias, onde o acirramento da disputa se dava principalmente no transporte para as localidades das províncias de Sergipe e Alagoas. Ambas, além dos rendimentos das passagens e dos fretes pagos pelas pessoas físicas e jurídicas, se valiam de subsídios dos governos provinciais e imperial por onde passavam. Sendo que tais subsídios eram partes fundamentais nos seus registros contábeis (SAMPAIO, 2006).

¹⁶ Maria de Faro Rollemberg, também conhecida como D. Maria do Topo por ser a senhora do Engenho do Topo, era filha do Barão de Japarutuba e sobrinha do Barão de Maruim. Casou-se com seu primo, Manuel Rollemberg de Menezes; desse matrimônio veio a nascer o futuro senador Gonçalo de Faro Rollemberg (DIAS, 2016).

¹⁷ Cf. VASCONCELLOS, 1918.

outros latifundiários acorreram à nova capital, como o barão de Japarutuba, Gonçalo de Faro Rollemberg, que possuía um casarão na Rua Boquim¹⁸. É de se imaginar que a cada novo pedaço de terra disponível no perímetro urbanizado da nova cidade fosse de imensa disputa. Integrantes da ideia de quanto mais próximo dos palácios administrativos mais prestígio e privilegio seria melhor numa possível disputa simbólica por posição na elite.

A nova capital, por si só, atraiu grande contingente populacional por oferecer e apresentar situações inéditas aos que viviam na província e novas oportunidades de emprego: "A população pobre foi atraída pela nova capital a procura de emprego e pela primeira fábrica de tecidos do estado de Sergipe, instalada em 1884". (FRANÇA; FALCÓN, 2005, p. 45). O fascínio por ela se dará por se tratar de "... uma cidade-polvo, que aos tabaréus tem como poderosos tentáculos, a forma do seu progresso. Todo habitante do interior do Estado alimenta o sonho dourado de vir fixar-se na praia aprazível, onde há passeios e novidades" (SILVA apud SANTOS, 2002, p. 144). Oliva (1997) também ratifica a emergência da migração à Aracaju, quando a cidade passou a ser uma "interceptadora" da corrente migratória que tinha como destino São Paulo, o sul da Bahia, o Espírito Santo ou a região amazônica.

Um dado que comprova esse fascínio é que a cidade de Aracaju foi a segunda capital nordestina em crescimento populacional na primeira década republicana, entre 1890 e 1900 (SOUZA, 1985). Arelado à novidade da capital, talvez esteja o fato de São Cristóvão conter muitos elementos de estética barroca, ruas estreitas e tortuosas, reminiscências do período em que Sergipe procurava esquecer que um dia já esteve sob domínio de Salvador; nas palavras do próprio Inácio Barbosa, para quem a antiga capital revelava "decadência e miséria" (SANTIAGO, 2005, p. 88). A urgência da mudança da capital é patente, comprovada nas palavras do Correio Sergipense, de 23 de maio de 1855:

O exm. Presidente da província de acordo com os Escolhidos da Província [os deputados provinciais] fizerão transferir a Capital da Província para o Aracaju sem lamentarem a perda da Casa de mercado de São Cristóvão em que não havia [o] que vender, sem lamentarem a perda da Cadêa, únicos edifícios públicos, que possuía esta velha Cidade, que já vergava o dorso sob o peso de seus duzentos e tantos annos com todo o aspecto da decrepitude sem ter tido jamais a gloria de ter sido cortejada como jovem e bella.

Essa perspectiva é modificada com a fundação de uma nova capital que tem como inspiração a ideia de progresso liberal, com um novo traçado urbanístico que refletisse as novas aspirações da província. Além disso, havia o aspecto físico da localização de São

¹⁸ Cf. ALBUQUERQUE, 2014.

Cristóvão que está em uma parte de difícil navegação do rio Paramopama e em um terreno recheado de ladeiras, irregular e estéril (SILVA, 1992).

Para melhor entendermos esse período inicial da nova capital é extremamente válida a consulta aos relatos de viajantes, quando ela ainda estava “engatinhando”. Isto nos serve no sentido de verificar o quanto a cidade cresceu. Um dos relatos aqui retratados é o do alemão Robert Avé-Lallemant ([1859] 1980), que percorreu as províncias do “norte” brasileiro em 1859. Interessante como ele relata a os primeiros passos da nova capital:

Chamaram a nova fundação, situada imediatamente acima da embocadura do rio, Aracaju. Tem aspecto sumamente agradável. Tudo é bonito e novo na margem, embora muito provisório. A residência do Presidente, a Câmara Provincial dos Deputados, um quartel, uma igreja e até uma loja maçônica – tudo ostenta na sua pequenez e exigüidade de espaço primorosa e bonita aparência. *Por toda parte se trabalha, por toda parte se constrói, se cria.* [grifo nosso] No largo rio, sobre o qual se edifica uma nova alfândega, ancoravam cerca de 20 navios de vela, e entre eles muitas bandeiras europeias, e até mesmo um rebocador, um poderoso auxiliar para transpor a perigosa barra. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 331-332).

Avé-Lallemant, todavia, destaca o intenso trabalho por parte do Poder Público para levantar a cidade, ao menos os prédios públicos. “Nos quatro anos decorridos desde a fundação da cidade, já se tem feito muito em Aracaju e está-se fazendo quase outro tanto.” (Ibid., p. 335).

O viajante germânico destaca ainda as primeiras formações habitacionais da cidade. Lembrando das iniciais casas de palha que ficavam fora do Quadrado de Pirro, onde só ali as pessoas das classes populares puderam constituir suas moradias sem precisar levar em consideração as exigências do Código de Postura.

Outro defeito da cidade são seus arrabaldes. Permitiram a gente das classes baixas, fixadas aos poucos em Aracaju, construírem habitações ao seu modo e conforme os modelos que já tinham, sob os altos coqueiros. Vê-se assim, por trás e junto à parte bonita da cidade de Aracaju, uma horrível aglomeração de casas cinzentas, de barro, com telhados de palha de coqueiro, ranchos primitivos, *como se justifica no sertão, mas que não deviam nunca ser permitidos numa nova capital provincial recém-fundada.* [grifo nosso] Aracaju perde com isso toda ilusão, embora os habitantes fuscos de seu bairro cinzento, a maior parte deles de origem índia (...) combinem muito bem com os telhados de palha e os altos coqueiros, que sussurram por cima deles. (Ibid., p. 335)

Meio século mais tarde outro relato de viajante pelo nordeste brasileiro tem certo destaque na literatura nacional. Desta vez, trata-se da autoria do francês Paul Walle, que visitou o nosso litoral durante o ano de 1910.

Aracaju, capital do Estado de Sergipe, é uma cidade de, no máximo, 30.000 a 32.000 almas, situada na encosta de uma colina, na margem direita do rio Cotinguiba (que é o curso de água mais importante do Estado), a uma dezena de quilômetros do oceano. O acesso a Aracaju por mar é bem difícil, devido à barra do Cotinguiba, o que explica o atraso com que a cidade se tem desenvolvido. Mas nem por isso devemos julgá-la em decadência. Muito ao contrário. Há cerca de uma quinzena de anos, ela tinha ainda o aspecto de um vilarejo, onde as ruas nem sequer eram pavimentadas. Desde então Aracaju progrediu bastante, e seu aspecto geral se transformou, com ruas e praças muitas vezes pavimentadas e arborizadas (WALLE apud SANTOS, 2015, p. 189).

Agora já no início do século XX, podemos observar um certo desenvolvimento urbanístico da cidade. Como notado pelo viajante francês, o verde nas praças e as ruas calçadas, deixando para trás a silhueta de uma pequena vila.

A partir do início do século XX com os esforços do governo federal direcionado à economia cafeeira no centro-sul do país, o Nordeste se viu encolhido, perdeu força nas relações de poder no Estado brasileiro. O açúcar ficou em segundo plano no contexto nacional e com o novo cenário, esse setor, perdeu o cargo hegemônico na economia nordestina. Teve que disputá-lo com a economia algodoeira-pecuarista do agreste e do sertão.

Tem-se a impressão que Aracaju é uma cidade que anseia por modernidade, ou pelo menos, os seus administradores anseiam por isto, fazem o possível para esquecer, apagar, o seu passado “tabaréu”. Modernidade, no sentido de comportamentos, sensações e expressões que exprimem o sentir e agir das pessoas que vivenciam aquele processo de mudança. Ser moderno é “ser do seu tempo”, “ser atual”. Porém, no período inicial da cidade, além dos pescadores já existentes no local, os primeiros habitantes da nova cidade eram os comerciantes e funcionários públicos. Ou seja, Aracaju, de imediato já foi jogada em um contexto urbano-industrial, sem que houvesse uma maturação deste espaço como cidade. Sai da situação de um povoado de simples pescadores para a condição de capital de uma província do Nordeste brasileiro: "De fato, a civilização que se desenvolveu no Aracajú não tinha, como as demais, compromissos com a terra e os seus senhores" (PORTO, 1945, p. 21). A cidade nasceu livre e, ao mesmo tempo, pobre. Apenas alguns oligarcas investiram na capital logo que ela passou a essa condição, o principal deles foi João Gomes de Melo, o Barão de Maruim.

Essa ansiedade pelo moderno se mostrava patente no elemento do lazer e dado o fluxo contínuo de gente de outros lugares “mais civilizados”, como a Corte e, até, de outras localidades da Europa, torna-se fácil perceber a vontade por parte dos primeiros aracajuanos em estar em consonância com a “modernidade”.

Conheci (...) muitas pessoas amáveis e bem educadas, e quase todas, especialmente algumas, empregadas na administração pública, que se queixavam sem reserva de que no momento a vida em Aracaju quase não se podia suportar. Isso é fácil de compreender-se. Numa pequena cidade, que só há quatro anos emergiu das areias do mar, *não se pode ainda ter formado boa sociedade, nenhum padrão de vida mais elevado, nem se desenvolvido o gosto artístico*. [grifo nosso] (...) Não vi sinal de concertos, dum teatro, cassino, etc. O povo reunia-se em pequenos grupos diante da casa do Presidente, quando tocava a pequena banda de música do batalhão lá aquartelado. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 336).

É somente no final da década de 1910 que Aracaju começa a tomar corpo como uma capital de um estado brasileiro, consequência do crescimento econômico do estado com o aumento da venda do açúcar e do algodão, em virtude do período bélico da Primeira Guerra, momento em que ambas as mercadorias não eram abundantes no exterior. Além disso, o aumento da produção industrial, que em 1920 já alcançava 237 empresas do ramo manufatureiro, também contribuiu para esse crescimento (DANTAS, 2004).

Foi na pós-Primeira Guerra, quando a capital assumiu o posto de principal núcleo econômico do estado, que se verificou a primeira leva destacada de imigração vinda do interior, graças ao deslocamento de alguns grupos familiares proeminentes, que uma vez tinham tido destaque no campo, e que com a nova realidade investiam no comércio. Dantas (2004) chega a citar as famílias Fonseca e Ribeiro, que já estavam instalados em Aracaju logo no início do século XX e, após a Primeira Guerra, aportam também os Prados Vasconcelos, os Aguiar, os Menezes Prudente, os Barretos e os Francos, construindo palacetes de arquitetura eclética, predominantemente. A partir dessa época a cidade já possuía uma infraestrutura básica composta de água encanada, energia elétrica, saneamento, rede telefônica, obras urbanísticas, estruturação comercial do centro, como exemplo disso, tem-se a edificação do Mercado Antônio Franco em 1926.

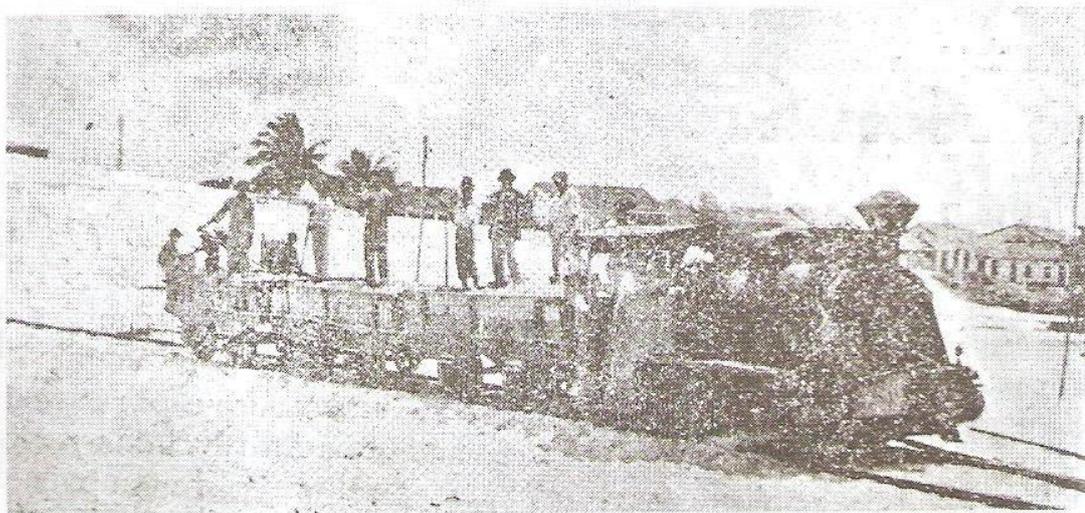
Nesse período a cidade já contava com pouco mais de 45 mil habitantes¹⁹, deixando de ser um lugar inóspito para ser atrativo aos novos habitantes. Porém, desde o início da sua formação que a Capital sofria com a segregação espacial. Os negros e pobres se estabeleceram ao norte do Quadrado de Pirro, enquanto que a classe alta, composta pela incipiente burguesia da agroindústria e por funcionários públicos do alto escalão, em sua maioria ocupou o centro e o sul da nova capital (SILVA, 1992).

Na década de 1930, a capital sergipana restringia-se ao espaço que vai da Fundação, onde atualmente encontra-se a sede do Iate Clube, até o Bairro Industrial. Os seus limites

¹⁹ Cf. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1936. Disponível em <http://ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb_23.pdf>. Acesso em 1 ago. 2012.

eram o Santo Antônio, ao norte; um conjunto de casas que chegava até os apicuns, região onde hoje está a igreja do São José, ao sul; e ao oeste estavam as ruas que subiam os morros de areia tendo em vista a Penitenciária Modelo. E entre a cidade e a referida casa de detenção estava a baixada da Jabotiana (MACHADO, 2005). Até esse período, a cidade passou por uma série de melhorias estruturais com o intuito de se adequar à ideologia modernista de então, que a deixasse próxima das grandes cidades brasileiras.

Um dos fatores que dificultavam o assentamento das famílias e a expansão da cidade é que, além dos manguezais, ela possuía uma enorme quantidade de dunas e morros. Algumas das regiões elevadas da capital deram lugar às ruas que se abriram ou que se ampliaram, dois exemplos são o Alto de São Cristóvão e o Alto de Propriá. Além destes, dois morros que compunham a paisagem do lado norte e oeste que ficaram marcados na memória literária da cidade e que o aracajuano das primeiras décadas do século XX conhecia como “rosário de dunas”. Os morros citados são: o Alto da Areia, no qual, parte das dunas ia da Rua São Cristóvão até a Rua Divina Pastora em um sentido, e em outro da Rua Santo Amaro até a Rua Lagarto, também chamado Alto (ou Morro) da Borborema, e o Morro do Bonfim (SANTOS, 2007).



Locomotiva e vagões que transportavam areia do Morro da Borborema

Figura 2 – Locomotiva e vagões que transportavam areia do Morro da Borborema. FONTE: MELINS, 2015.

O Morro do Bonfim foi um ponto geográfico icônico na primeira metade do século XX, localizado na região central, ao norte do Quadrado de Pirro, entre as atuais ruas Divina Pastora, Capela, Geru, Lagarto, Santo Amaro, Itabaianinha e avenidas Carlos Burlamaqui e Sete de Setembro.

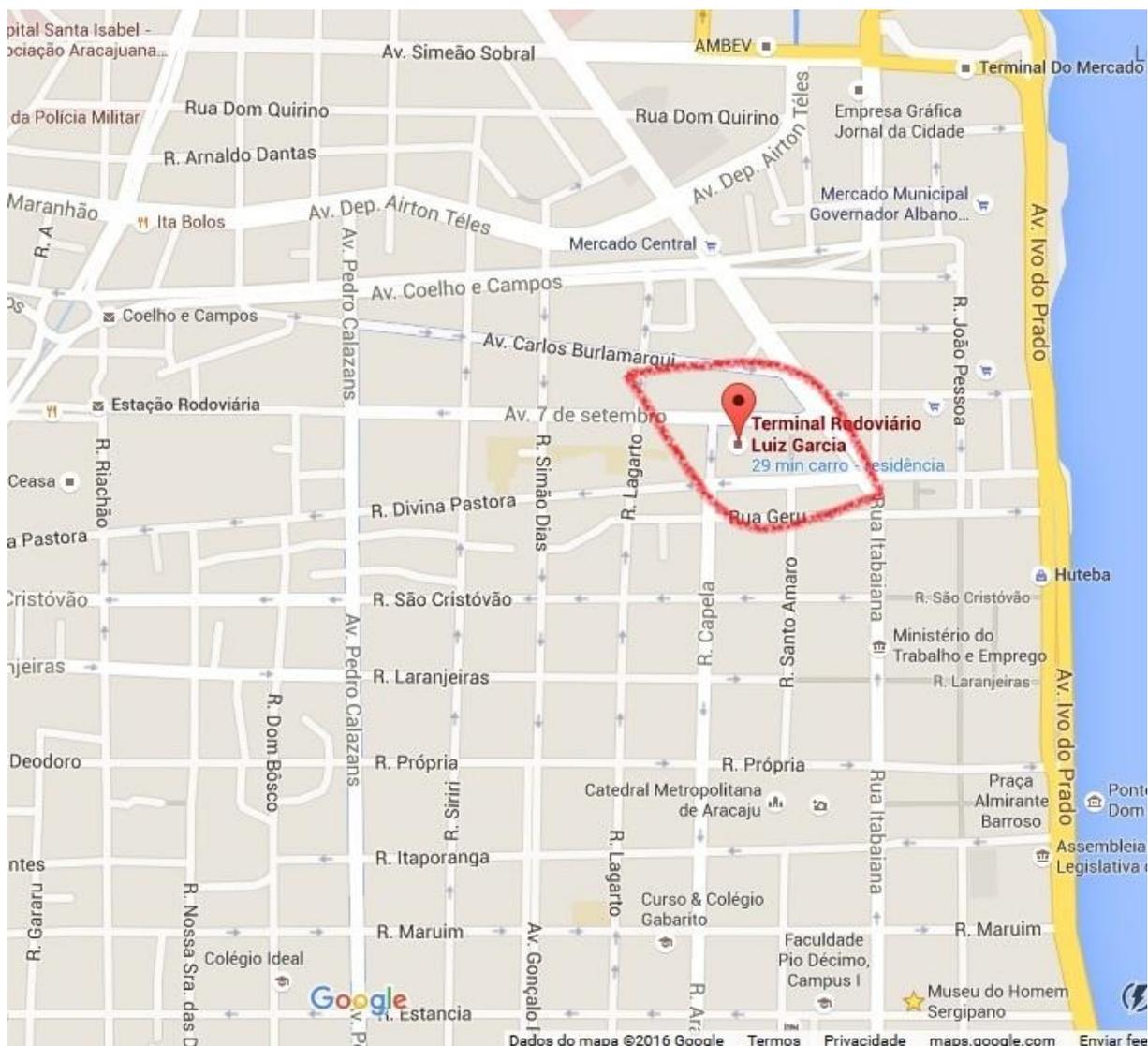


Figura 3 – Espaço aproximado demarcado onde se encontrava o Morro do Bonfim. FONTE: GOOGLE. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/place/Terminal+Rodovi%C3%A1rio+Luiz+Garcia/@-10.9095623,-37.0574051,16z/data=!4m2!3m1!1s0x0000000000000000:0x02924b2c9dea982b?hl=pt-BR>>. Acesso em 18 abr 2016.

Em 1955 começou o seu processo de desmanche durante o governo de Leandro Maciel e, em seguida, iniciou-se a construção das ruas citadas e do Terminal Rodoviário Governador Luiz Garcia (BARRETO, 2005). Era um dos locais frequentados pela população de baixa renda, possuía bares, cabarés, pensões, mas também era uma região residencial, sendo habitada por gente humilde. A sua ocupação se deu em decorrência de diversos motivos, seja pela proximidade do centro da cidade e dos locais de trabalho, ou por não possuir uma vigilância rígida quanto às normas de construções, muitas de taipa e ainda cobertas de palha, ou por conta das suas areias que dispensavam aterros por conta da ausência de mangues tão comum nas regiões marginais dos rios e riachos (SANTANA, 2011). Como foi descrito no jornal *Correio de Aracaju* (16/03/1955) no dia do início do processo de eliminação do morro:

“... o morro do Bonfim, como maior obstáculo, era o espantalho dos urbanistas; assim como os alagados de marinha do bairro Industrial eram o espantalho dos higienistas”.



Figura 4 – Início do desmonte do Morro do Bonfim, com destaque para a presença de curiosos. FONTE: Correio de Aracaju, de 16/03/1955.

Em outras capitais²⁰, também ocorreu essa instalação dos migrantes distante do centro e das áreas de especulação imobiliária. Quanto mais morosa era chegada dos novos habitantes à cidade, mais longe do centro eles iriam morar. Um exemplo disso é que numa festa de enorme apelo popular, como são os festejos juninos, se tem notícia do São João de 1945 se concentrarem, segundo o cronista Rubem Vergara, pseudônimo de Alfredo Gomes, "pelas ruas de canto" da cidade, ou seja, longe do centro, nas ruas mais afastadas, "no fim da rua Laranjeiras e na rua Riachão" (Correio de Aracaju, 28/06/1945). Este modelo inicial de planejamento não pensou na existência da classe popular na cidade, e isto contribuiu com o caráter de divisão social de Aracaju. Dessa forma, na cidade foi proliferando a ideia de espaços específicos para cada classe social.

A questão habitacional na capital merece destaque, porque como já vimos, a cidade era uma na teoria e outra na prática. Desde o início já houve uma facilitação por parte do Poder Provincial na instalação dos novos moradores e incentivo para os grandes latifundiários em possuir terrenos em Aracaju.

²⁰ Para o caso de Natal, Cf. CHIANCA, 2013.

VENDE-SE

A proprietária do sítio Luzia, junto a Linha de Tiro, nesta cidade, tendo de retirar-se d'este Estado, vende a alludida propriedade, cercada de arame, tendo uma casa de telha, terrenos para plantação de tuberozas, bananeiras, coqueiros, e capim boa, agua potavel e terrenos ainda não cercados, propios para pastagem de animacs. E' salubre o local. A annunciante reside a rua da Boquim, nesta Capital.

Aracajú, 9 de Maio de 1913.

Anna Gonçalves dos Santos.

5-10

Figura 5 – Anúncio da venda de um sítio na capital. FONTE: Diário da Manhã, 31/05/1913.

De acordo com Vilar (2006), na primeira metade do século XX, Aracaju contava com quatro zonas com características específicas, eram elas: a norte, onde se localizavam as fábricas têxteis (Sergipe Industrial e Confiança) e que deram a esta zona um molde prioritariamente operário, as quais se basearam na região conhecida por Chica Chaves, posteriormente denominada Bairro Industrial, onde inclusive, os empresários do ramo viabilizaram a moradia dos seus funcionários próximos aos respectivos locais de trabalho; a zona sul, onde se instalaram as melhores casas da época, pertencentes à classe dominante; a oeste, a zona em expansão da cidade até meados dos anos 50 do século XX, onde se localizava a população de baixa renda e/ou vinda do interior e da zona rural, com um espaço específico no bairro Siqueira Campos, inicialmente denominado bairro do Aribé; e por último, a zona do centro da cidade, com a particularidade de ser a região do comércio, administrativa e, também, residencial. Elas começam a se formar entre a década de 20 e 30 do século XX, auxiliadas por todo aparato tecnológico que vinham aportando na capital.

Para o poder público a cidade era dividida em seis distritos quando a expansão da cidade já era algo patente. Sendo que, do primeiro ao quarto distritos constituem a cidade, propriamente dita, incluindo-se imediações; enquanto o quinto e o sexto designavam a Barra dos Coqueiros e o Porto Grande, como vemos a seguir:

1º Distrito Municipal:

A parte Sul da Cidade, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua S. Paulo com a rua de Própria, em direcção do actual edifício da Delegacia Fiscal do

Thesouro Nacional; e deste ponto para o sul até a avenida Presidente Ignácio Barbosa, formando quadrilátero com a dita rua de S. Paulo.

2º Distrito Municipal:

A parte norte da cidade de Aracaju, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua de São Paulo com a rua de Própria em direcção ao actual edifício da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional e deste ponto para o norte á Avenida Carlos Bularmaque, formando quadrilátero com a rua de São Paulo.

3º Distrito Municipal:

A zona ocupada pelos povoados Santos Antônio e arraiaes Cabeça Molle, Sacco, Telha, Aracajusinho, Bairro Industrial, Getimana, Engenho Velho, Urubu, Miramar, Porto das pedras, Gengibre, Porto Dantas, e unidades outras intermédias, estendendo-se até aos limites do município.

4º Distrito Municipal:

A zona ocupada pelos arraiaes denominados: Luzia, Gragerú, Quirino, Raposa, Barreiras, Sambabaia, Tramandahy, Saquinho, Gila, Porto do Algodão, Jabotiana, Atalaia, Pontal, Pau-Grande, Capucho, Barro Vermelho, Bugio e outros intermédios até os limites do Município.

5º Distrito Municipal:

O Povoado Barra dos Coqueiros em toda a extensão da Ilha.

6º Distrito Municipal:

O povoado porto Grande e o restante compreendido entre o oceano e o rio Pomonga (Art. 3º do Código de Posturas de 1926 apud SANTOS, 2007).

Depois da seca que grassou o Nordeste em 1932, uma outra opção para substituir a cultura da cana foi a incursão no campo da pecuária, que até se expandiu como alternativa, mesmo possuindo uma inexatidão de dados desse período. No entanto, algo dificultou a longevidade dessa atividade econômica. É que na mesma década surgiu o fenômeno do cangaço, e o mais destacado deles, o bando de Lampião. Dessa forma, os proprietários e seus respectivos familiares deixaram essas zonas inseguras (DANTAS, 2004).

Ainda durante a década de 1930, outro fator que causou o adensamento das capitais brasileiras, foi a implantação do Estado Novo pelo governo de Getúlio Vargas que trouxe uma nova ordem, não apenas política, mas também social. Nas palavras de Ianni (1971, p. 21), no Brasil “consolidou-se uma vitória importante, ainda que parcial, da cidade sobre o campo.” Moderadamente, os grupos mais urbanizados foram impondo seus interesses sobre os grupos com mentalidade rural.

Por conseguinte, a nova força motriz econômica do estado passou a ser as indústrias. Ainda na primeira metade do século XX é notória a importância dos grandes grupos familiares empresariais, que, inclusive, já se utilizavam de publicidade nos jornais para divulgação de suas marcas dos mais variados setores comerciais, tais como Ribeiro Chaves & Cia. (ramo têxtil), Motta & Filhos (ramo alimentício), Manoel Aguiar & Filho (matérias de construção), Monteiro & Cia. (seguradora), Andrade, Leal & Cia (também seguradora); Prado, Vasconcellos & Cia (bancário); Faro Passos & Cia. (importação e exportação). Mas, sobretudo, as que mais se destacavam eram as indústrias de cunho têxtil que se espalhavam

através de sete cidades, as da capital eram a Sergipe Industrial, de propriedade de Thales Ferraz, e a Confiança, de Sabino Ribeiro, as duas líderes do mercado sergipano. E mesmo com a queda na produção do algodão no estado, elas continuavam a progredir. Em 1945, Sergipe era o quinto estado do Brasil e o segundo do Nordeste com o maior número de empresas desse ramo (DANTAS, 2004).

A vida urbana era muito diferente da vida rural durante a primeira metade do século XX, mesmo em uma capital considerada pequena quando comparada a outras da mesma região. O índice de urbanização ainda era considerado baixo em 1940, já que 69% da população ainda viviam na zona rural do estado, porém, a capital já era, também, o maior núcleo demográfico com 59 mil habitantes²¹. Porém, nessa mesma década, apesar da maior parte da população do estado viver no interior, a relação com a capital já era marcada por frequentes intercâmbios; uma vez que nesse período foram estabelecidas linhas de transporte coletivo com as principais cidades do interior, tornando-se mais acessível à ida ao centro socioeconômico do estado.

Era um estilo de vida que obedecia a um novo ritmo, muito mais rápido do que a vida no campo. Isso ocorria devido aos novos elementos tecnológicos que diminuía as distâncias entre as pessoas, como o telefone e o telégrafo. Já havia uma rede de interdependência mundial que incluía também as pequenas cidades, vilas e até a própria zona rural à procura de mercados consumidores novos, expandindo também novas formas comerciais e culturais originárias das grandes cidades. Isso era a modernidade – no sentido dos novos recursos tecnológicos e dos novos hábitos e costumes – que adentrava pelo porto, pelas praças, pelas ruas, pelas calçadas da nova capital sergipana.

Esse processo que ocorreu no Brasil foi diferente do que ocorreu na Europa. Aqui o *ser* moderno estava atrelado à ânsia de se distanciar o mais depressa possível do passado colonial e imperial: ser moderno era ter costumes europeus, como fazer *footing*, beber cerveja, falar alguma coisa de francês ou inglês, visitar o Velho Continente sempre que possível, isso tudo faria a pessoa *parecer* moderna. O afastamento gradativo dos hábitos provincianos fazia parte desse processo, pois os valores da modernidade eram fundamentalmente urbanos. E a província queria estar a par com a atualidade; apesar de que, uma vez ou outra, parte da elite ainda se aprazia com hábitos considerados arcaicos, como cheganças, entrudos, paus de sebo, quermesses com práticas interioranas.

²¹ Fonte: IBGE. População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em 25 fev. 2015.

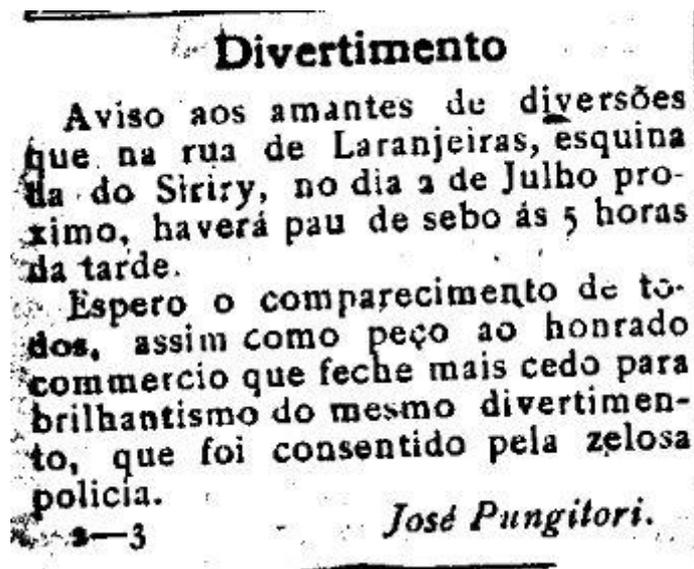


Figura 6 – A ocorrência de práticas culturais populares em Aracaju no início do século XX. FONTE: Diário da Manhã, 01/07/1913

Portanto, como um indicativo dessa força modernizante por parte do poder público, já no primeiro Código de Posturas publicado pelo governo provincial já declarava as seguintes interdições:

Art. 8º - O indivíduo que, nas fachadas dos edifícios e muros desta Cidade, fizer riscos, ou pintar quaisquer figuras, em prejuízo do asseio dos mesmos, será multado em 6\$ réis ou oito dias de prisão, dobrando nas reincidências.

Art. 9º - Ninguém poderá dar tiros, ou caçar dentro dos limites desta Cidade e Vilas de seu Município e nem em suas imediações. O contraventor será multado em 10\$ réis; e, na falta, sofrerá quatro dias de prisão.

Art. 10º - É proibido fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas a não ser para objeto de necessidade, assim como é proibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas, sob pena de quarenta e oito horas de prisão, ou multa de 4\$ réis.

Art. 11º - Toda pessoa que em lugar público proferir palavras indecentes, ou praticar gestos, ou tomar atitudes da mesma natureza, ou apresentar quadros ou figuras ofensivas à moral pública será multado em 30\$ réis. Sendo escravo, pagará seu senhor a multa.

Art. 12º - Fica inteiramente vedado a qualquer pessoa lavar-se de dia nas praias, rios ou em qualquer lugar público deste Município, se não estiver vestido de maneira que não ofenda a moral pública. O infrator sofrerá quinze dias de prisão ou pagará multa de 20\$ réis.

(...)

Art. 15º - Fica proibido soltar-se foguetes, buscapés, dar tiros de ronqueiras nas ruas desta Capital, Vilas e povoados deste Têrmo. O contraventor sofrerá a multa de 10 ou oito dias de prisão.

Art. 16º - É proibido andar-se indecentemente trajado nas ruas desta Cidade, Vilas ou povoados do Têrmo, trazendo mandriões sem camisa, com escândalo da moral pública. O contraventor sofrerá multa de 4\$ réis ou cinco dias de prisão, dobrar nas reincidências. (RESOLUÇÃO nº 458 de 03/09/1856 apud MELINS, 2015, p. 37-38).

Outra passagem que exemplifica o processo civilizatório sofrido pela capital, foi a proibição da realização de feiras livres. Algo que, para uma pessoa que conhece o cotidiano e as práticas culturais da realidade nordestina, percebe-se a gravidade dessa proibição. A feira

livre é um evento caro à gente do interior. Para além de ser um simples evento de trocas comerciais, é, também, uma oportunidade para a sociabilidade, com conhecidos ou não; um palco onde são esboçadas relações de solidariedade, trocas culturais e simbólicas. No interior sergipano, as feiras chegam a congestionar uma cidade inteira no dia em que são realizadas, como o caso das de Itabaiana e de Lagarto, que se transformaram em pontos de convergência dos habitantes de vários municípios circunvizinhos. Portanto, a proibição desse evento numa capital é de se estranhar. Muito provavelmente, o Poder Público quis com isto disciplinar a circulação de pessoas na cidade.

Manoel Pereira Guimarães, presidente da camara municipal,

Faz saber que está em vigor o artigo das posturas que extingue a feira desta capital, cuja disposição é a seguinte:

Art. 98 – Fica extincta a feira da capital. Aquelles que se agglomerarem nas ruas e praças desta cidade para o fim de venderem ou comprarem pagarão a multa de 6\$ réis ou soffrerão a pena de prisão por 3 dias.

§ único – Não consideram-se incursos nesta prohibição as pessoas que isoladamente percorrerem as ruas com seus generos ou os forem vender na casa de mercado, submettendo-se ao regulamento do mesmo.

Esta disposição será cumprida do dia 15 do corrente em diante e para que chegue ao conhecimento de todos manda-se affixar o presente nos lugares do estylo e publicar pela imprensa. (Jornal do Aracaju, 31/01/1874. Ver figura 32 no anexo)

Ou ainda a pastagem de animais na rua, outra cena rural embaraçosa para os entusiastas da modernidade na nova urbe. Algo que o presidente da Câmara Municipal, Manoel Pereira Guimarães, proibiu em 1874:

Faz saber que se acha em vigor os artigos de posturas que prohiibe a conservação de animaes nas ruas e praças desta cidade, cuja disposição é a seguinte:

Art. 70 – Fica restabelecida a coima de 5\$000 rs. por cada animal vaccum ou cavallar, que fôr encontrado solto, pastando nas ruas e praças desta cidade, ou mesmo amarrado, ou no campo damnificando as plantações dos lavradores, e que fôr recolhido ao curral do conselho.

Os donos dos animaes coimados pagarão alem disto as despesas com o sustento destes, durante os dias em que estiverem detidos no referido curral.

Art. 74. Os animaes apprehendidos serão conservados no coima até que appareçam seus donos, durante o decurso de 48 horas. Findo este praso, serão aquelles arrematados em praça publica e o seu producto, deduzidas as despesas diversas, com o sustento dos mesmos animaes, praça e a multa, será depositado no cofre municipal para ser entregue ao seu dono quando se apresentar a reclamal-o.

E para que chegue ao conhecimento de todos mandou-se publicar o presente pela imprensa, e affixal-o nos lugares mais públicos da cidade. (Jornal do Aracaju, 28/03/1874. Ver figura 33 no anexo)

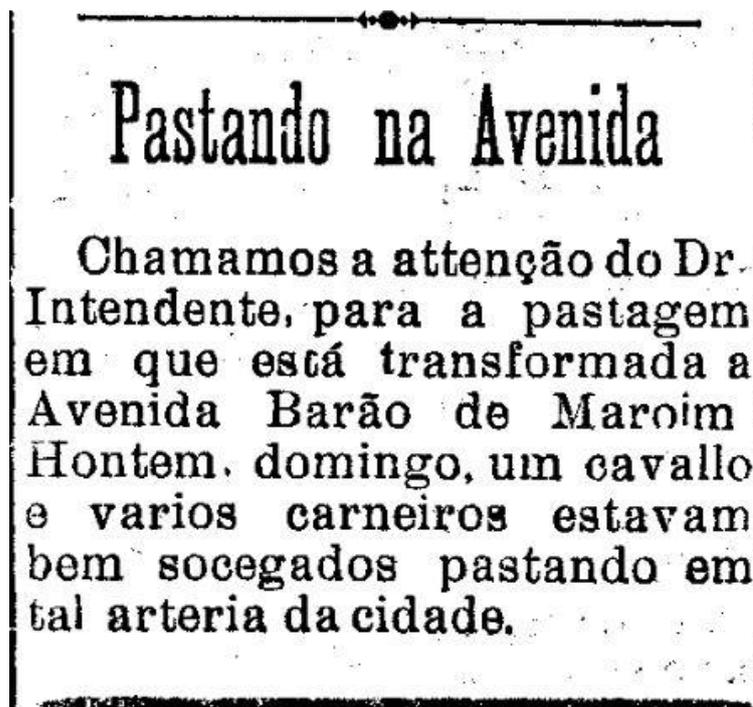


Figura 7 – Destaque para a insatisfação do jornal para com a situação rústica em que se encontravam alguns pontos da cidade. FONTE: Correio de Aracaju, 25/07/1926.

Portanto, o que podemos observar pelos dados históricos apresentados aqui é como se deu a formação e o desenvolvimento urbano da capital, desde a sua fundação até meados da primeira metade do século XX; com destaque, principalmente, para as rígidas normas instituídas pelo Poder Público em prol da interdição de algumas práticas antes consideradas banais. A partir da segunda metade em diante, o período será marcado pela forte presença da Petrobrás na continuação do desenvolvimento da cidade.

2.2. Aracaju pós-chegada da Petrobrás

Já é notório na literatura sobre a capital sergipana que ela era uma antes da Petrobrás e tornou-se outra após a chegada da estatal. Depois do período da produção do açúcar, dos cultivos de bovinos e caprinos, da fabricação de tecidos, a “salvação” econômica do estado foi a descoberta de seus recursos minerais, principalmente do petróleo; em um momento que aquelas outras atividades já estavam em situação crítica, com exceção da pecuária que ainda possuía um certo destaque no quadro econômico estadual (DANTAS, 2004).

Depois do petróleo, foram descobertos o potássio, a salgema, o enxofre, a carnalita, a halita, a taquidrita, o magnésio e outros. O *ouro negro* foi descoberto primeiro em Riachuelo, em 1961, e dois anos mais tarde em Carmópolis: “É a partir da chegada da PETROBRÁS, em 1964, que podemos demarcar, com toda segurança, um ponto de ruptura indiscutível no

processo histórico de transformações ocorridas em Sergipe” (MACHADO, 1989, p. 5). Já em 1965 ocorria o primeiro carregamento de petróleo para a Bahia.

Aracaju

reto com o Departamento de Exploração e Produção da Petrobrás no Rio de Janeiro, da mesma forma com a presidência da Empresa.

TELEFONE

Não é um telefone, que liga Aracaju para Maceió e daquela capital; as comunicações são feitas para o Rio de Janeiro. Agora se fala diretamente de Aracaju com o Rio na Petrobrás quebrando velhos tabús, velhas intrigas e lendas desraigadas.

Também obtivemos informações de que o Departamento de Geologia da Superintendência da Petrobrás será instalado no edifício Cidade de Aracaju, para tanto, quase todo um andar será destinado aos serviços deste setor, que vai co-

mandar, os trabalhos estudos, pesquisas e serviços de prospecção de novas jazidas oleíferas no Estado de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

COMÉRCIO

Fontes outras revelaram, que o Comércio começou a sentir, um substancial impulso, diante das compras da Superintendência em nosso Estado, como também, de grande número de funcionários da Petrobrás, que lentamente começam a se deslocar de Maceió para Aracaju. Grande parte destes funcionários, com bons salários, tem excelente poder de compra, o que é significativo para resolver as dificuldades que o comércio local atravessa.

Figura 8 – Atenção ao trecho que fala do alvoreço do comércio aracajuano com a chegada da Petrobrás. FONTE: Gazeta de Sergipe 22/01/1970.

A Petrobrás investiu de forma direta no estado a partir dessas descobertas. Além de transferir a sede do seu escritório de Maceió para a capital sergipana, ela construiu o terminal petrolífero de Carmópolis, o Tecarmo, e duas fábricas mineradoras, a Nitrofertil (Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste)²², em Laranjeiras, e a Petromisa (Petrobrás Mineração S/A)²³, em Rosário do Catete. Somando-se a isto, ela também contribuiu com 40% do orçamento na

²² Atual FAFEN, Fábrica de Fertilizantes do Nordeste, envolvendo investimentos em torno dos US\$ 230 milhões (MELO et al., 2009).

²³ Empresa extinta durante o mandato do presidente Fernando Collor e que foi teve sua concessão arrendada pela Companhia Vale do Rio Doce em 1991.

construção da Adutora do São Francisco, que correspondia a 18 milhões de dólares; exploração do campo de Guaricema; além do erguimento do novo porto de Sergipe na Barra dos Coqueiros.

Desde 1967, ano da promulgação da Constituição Federal, que incluía um novo rateio no Fundo de Participação dos Estados, raros foram os anos em que a fatia de receita estadual vinda da Petrobrás era menor do que o 60% (DANTAS, 2004). Com todos esses acontecimentos, a capital sergipana foi divulgada pelo governo estadual como *A capital brasileira do ouro negro*, a euforia tomou conta da classe política do estado. Vislumbrava-se uma nova era para o menor estado da federação, do “atraso” rural, sempre dependente tanto da meteorologia, quanto dos subsídios por parte do governo federal para o “progresso”, a partir da inserção na rota do rico mercado de energia fóssil. Essa euforia é exemplificada em uma passagem do livro *Sergipe – Política para o seu desenvolvimento*, de Francisco Rosa, publicado em 1967:

De duas décadas para cá, Sergipe experimenta uma fase confusa na qual sobressai a figura do boiadeiro do asfalto. O comerciante do boi, do gado de corte. Os campos sergipanos do verde da cana-de-açúcar, passaram para o verde capim angolhinha. Agora Sergipe vestirá uma nova roupa. Será o macacão. Do chapéu de couro de há séculos para o capacete de alumínio. Novos horizontes se abrirão para Sergipe e seus filhos (ROSA apud MACHADO, 1989, p. 75).



Figura 9 – Manchete do jornal *Diário de Aracaju*, 01/09/1969.

Durante a década de 1970, Sergipe teve um extraordinário crescimento econômico devido ao papel inédito que a Petrobrás estava desenvolvendo no estado, sendo o segundo maior produtor de petróleo do país (FEITOSA apud MELO et al., 2009). Entre 1970 até 1989, o estado sempre teve a maior porcentagem de crescimento do PIB quando comparado ao restante do País e à sua própria região.

Tabela 1 - Comparação de PIB nas décadas de 1970 e 1980.

Períodos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7	6,6	7,4
1981-1984	-0,3	3,5	4,4
1985-1989	4,4	4,2	5,7

Fonte: MATOS, 2010.

Porém, esse crescimento já foi ameaçado por outros estados. Por muito pouco Sergipe não perdeu posição de destaque na economia nordestina, pois no início da década de 1970, João Andrade Garcez, interventor²⁴ do estado entre 04 de junho de 1970 e 15 de março de

²⁴ Neste trabalho optamos por usar o termo interventor, ao contrário de governador, já que ele não foi eleito de forma democrática.

1971, teve papel fundamental na manutenção da sede da unidade da Petrobrás em Aracaju. Segundo o próprio, o presidente da estatal àquela época, general Ernesto Geisel, queria a transferência da sede para Salvador (GARCEZ apud DANTAS, 2004).

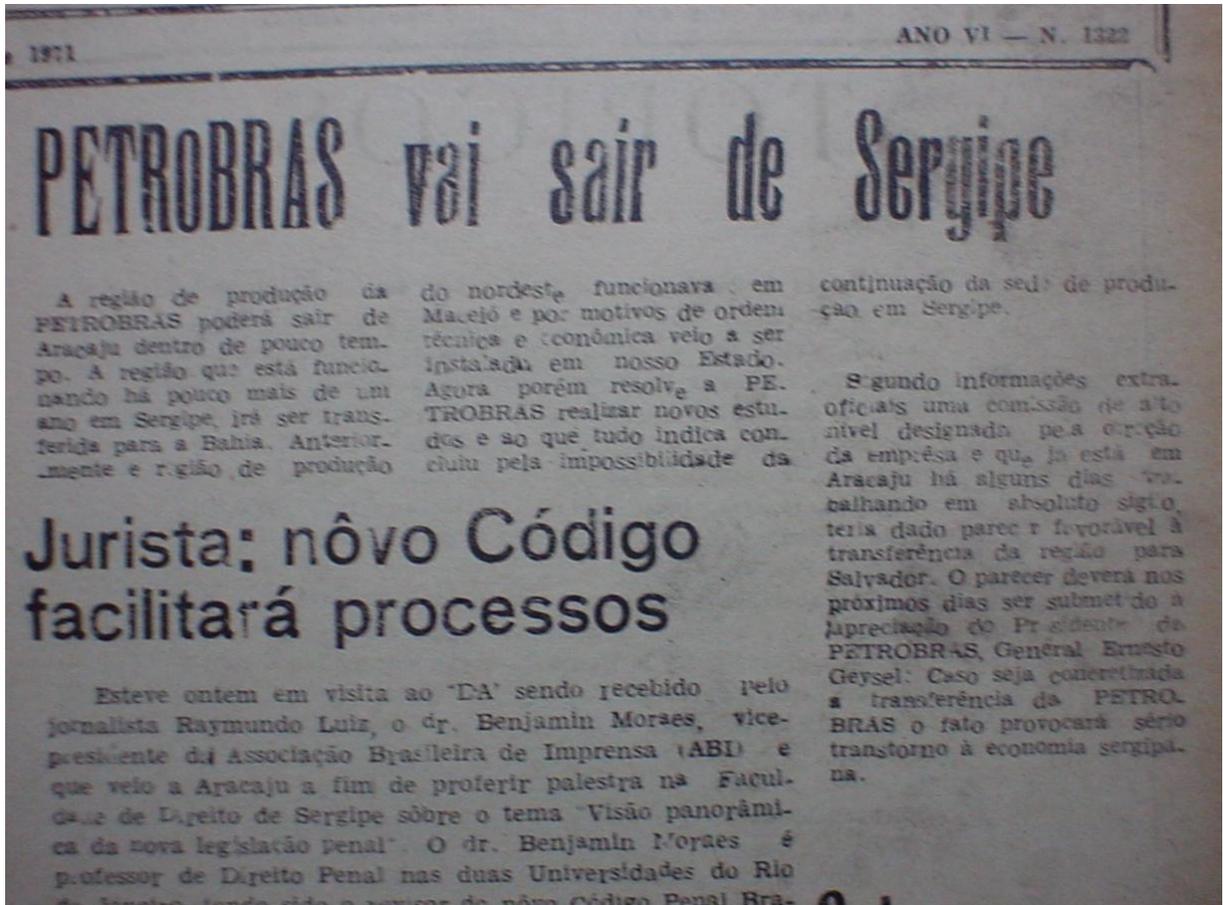
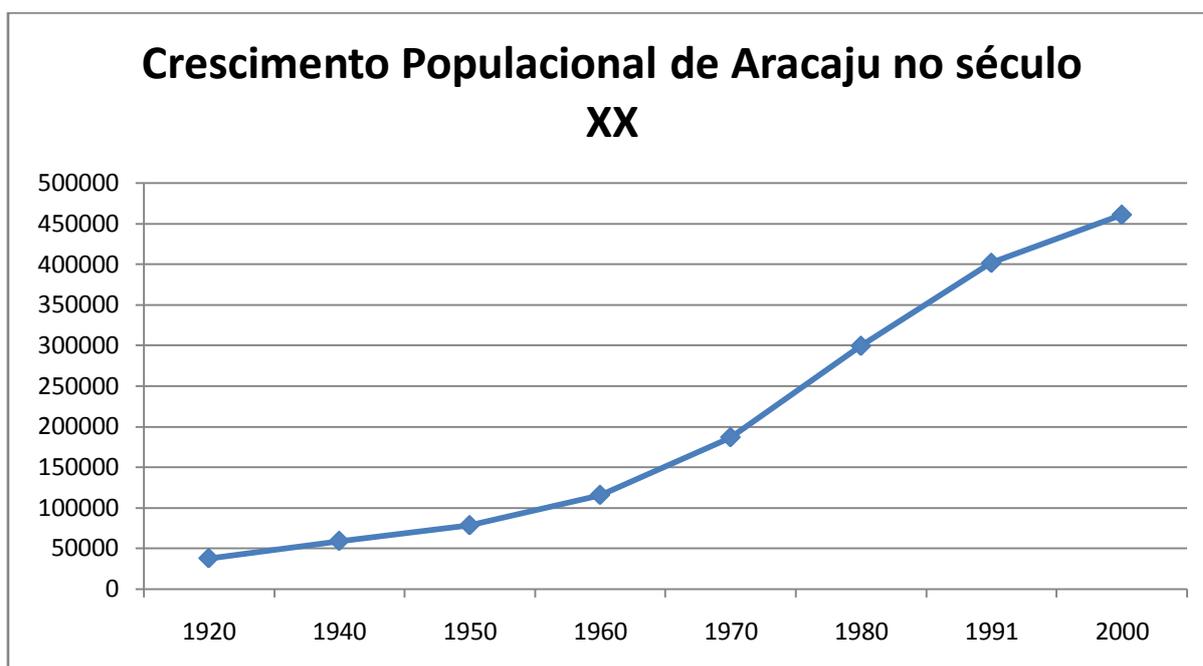


Figura 10 – “Petrobrás vai sair de Sergipe”. FONTE: Diário de Aracaju, 07/02/1971.

Aracaju foi privilegiada por essa pujança mineral do estado por ser a capital; o crescimento econômico acabou desencadeando um crescimento demográfico como podemos verificar através deste gráfico.

Tabela 2 - Gráfico do crescimento populacional de Aracaju no século XX.



FONTE: IBGE. *Op. Cit.*, 2015.

O crescimento demográfico da capital sergipana representou uma elevação no crescimento de um pouco mais de 53% durante as décadas de 1970 e 1980. Se compararmos Aracaju com importantes capitais brasileiras durante o mesmo período, observaremos que, de fato, a capital sergipana teve um *boom* populacional: por exemplo, tivemos uma porcentagem de crescimento que chega a ser superior ao registrado, durante o mesmo período, numa megalópole como Rio de Janeiro que foi de 21% apenas, e São Paulo que foi de 37%; e chega próximo à porcentagem contabilizada em Fortaleza e em Salvador, que foram de 50% cada uma. Esse crescimento extraordinário nas cidades brasileiras também é explicado pelas transformações assombrosas sofridas pelo país durante esse espaço de 30 anos marcado pelo Golpe Militar de 1964. Esse contingente é formado por pessoas que saíram da zona rural para o novo mundo urbano, o qual foi sendo construído em muitas ocasiões pelas mãos dos próprios ex-lavradores. Eles acorreram à cidade, utilizando-se das vantagens do progresso, como a popularização de veículos, como carros e caminhões, e a utilização das novas estradas de rodagem, para fugir da miséria e da seca do campo, em direção às novas oportunidades de trabalho nas zonas urbanas.

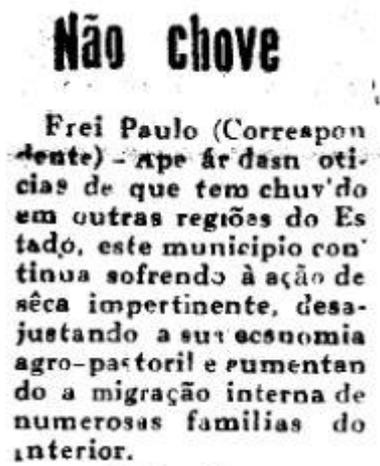


Figura 11 - Notícia da seca que assolava parte do interior. FONTE: Correio de Aracaju, 30/03/1962.

Nesse período da década de 1960, localmente, ocorre um salto assombroso devido às políticas desenvolvimentistas do governo federal e estadual que fizeram movimentar a capital, como a construção do Distrito Industrial de Aracaju (D.I.A.); a fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS); ambos desenvolvidos em áreas da cidade que então estavam se expandindo: o D.I.A. na zona sul, e a UFS na zona oeste na divisa dos municípios de Aracaju e São Cristóvão; a instalação da Petrobrás e de projetos habitacionais viabilizados pelo Banco do Nordeste, Banco Nacional da Habitação, este com 87% das aplicações no setor em um dado período (DANTAS, 2004), e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Inclusive, dentro desse bojo desenvolvimentista vivenciado em Sergipe com aportes financeiros de órgãos federais, também foi incluído o turismo como atividade econômica a ser fomentada no estado (MACHADO, 1989).

Ainda durante esse período, entre as décadas de 1960 e 1970, houve uma maior expansão da capital em direção à zona sul, onde atualmente se encontram os bairros Salgado Filho e Treze de Julho²⁵. Inicialmente, essa não era uma região incorporada ao Quadrado de Pirro. Portanto, este é um aspecto que se torna inevitável de ser mencionado em um trabalho cujo assunto é a urbanização da capital sergipana: o papel do poder público. “Este agente tem singular importância, pois é a partir do seu desempenho, que o uso do solo ganha determinações específicas locais e/ou associadas à relações externas” (Ibid., p. 70).

O D.I.A., por exemplo, foi criado pelo governo estadual com a intenção de, além de impulsionar a economia e acelerar a industrialização do estado, aumentar as oportunidades de trabalho em Aracaju para suportar a demanda de migrantes que chegavam imersos na

²⁵ O bairro da antiga praia Formosa foi renomeado em 1930 como referência ao levante militar tenentista liderado, em Sergipe, por Augusto Maynard, que posteriormente foi governador do Estado e seu nome ficou imortalizado em uma das mais importantes avenidas dessa região.

esperança de serem absorvidos; se não diretamente por algumas das empresas que se instalavam a custo de incentivos fiscais do governo estadual e/ou da SUDENE, pelo menos indiretamente pelo setor de comércio e serviços que circundam o distrito industrial. O fato é que essa região acabou servindo para orientar os rumos da especulação imobiliária, em direção à zona sul, um ponto de passagem às praias (Ibid.); região que se tornou populosa com destaque para o maior conjunto residencial da cidade, o Augusto Franco, entregue a população em 22 de abril de 1982, com a presença ilustre do vice-presidente do Brasil à época, Aureliano Chaves, e contando com mais de quatro mil residências construídas na primeira etapa do projeto entregue²⁶.

Cada vez mais se tornam patentes as situações paradoxais que ocorrem nas capitais nordestinas decorrente do processo desenvolvimentista que “seleciona” determinados espaços para a classe média e alta, e outros para a classe popular. Daí surge “... de um lado, as favelas nos morros e alagados de Salvador; os mocambos e cabanas do Recife; os barracos nas dunas de Fortaleza e Natal ou vilas de quartos nas baixadas de mangues de São Luís, Maceió e Aracaju” (Ibid., p. 26-27). Enquanto de outro lado, há as regiões habitacionais e comerciais privilegiadas da Treze de Julho, Jardins e Atalaia, em Aracaju; da Barra, Amaralina e Itapoã, em Salvador; em Maceió, tais regiões se localizam próximas às praias da Ponta Verde, Jatiúca e Pajuçara; no Recife, na zona em torno da praia de Boa Viagem; e em Fortaleza, nas praias do Futuro e de Iracema. Como podemos notar, geralmente, são as regiões perto do litoral que são as beneficiadas.

A partir de um mapeamento prévio das zonas de Aracaju e sustentado por especialistas, como Vilar (2002; 2006) e já mencionado na presente pesquisa, vai se compondo a malha urbana de Aracaju, ao sul, a região habitada pela população elitizada; ao norte, a mais proletária, voltada para o trabalho industrial; o centro, ocupado pelos prédios administrativos e comerciais; e, por fim, o oeste, preenchido majoritariamente por migrantes das áreas rurais do estado. Obviamente que essa classificação não é tão rígida, já que fluxos contínuos de migração, inclusive de estados vizinhos, vão acarretando uma distribuição mais heterogênea da população migrante por regiões variadas da cidade. Com a chegada da Petrobrás, pós 1960 observa-se uma maior intervenção do Estado na utilização do solo

²⁶ Cf. Gazeta de Sergipe, de 23/04/1982.

sergipano, sobretudo através da política habitacional implementada através de programas financiados pelo BNH, que resultou na construção da COHAB e do INOCOOP²⁷.

O setor privado da área habitacional também ganhou com esse aumento demográfico surpreendente de Aracaju, conforme se pode constatar pelo surgimento de empresas, como a Norcon, a Celi, a Cosil, a Habitacional, que, inclusive, acabaram estendendo seus tentáculos para o campo político. Houve uma “simbiose” perfeita entre o setor privado e o setor público. Enquanto um precisava construir casas, conjuntos residências, loteamentos, bem como, prédios para instalação dos novos órgãos da administração pública, como a Deso, a Energipe, a Telergipe, SMTT, para mencionar apenas alguns, a fim de suportar o grande inchaço provocado por parte dos migrantes; o outro se aproveitava dessa situação para cada vez mais expandir a cidade e deixá-la com “cara” de capital. Dessa maneira, não se sabe ao certo onde começa e onde termina o interesse de cada parte. “As grandes mudanças que vêm ocorrendo na estrutura urbana de Aracaju têm como principais agentes o Estado e as empresas imobiliárias e de construção civil, notando-se que existe uma íntima ligação entre a ação dos agentes privados e a atuação do poder público” (RIBEIRO apud MACHADO, 1989, p. 69).

O próprio Estado é quem fomenta a ampliação do espaço urbanizado de Aracaju devido ao déficit habitacional que só aumentou após a instalação do escritório da Petrobrás na capital sergipana. Como consequência do crescimento demográfico, a COHAB, a responsável pela edificação dos conjuntos habitacionais populares, implementou suas ações a partir de 1968, e teve seus projetos ampliados, a partir de 1979, ano em que se inicia o período das construções dos grandes conjuntos habitacionais, como o Augusto Franco e o Orlando Dantas, os quais muitas das vezes são confundidos como bairros em razão do seu tamanho em área construída e populacional.

Tabela 3 - Conjuntos habitacionais construídos a partir da década de 1960.

Conjuntos	Ano	Unidades construídas
Castelo Branco	1968/69	808
Gentil Tavares	1969	78
Lourival Baptista	1970	353
Médici	1971/74/84	1023
Costa e Silva	1972	324
José Ramos de Moraes	1972	72
Sesquicentenário	1973/74	68
Almirante Tamandaré	1974	89

²⁷ Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais, órgão sem fins lucrativos que começou suas operações em Sergipe em 1967, que assessorava essas cooperativas construindo conjuntos residenciais e edifícios. (Cf. MACHADO, 1989)

Duque de Caxias	1974	118
Jardim Esperança	1974	144
Jessé Pinto Freire	1974/77	214
José Steremberg	1974	20
Santos Dumont	1974	58
Inácio Barbosa	1974	456
Tiradentes	1974	249
Dom Pedro I	1975	481
Novo Horizonte	1975	260
Loteamento Lenio	1977	13
Princesa Isabel	1977	60
Leite Neto	1977	425
Assis Chateaubriand (Bugio)	1978/79	2133
Beira Rio	1979	184
Juscelino Kubitscheck (JK)	1980	687
Sol Nascente	1980	644
Ipes	1980	101
Santa Tereza	1980	554
Alcebíades Vilas Boas	1981	48
João Paulo II	1981	125
Augusto Franco	1982	4510
Diamante	1982	592
José Leite	1982	224
Parque dos Artistas	1982	112
João Andrade Garcez	1983	112
Visconde de Maracaju	1985	496
Bugio III	1987	130
Orlando Dantas	1987	3656
Vale do Cotinguiba	1987	240
Vale do Japarutuba	1987	144
Cerâmica	1989/90	246
Mar Azul	1989	400
Santa Lúcia	1993	738
Padre Pedro	1999	2223
Terra Dura (Santa Maria)	2000/01/02	286

FONTE: CAMPOS, 2005; MACHADO, 1989.

Essa expansão da malha demográfica da capital acabou ultrapassando, inclusive, seus limites geográficos sendo estendido aos municípios vizinhos de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, onde foram construídos os conjuntos Rosa Elze, Eduardo Gomes, João Alves, Marcos Freire, Fernando Collor, Albano Franco, Jardim, Tijuquinha. Tais construções contribuíram para o alargamento da periferia em várias direções, o que não é um fato atrelado exclusivamente ao crescimento metropolitano, mas sim pela execução de planejamentos equivocados, que provocaram grandes vazios na malha urbana que estão esperando uma futura, e talvez suposta, valorização de mercado, aproveitando o desenvolvimento da capital (CAMPOS, 2005).

A verticalização da cidade, a cargo das construtoras mencionadas, foi outro fenômeno de destaque. Isto ocorreu, primeiramente, nas antigas áreas residenciais unifamiliares próximas ao centro, como alguns trechos da Avenida Ivo do Prado e da Avenida Barão de Maruim e em locais onde novas ruas foram construídas ou ampliadas, como as avenidas Hermes Fontes, Gonçalo Rollemberg Leite (Nova Saneamento), Francisco Porto, as quais eram até o início da década de 1970 espaços semi-rurais (MACHADO, 1989). Posteriormente, com o desenvolvimento urbano da capital é que foram se constituindo os espaços por excelência dos edifícios residenciais nos bairros Jardins e Treze de Julho.

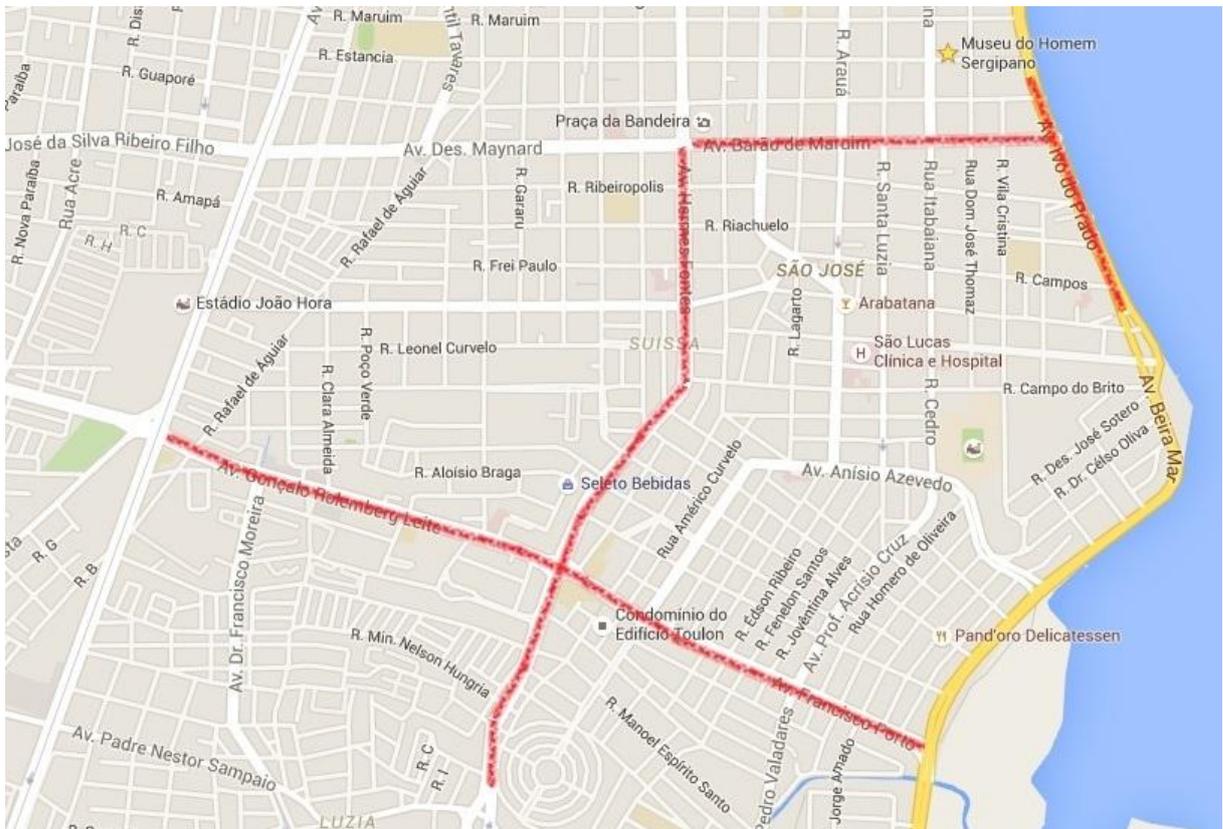


Figura 12 – Mapa que destaca nas linhas em vermelho as avenidas iniciais do período de verticalização da cidade. FONTE: GOOGLE. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-10.9261802,-37.0675505,15z?hl=pt-BR>>. Acesso em 18 abr 2016.

Além disso, vemos, há mais ou menos duas décadas, a expansão cada vez mais intensa da cidade para além da Atalaia. Ou seja, há uma maior ocupação dos “antigos” povoados do Mosqueiro, Aruan(d)a, Robalo, Areia Branca, etc. que eram áreas dedicadas às pequenas atividades rurais, como a cultura do côco e lavoura de subsistência. Esse processo de urbanização que tem como um dos resultados a ausência de zonas de lavradio ocorre em razão da horizontalização de Aracaju que, como outras capitais nordestinas, fizeram desaparecer as zonas agrárias próximas ao seu respectivo centro político estadual.

De acordo com Machado (1989), em decorrência desse processo de horizontalização da cidade surgem as periferias criadas pela especulação que podem ser tipificadas como periferias interioranas ou periferias de amenidades, duas categorias próprias do campo da geografia urbana. As do tipo interioranas compreendem as regiões de expansão do sentido norte-nordeste e oeste da cidade, em direção aos municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, para mencionar alguns exemplos há os conjuntos Marcos Freire, João Alves, Albano Franco, Fernando Collor, Eduardo Gomes, Jardim, Tijuquinha. O segundo tipo, de amenidades, que tem como característica o ambiente natural que compõe sua paisagem urbana, rumo sul - sudoeste aparece na região atualmente conhecida como Zona de Expansão, próximo a praia, território que está além da Atalaia, e também no povoado da Atalaia Nova.

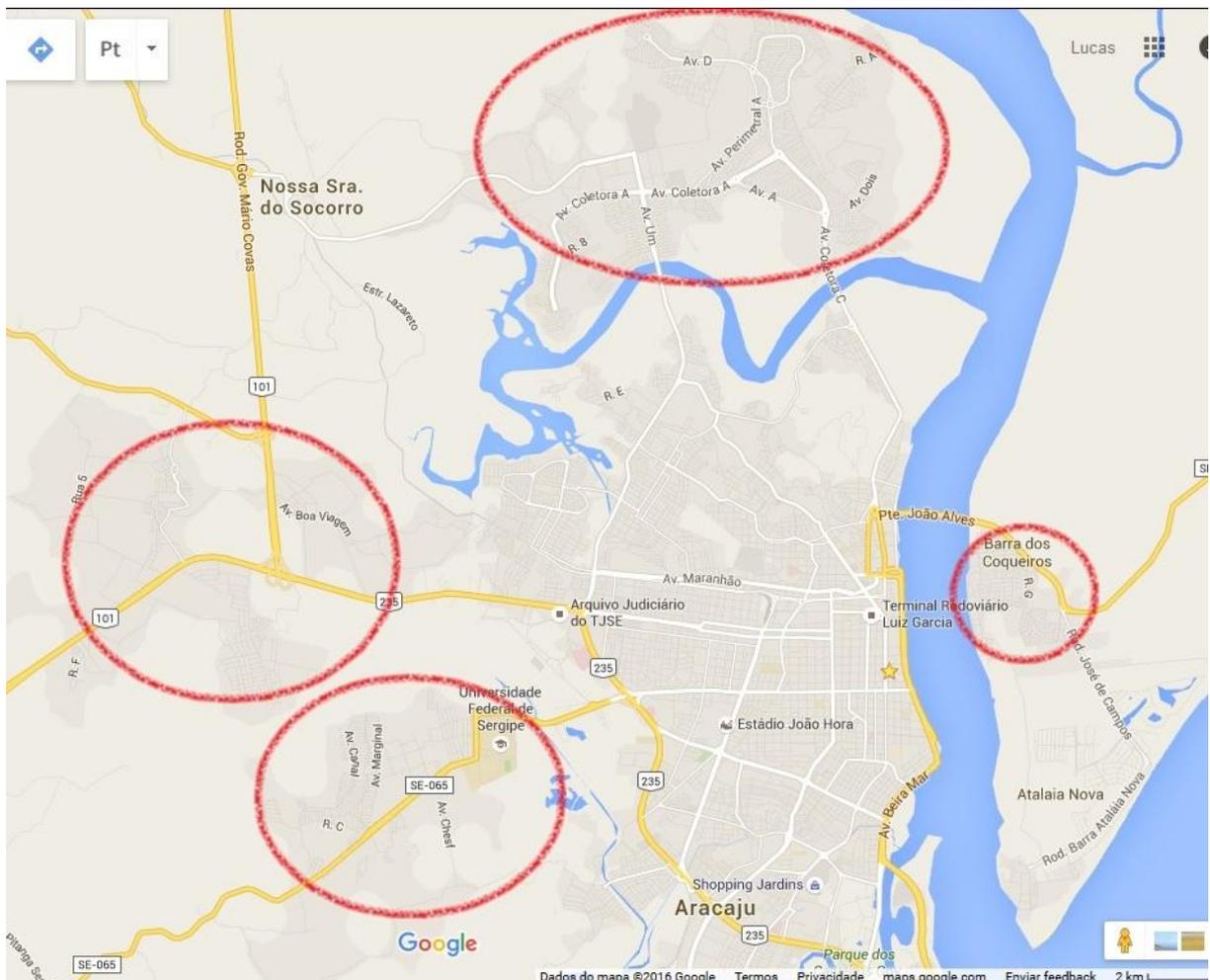


Figura 13 – Mapa destacando os conjuntos residenciais que formam a Grande Aracaju fora dos limites territoriais do município. FONTE: GOOGLE. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-10.9656178,-37.1065191,13z?hl=pt-BR>>. Acesso em 18 abr 2016.

Portanto, a própria capital rapidamente se expandiu, construindo ao seu redor e, também, internamente, uma conjuntura urbanística totalmente modificada. Definiu-se uma

região denominada “metrópole incompleta” (LOUREIRO apud MACHADO, 1989), cujo centro orienta toda a hinterlândia sergipana que, inclusive, atravessa as fronteiras do território sergipano. Chegando a ser referência do sul alagoano e de parte da região norte e leste da Bahia.

3. SOBRE O CONTEXTO DO TABARÉU NA CIDADE DE ARACAJU

3.1. O que há de diferente nesse novo personagem?

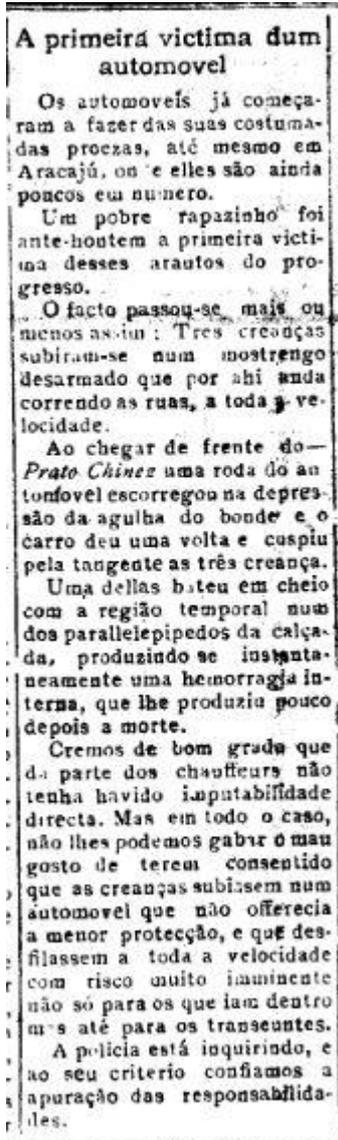


Figura 14 - Um exemplo da modernidade voraz na *Tabarôa vestida de chita e calçada por tamancos*. FONTE: Correio de Aracaju, 30/07/1920.

A nossa pesquisa aponta que, em Aracaju, o incômodo com a figura do tabaréu vem do início do século XX quando essa gente vinda do interior com as mais variadas justificativas, seja pela atração à recém-fundada capital de então, já possuidora de alguns elementos e instrumentos característicos da *belle époque brasileira*, tais como cinema, telefone, telégrafo, maior intensidade de transporte marítimo, clubes sociais, etc., ou fugindo da seca que assolava certas regiões do semiárido nordestino, ou ainda em busca de melhores ofertas profissionais e educacionais para sua respectiva prole. Eram livres de qualquer amparo e quase sem nenhum patrimônio significativo quando aportavam na capital sergipana, em sua maioria. Sendo que muitas vezes, como eram vistos como “indisciplinados” nas suas práticas cotidianas na vida social causavam esse mal-estar em um momento em que a cidade, sustentada pelas indústrias têxteis e governada por uma oligarquia com passado rural, procurava se desenvolver através de projetos de modernização e urbanização da sua paisagem. Tudo em nome da “civilização”.

De acordo com Elias (2006), o conceito ocidental de civilização é baseado na conversão das coações exteriores em autocoações, que é, na verdade, uma característica de todas as sociedades humanas. No entanto, não são todos os tipos de coação exterior são úteis para fomentar o desenvolvimento e a massificação de elementos individuais de autocoação. Por exemplo, é melhor uma coação feita por intermédio de uma persuasão com parcimônia do que uma abordagem de um tipo de coação exterior exercida através de violência física, na qual não será assimilada para a formação de uma autocoação; na realidade, tem a tendência de produzir o efeito inverso e ser completamente rejeitado. Mesmo aquelas coações que são instáveis são, também, as menos indicadas do que àquelas que são fundadas na paciência. Sendo um dos elementos mais comuns em todos os processos de civilização é o seu sentido, que é encontrado através do equilíbrio entre as coações exteriores e as autocoações. Este aspecto da direção específica é

muito similar ao do conceito weberiano de *ação social*²⁸. Portanto, “... os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável” (ELIAS, 2006, p. 24). E enquanto a descivilização estaria num sentido completamente oposto, recheado de elementos considerados bárbaros e atrasados.

Convém lembrar que, para o senso comum, civilização “anda de mãos dadas” com modernização. O indivíduo da vida moderna, principalmente o que vive na cidade, tem que estar a par do que acontece, como acontece e porque acontecem as situações ocorridas ao seu redor no intuito de não ser considerado um “desinformado”.

O homem na rua moderna, lançado nesse turbilhão, se vê remetido aos seus próprios recursos – frequentemente recursos que ignorava possuir – e forçado a explorá-los de maneira desesperada, a fim de sobreviver. Para atravessar o caos, ele precisa estar em sintonia, precisa adaptar-se aos movimentos do caos, precisa aprender não apenas a pôr-se a salvo dele, mas a estar sempre um passo adiante. Precisa desenvolver sua habilidade em matéria de sobressaltos e movimentos bruscos, em viradas e guinadas súbitas, abruptas e irregulares – e não apenas com as pernas e o corpo, mas também com a mente e a sensibilidade. (BERMAN, 1992, p. 153)

Ademais, como bem apontou Magno Santos (2015), quando estudou a festa de Bom Jesus dos Navegantes em Aracaju, o processo de modernização está sempre imbuído da função de controle das ações das classes populares. Ou seja, além modernização e civilização, os gestores se encarregam de disciplinar continuamente as classes menos favorecidas.

Essa suposta rivalidade entre “tabaréus” e “cidadinos” é reflexo de uma ascensão das unidades de subsistência anteriormente conhecidas para uma nova configuração; ou seja, da tribo para o Estado, da aldeia para a cidade e assim até culminar no modelo de reserva e distanciamento que apresentamos aqui. No caso sergipano, há, inclusive, um artigo, que atualmente o adjetivaríamos como ousado, escrito por Nunes Mendonça (1960), que procura caracterizar as diferenças entre *os* sergipanos. Neste texto, o autor faz uma diferenciação entre o habitante do litoral e do interior. “O sergipano, litorâneo e da margem do Baixo São Francisco, não foge à caracterização do homem do litoral: é expansivo, loquaz, amante do novo, adepto da moda, propenso à mudança” (p. 133). Enquanto o interiorano também seguiria a “tipificação clássica” do sertanejo, ele seria “... taciturno, desconfiado, cismativo, místico, pachorrento, fanaticamente apegado à terra, arraigado à tradição, eminentemente conservador, hospitaleiro, mas retraído. (...) O sergipano do interior é ‘enfaticamente o que o

²⁸ É notória a influência da linha de pensamento weberiana no trabalho de Norbert Elias haja vista que ele mesmo foi aluno do irmão mais novo de Max, Alfred.

francês chama ‘un mâle’ – um macho” (p. 134). Para sintetizar, o autor classifica, seguindo uma terminologia de Ruth Benedict, o sujeito da beira-mar como dionisíaco, e o sertanejo como apolíneo. Ou seja, o litorâneo seria mais sensorial e espontâneo, enquanto o do interior seria mais propenso ao conformismo e conservador.

Segundo a antropóloga Luciana Chianca (2013), as representações sociais entre tabaréus e citadinos dão referências a territórios geográficos e se associam às qualidades morais, sendo os habitués da urbe identificados como mais civilizados e mais educados, enquanto os migrantes são identificados como o oposto dessas qualidades. “Com tais representações sobre o interiorano, os citadinos de origem migrante revelam quanto a ideologia dominante tem sucesso na identificação do personagem matuto com os migrantes pobres” (CHIANCA, 2013, p. 64). Ou seja, durante o cotidiano a imagem típica do tabaréu apenas é apensada a do matuto pobre. No entanto, essa lógica pode ser invertida durante alguns momentos determinados, como o período junino, por exemplo. Nesses instantes, o tabaréu é valorizado, prestigiado, torna-se a referência das festividades (CHIANCA, 2013).

Como o próprio Fredrik Barth já analisou, referente às identidades étnicas, mas estendendo para qualquer referência coletiva, a identidade “é construída e transformada na interação de grupos sociais através de *processos de exclusão e inclusão* [grifo nosso] que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 11). Ainda de acordo com o antropólogo norueguês, ele nos esclarece que a manutenção da fronteira entre membros e não-membros de um grupo étnico é fundamental. Sendo o que mantém essa divisão entre incluídos e excluídos são, justamente, as situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes. É a partir do contato entre essas duas identidades que persiste a dicotomia que investigamos neste trabalho. No entanto, os traços culturais que a demarcam podem mudar, assim como as características culturais dos membros. As relações sociais estáveis e persistentes são mantidas através dessa fronteira, que mesmo que invisível é a que mantêm a dicotomia. Apesar do que poderíamos supor, o contato entre indivíduos de culturas diferentes não causam redução nas diferenças entre si, já que a interação pode provocar, em determinadas situações, uma convergência de códigos e valores. Dessa forma, a manutenção do contato entre grupos étnicos impõe uma estruturação da interação que permite a manutenção das diferenças. Ou seja, as distinções étnicas não dependem da ausência de interação social, mas ao contrário, são as próprias fundações sobre as quais são erigidos os sistemas sociais que as distinções carregam em si. As diferenças culturais podem existir mesmo com o contato interétnico e interdependente dos grupos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Agora, como surge essa distinção entre incluídos e excluídos no contexto aracajuano? Para responder este questionamento, adaptamos o que Barth (apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998) já havia destacado. Isto é, a atribuição categórica é étnica quando classifica outra pessoa em termos de sua própria identidade mais básica, presumivelmente baseada na sua origem. Na medida em que os agentes apelam para esta ação com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. E daí os grupos étnicos persistem como unidades significativas somente se impuserem diferenças marcantes no comportamento. Em se tratando de comportamento, há dois pré-requisitos organizacionais que nos habilitam a ver *como* as distinções étnicas persistem: primeiro, a categorização de setores da população numa hierarquia (imperativa e exclusiva), o cidadão acima do tabaréu, e; segundo, a aceitação do princípio de que normas determinadas podem ser aplicadas a uma categoria e não a outra. Portanto, em meio à circulação social, o indivíduo deverá evitar ações e comportamentos que implicam em desarranjo de acordo com as suas orientações valorativas, pois será penalizado, sanção esta que poderá ser exercida por um ou por ambos os lados opostos da dicotomização.

Aqueles que são considerados tabaréus recebem o estigma do não-pertencimento, o qual nada mais é do que a situação de inabilitação da plena aceitação social de um indivíduo (GOFFMAN, 1981). Curioso notar, o termo estigma foi inventado pelos gregos para explicar sinais corporais que se queria evidenciar, algo fora da normalidade ou relativo ao status moral, os quais eram feitos a partir de cortes ou fogo no corpo que denotavam tratar-se de alguém indesejado, que podia ser um criminoso, um escravo ou um traidor; alguém ritualmente “poluído”, com quem não se deveria ter contato, principalmente em lugares visíveis. Tempo depois, o estigma ganharia mais duas conotações: uma que se referia a sinais corporais divinos que apareciam em formato de uma flor em erupção na pele; e a outra que faz uma referência médica à alusão religiosa como os sinais produzidos por distúrbios físicos. Atualmente, o significado de estigma é mais próximo do sentido original, porém é aplicado mais ao próprio infortúnio do que à evidência inscrita no corpo (GOFFMAN, 1981).

O que ocorre na capital sergipana é que aqueles que vêm do interior são estigmatizados pela sua origem quando não conseguem acompanhar e/ou possuir o *habitus*²⁹ urbano. Ou então, quando não se sabe a origem, o próprio tabaréu pode, involuntariamente,

²⁹ O *habitus* é um conceito sociológico que se difundiu a partir de Bourdieu (2007), mas que já foi utilizado, com algumas variações, por Aristóteles, Elias, Mauss e Marleau-Ponty. Trata-se de uma estrutura de esquemas internalizados, composto por estilo de vida individual, valores, disposições, pensamentos, que são adquiridas por meio de convívio e experiências cotidianas que servem para engendrar práticas associadas à determinada coletividade.

transmitir algumas informações sociais que são acessíveis, as quais geralmente são propagadas por quaisquer símbolos particulares que confirmam a “suspeita”. O estigma relaciona um atributo real a um estereótipo; sendo o atributo real a origem do indivíduo e quando ele não demonstra possuir o capital social esperado na cidade é associado ao estereótipo do tabaréu. É um fenômeno processual que demanda um espaço de tempo para ser “socialmente mediado” entre os sujeitos. Se associarmos o contexto do tabaréu em Aracaju com os tipos de estigma apresentados por Goffman (1981), ele estaria no tipo de estigma de origem relacionado aos aspectos de raça, nação e religião, que são aqueles transmitidos pela linhagem “contaminando” todos os membros de uma família. É bastante comum ser na escola o *locus* inicial da reprodução da estigmatização, experiência que às vezes pode levar ao conflito físico entre o emissor e o receptor³⁰.

Outra questão fundamental é a dos símbolos identitários para os tabaréus que estabelecem a crença em uma origem comum, marca da qual não dá para se desfazer, para apagar, no máximo é possível escondê-la. É incongruente dizer “quando eu era buraqueiro (modo de se referir ao oriundo de Porto da Folha)...”, ou “quando era ceboleiro (alusão ao proveniente de Itabaiana)...”, e nem “antes de virar papa-jaca (referência feita a quem é de Lagarto)...” ou “antes de virar propriaense...”. E ainda há a possibilidade de certo tipo de metonímia³¹ na interação entre o cidadão e o migrante rural; existem inúmeros casos em que o indivíduo é identificado pelo município de origem, como alguns exemplos públicos de jogadores de futebol das equipes da capital, que tem nomes associados ao local de nascimento, como: o atacante Pirambu e o meia Muribeca, ambos do Sergipe. Este último quando “surtiu” na equipe profissional do Sergipe queria ser conhecido pelo nome de batismo Victor Matos, mas essa intenção se tornou inócua, pois tanto na imprensa, como na boca do torcedor ele já era o Muribeca; o outro caso é o do lateral Ney Maruim, do Confiança, que durante seus sete anos de trabalho no futebol português era conhecido como Ney Santos, mas ao retornar ao clube em que foi revelado voltou a levar no nome o município do Vale do Cotinguiba; Pirambu, Muribeca e Maruim, todas cidades do interior de Sergipe.

Quando um cidadão se refere a um migrante rural ou a uma pessoa que possui uma origem familiar interiorana, como tabaréu, há um processo social denominado labelização, na

³⁰ Um exemplo disso foi observado por mim quando aluno do ensino médio em Aracaju, no ano de 2006 ou 2007, tinha como colega de classe um ribeiriopolitano que possuía um problema na dicção o que acarretava, de vez em quando, uma cacofonia cômica. Foi então que alguns integrantes da turma, por sua vez, acabaram por apelidá-lo de Chico Bento; mesmo que no seu nome não houvesse Francisco e nem Bento, e sim por associá-lo ao personagem matuto dos gibis de Maurício de Souza.

³¹ Figura de linguagem em que há a substituição de um nome por outro em razão de haver entre eles algum tipo de relação.

sua forma aportuguesada. Tal processo é exógeno e faz referência às situações de dominação e imposição de um “rótulo”, daí sua denominação *labelisation* ou *labelling*, pelo grupo dominante que tem um verdadeiro *poder formativo*. Isto é, o fato de nomear tem o poder de fazer existir dentro da realidade uma coletividade de indivíduos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). Sendo que em determinadas situações esse “rótulo” pode ser útil, pode ser valorizado, como na época das festas juninas em que as quadrilhas se apropriam dessa “etiqueta” de sertanejo e de migrante (CHIANCA, 2013).

No entanto, essa referência a outrem dessa maneira pode estar inserida num contexto de brincadeira. Ou melhor, numa relação jocosa. É comum evocar esse passado no interior para diminuir o outro o chamando de tabaréu numa atitude de gozação. Na teoria antropológica tal fenômeno tornou-se clássico a partir das considerações contidas no artigo *Apontamentos sobre a relação de brincadeira* de Radcliffe-Brown (1989), onde o autor se refere a uma relação entre duas pessoas, sobretudo na África, que fazem troça uma da outra sem se sentirem ofendidas. Esta é, inclusive, a única obrigação da relação, qual seja, a de não levar a sério o insulto, na medida em que não transgrida os limites subentendidos entre os dois agentes. Ademais, há duas variantes nessa relação, a simétrica, onde os dois agentes zombam entre si; e a assimétrica, na qual um "tira sarro" do outro e não há a retaliação jocosa. Podendo haver obscenidades e contato físico ou não. Trata-se de um conflito cordial.

A relação jocosa acaba sendo uma brecha aberta entre duas pessoas num mundo onde cada vez mais as relações estão fundadas na rigidez e no extremo respeito. Para se evitar uma conduta hostil, utiliza-se o recurso da gozação, que "... através da sua repetição, transforma-se numa constante expressão ou num lembrete dessa disjunção social, que constitui uma das componentes fundamentais desta relação, enquanto a conjunção social é mantida através da amizade que não se sente ofendida pelos insultos." (RADCLIFFE-BROWN, 1989, p. 137). Porém, o autor de *Estrutura e função nas sociedades primitivas* procurou considerar a relação jocosa como um fenômeno atrelado à questão do parentesco.

Há outra posição que também se assemelha à relação de jocosidade apresentada nesta pesquisa entre tabaréus e cidadãos: a de familiaridade privilegiada, como diria Robert Lowie (1920), que representa uma extremidade oposta de uma relação social baseada no estrito respeito. Trata-se de determinadas ações, onde não há a necessidade de reciprocidade, baseadas na irritação ao outro que exigem um conhecimento prévio entre dois indivíduos. Tal recurso possui uma importante função: a de ser uma censura moral. Isto é, caso um dos atores ultrapasse o limite da ética ou etiqueta, o gozador irá repentinamente confrontá-lo

publicamente e zombar dele em voz alta para que ele sinta vergonha da falta cometida. Ainda, o transgressor ficará aguardando uma oportunidade para dar o revide.

É interessante para a presente pesquisa trazer à baila o texto de Edmund Leach (1983), *Aspectos antropológicos da linguagem*, já que ele nos oferece elementos profícuos e reflexivos para a nossa discussão. Por exemplo, no cotidiano de Aracaju se A chamar B por tabaréu pode ser considerado como um tabu, por ser algo que não é qualquer um que pode entender o sentido que A quer empregar nesta ação, pode não ser muito bem aceito, talvez seja evitado. “O tabu é simultaneamente comportamental e lingüístico; social e psicológico” (LEACH, 1983, p. 172). É de suma importância que não haja nenhuma ambiguidade nas discriminações básicas. “Não deve haver absolutamente nenhuma dúvida sobre a diferença entre o eu e isso, ou entre nós e eles” (Ibid., p. 178).

Todas as regras, preconceitos e convenções têm origem na questão social e mesmo dessa maneira, os tabus sociais possuem suas contrapartidas linguísticas que, apesar dos acidentes de história etimológica, se encaixam surpreendentemente. “A criança, no decorrer da vida, é ensinada a impor sobre esse ambiente uma espécie de grade discriminatória que serve para distinguir o mundo como sendo composto de grande número de coisas separadas, cada uma etiquetada com um nome. Este mundo é uma representação das nossas categorias de linguagem, não o contrário” (LEACH, 1983, p. 177-178). De acordo com o autor, a linguagem forma o ambiente e põe cada indivíduo no núcleo de um espaço social de maneira lógica e segura. Através do esquema explicativo que Leach desenvolveu no artigo, é possível demonstrar que o uso do termo tabaréu é um tabu, vejamos: se imaginarmos que A e B são duas categorias verbais opostas, A é aquilo que B não é e vice-versa, e existe uma terceira categoria, C, que faz a mediação entre as duas e compartilhando elementos tanto de A quanto de B, então C será tabu. Ou seja, trazendo este esquema para o tema proposto neste trabalho, se imaginarmos que A signifique o urbano e B seja definido como rural, C será o tabaréu que faz a mediação entre esses dois espaços.

Ao estudar a configuração do tabaréu em Aracaju e a partir de conversas informais, temos a impressão que para as pessoas que aqui fixam residência e conhecem a dinâmica das relações sociais próprias do lugar, acredita-se ainda na ideia de que, para ser aceito como um cidadão tem que apagar alguns resquícios que possam ser considerados como rurais. Por isso os que têm mais sucesso a partir dessa lógica são aqueles das classes mais favorecidas, que embora possam ter origens no interior, possuem o capital financeiro suficiente para ter uma boa educação, sobretudo em escolas particulares, na aprendizagem de outros idiomas, usufruem de um lazer equivalente, etc.; o que alguns poderiam dizer de uma *ambiance*

próprio do mundo civilizado para exigir mais rapidamente a identidade urbana. Até porque, copiando Elias (2001), um pesquisador da sociedade aristocrática francesa do século XVII, aquele que não se adequa conforme seu nível perde o respeito dos seus pares; pois se coloca atrás deles na “disputa” pelo prestígio social correndo o risco de permanecer abandonado e ser excluído do círculo de convivência. Ao contrário desses, os migrantes das classes desfavorecidas são os que recebem a “pecha” de tabaréu cotidianamente, justamente por não dispor dos meios socioeconômicos e simbólicos que seus conterrâneos mais favorecidos dispõem.

A lógica da distinção consiste em manter uma distância razoável entre as práticas: logo que uma prática se difunde, conseqüentemente perde o seu poder distintivo, assim se substitui por outra, reservada aos membros das classes dominantes. Um exemplo disso é a “exclusão”, por assim dizer, do tênis do rol dos esportes das elites, sendo substituído pelo golfe (BONNEWITZ, 2002). No Brasil, isto ocorreu quando o esporte da bolinha amarela escapou do âmbito das classes mais abastadas, a partir do apogeu mundial de Gustavo Kuerten entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000³².

A dinâmica da distinção impõe igualmente novas significações por meio da linguagem, cujo domínio os *estabelecidos* estão mais afeitos do que os *outsiders*; ela possui o monopólio da competência linguística legítima, ou seja, conforme as regras gramaticais e ao estilo garantindo, dessa maneira, sua eficácia. Sua relação com a cultura opera sobre o modo da distanciação e do desembaraço com os capitais culturais exigidos pela elite (BONNEWITZ, 2002).

Todos querem fazer parte da “boa sociedade”: trata-se, praticamente, de uma “honraria”³³; significando dizer que o indivíduo que possui todas as qualidades exigidas tem o aval da opinião social. Essa é a coerção primordial, a necessidade de estar inserido do lado dos *estabelecidos*. É a opinião social que modela o prestígio entre os indivíduos de uma determinada coletividade através do comportamento interdependente, de acordo com certas regras. A distinção pela conduta, pelo comportamento, por si só com o objetivo de se

³² Este caso brasileiro foi destacado por comentaristas esportivos.

³³ Elias (2001, p. 112) traz uma breve descrição histórica do surgimento do termo *honra*. Tal distinção “... expressava a participação em uma sociedade nobre. Alguém tinha sua honra enquanto fosse considerado um membro segundo a ‘opinião’ da sociedade e, portanto, para a sua própria consciência individual. ‘Perder a honra’ significava perder a condição de membro da ‘boa sociedade’. Ela era perdida em função do veredito da opinião dos círculos bastante fechados de que o indivíduo fazia parte ou, em certas ocasiões, da sentença de representantes desse círculo escolhidos especialmente para formar um ‘tribunal de honra’. Esses homens julgavam segundo um ethos específico da nobreza, cujo centro essencial estava na manutenção de tudo aquilo que servia, tradicionalmente, para o distanciamento com relação às camadas que ocupavam níveis inferiores, confirmando com isso a existência nobre como um valor autêntico”.

sentirem, ao menos, com indivíduos integrantes da sociedade. Sempre observando e fazendo a manutenção necessária da distinção.

Um exemplo desse *ethos* citadino é oferecido pelo memorialista Murilo Melins (2000) na passagem sobre as festas de fim de ano quando as famílias tradicionais mandavam instalar bancos de ferro na Praça Olímpio Campos com a inscrição dos respectivos nomes, com o objetivo de assistir confortavelmente ao desfile de modas e aguardar o início da Missa do Galo. A busca pela distinção era patente tendo uma posição heterodoxa na paisagem efêmera da festa, já que “... mais importante do que assistir às celebrações no conforto, era a necessidade de ser visto em local de distinção” (SANTOS, 2015, p. 192).

A diferença simbólica entre tabaréus e citadinos, torna-se definitiva nas representações urbanas: “Seu alcance torna esse abismo progressivamente categórico e reificante, através da construção de um personagem que vai representar essa antinomia para o citadino.” (CHIANCA, 2013, p. 151). Ou seja, é a partir dessa conjuntura que o tabaréu é identificado na capital como um bronco, um “selvagem”, alguém incivilizado, que não possui os modos e a conduta coerente com o ambiente de um capital. Sendo a capital sergipana identificada como centro social, político e financeiro de uma região que ultrapassa os limites territoriais do estado, tornando-se também referência para os municípios baianos e alagoanos limítrofes com Sergipe.

A existência de uma cultura considerada legítima estrutura as práticas, impondo à considerada “ilegítima” as diretrizes de conduta. Essa diferença, entre uma e outra, é que dá valor ao capital simbólico. Na verdade, podemos dizer que o capital simbólico é um crédito posto à disposição de um agente através da adesão de outros agentes que o reconhece como tal ou com tal propriedade valorizante (BONNEWITZ, 2002).

Essa identidade social repousa sobre o pertencimento a uma família, uma linhagem, sobre a nacionalidade, a profissão, a religião, a classe social, etc., pertencimentos que fornecem os rótulos aos indivíduos. *Ser* socialmente é, portanto, essencialmente ser percebido. Ou seja, fazer reconhecer as suas propriedades distintivas de forma tão positiva quanto possível. Apresentemos uma situação: se em um determinado campo, um agente bem sucedido passa aos outros uma representação convincente do capital que ele afirma possuir, logo isso pode acontecer para obter benefícios reais e, até, de propriedades imaginárias, o que o levará a ter o sucesso esperado será a sua capacidade de convencimento (BONNEWITZ, 2002).

Um dos momentos em que há uma ruptura do “bom convívio” é quando o citadino se vê ameaçado pelo tabaréu das mais diversas maneiras de intimidação, seja social, financeira

ou afetivamente. Contudo, uma dessas formas de ameaça mais patentes se dá no âmbito esportivo, quando uma equipe da capital, seja ela Sergipe ou Confiança³⁴, enfrentam uma equipe do interior; os próprios torcedores aracajuanos, esporadicamente, entoam o cântico: “éu, éu, éu, vá embora tabaréu!”, quando a partida está próximo do término e a vitória está praticamente garantida. Interessante que a própria imprensa, seja a de rádio, televisão ou jornal, não noticiam e nem repercutem fatos desse tipo. Porém, entre os torcedores da própria agremiação há muitas críticas, porque boa parte deles é ou possui origem interiorana, sobretudo a torcida do Sergipe³⁵; alguns se sentem ofendidos com essa palavra de ordem, enquanto outros na mesma situação relevam e dizem que se trata apenas de uma brincadeira, já que, em se tratando de futebol, ela lhe é inerente. Aqueles que proferem tais palavras talvez o façam com uma maneira de afugentar qualquer aspecto negativo da formação do seu próprio *eu*. É em relações de tensão como esta entre os dois modelos idealizados de conduta que nos demos conta de que a situação entre eles existe.

Tais conflitos simbólicos visam à imposição de uma visão de mundo conforme os interesses dos agentes. Essa visão carrega tanto um lado subjetivo, que são as representações que os agentes fazem do mundo social, como as tentativas de mudanças na estrutura cognitiva, quanto um lado objetivo, que são as ações com intuito de demonstrar determinadas realidades (BOURDIEU, 2004).

Um aspecto da cidade no qual a presença do tabaréu é percebida está nas ondas da rádio e da televisão. Na capital sergipana há um programa diário na Rádio Aperipê AM das 16 até às 18 horas, de músicas consideradas “sertanejas”, o *Sertanejando*; e na TV Aperipê há o programa semanal *Nossa terra, nossa gente* aos sábados às 9 horas. O foco dos programas é a reprodução dessas músicas e a divulgação de atividades relacionadas ao meio rural, como vaquejadas, exposições, cavalgadas, shows, seja na capital ou no interior. Em ambos, o seu apresentador é Zito Costa, um cantor, com cerca de quarenta anos de “estrada”, que se apresenta no âmbito musical em dupla com Léo.

Na entrevista que empreendemos, Zito contou-nos como se deu sua trajetória, tanto no meio musical quanto no meio radiofônico. Ele, nascido em um povoado do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas, mas um morador de Itabaiana, nos disse que optou Sergipe por aqui se sentir bem e ter tido mais oportunidades de divulgação do seu trabalho artístico.

³⁴ Cf. MELO, 2013. Para saber mais da história, da importância e do desenvolvimento dos clubes na cidade de Aracaju.

³⁵ Cf. Ibid. Como o citado trabalho demonstra, o Club Sportivo Sergipe possui mais adeptos não só na capital, mas também no interior. E soube se aproveitar na época da construção da sua nova sede na zona oeste da cidade no bairro Siqueira Campos, em 1970, onde grande parte da população que ali se encontra é do interior.

Zito já havia trabalhado como apresentador de rádio no interior de Alagoas. A entrada dele na Aperipê se deu para substituir o poeta Pajeú, entre 2012 e 2013. Onze meses depois, acabou tendo espaço na televisão do mesmo grupo de comunicação. Com o seu afastamento por motivos de saúde e, posteriormente, com o falecimento, de Clemilda³⁶, que apresentava o programa *Forró no asfalto*; a TV Aperipê lançou o programa *Nossa terra, nossa gente*, cujo título também nomeia um dos álbuns de Zito, com o intuito de preencher a lacuna na programação da TV e dos telespectadores que apreciam as atrações sertanejas.

Durante a entrevista, ele nos contou um caso insólito. Em 1994, nas eleições para o cargo de deputado estadual, ele fez campanha para o empresário itabaianense José Milton dos Santos, mais conhecido como Zé Milton de Zé de Dona. Com a eleição confirmada, no dia da posse no ano seguinte, o deputado organizou uma cavalgada “fora de época”, em pleno mês de fevereiro. Contando com cerca de 200 cavaleiros, os quais percorreram aproximadamente dois quilômetros, desde o Bairro Industrial até o Palácio Governador João Alves Filho, sede do poder legislativo estadual.

³⁶ Clemilda foi uma cantora de forró que teve grande destaque na mídia nacional, apresentando-se nos programas do Chacrinha, da Xuxa e do Bolinha, por exemplo. Seu auge ocorreu durante as décadas de 1970 e 1980, cujo grande sucesso foi a música “Prenda o Tadeu (Seu delegado)”. Nascida no interior de Alagoas, ela estabeleceu residência em Aracaju no fim da carreira, vinda a falecer em 2014.



Figura 15 – “Cavalgada marca hoje posse de empresário como deputado”. FONTE: Gazeta de Sergipe, 01/02/1995

Após apresentarmos aqui o contexto do tabaréu em Aracaju mostrando, inclusive, uma situação de tensão com os cidadãos. A seguir, iremos tratar do "ponto alto" do tabaréu na capital, onde ele realmente se mostra no período que não há o estranhamento: o período dos festejos juninos.

3.2. O tabaréu festivo: o caso da Cavalgada do Aribé

Temos que destacar nesta pesquisa alguns eventos que fazem parte do circuito festivo da cidade e que têm relação com o nosso objeto (sujeito). Inicialmente, devido à vocação urbana de Aracaju que foi a de receber as pessoas de fora e ocasionalmente o inverso, a cidade se tornou o palco das festividades que interessavam certos contingentes da população. Isto é, a capital recepcionou práticas culturais de duas áreas específicas: aquelas que se localizavam em torno da colina do Santo Antônio e organizada por uma população “nativa”; e a outra proveniente das mobilizações ocasionadas a partir das imigrações internas³⁷ (SANTOS, 2015). Assim, como já dito acerca do processo de formação da capital, podemos afirmar que Aracaju, apesar do seu traçado urbano considerado moderno, era tradicional nos hábitos e festejos populares.

Com isso, percebe-se que a participação popular e da elite aracajuana oscilava de acordo com os dias e horários das celebrações. Isso não significa dizer que não houvesse a confluência de classes distintas nas festas, mas que as mesmas eram protagonizadas por diferentes segmentos a cada momento (SANTOS, 2015, p. 190)

Com o desenvolvimento urbano da cidade a sociabilidade das classes populares vai ficando cada vez mais marginalizada. Um desses espaços reservados a esse tipo de prática localizava-se na antiga Rua do Egito³⁸, na região do Centro da cidade, onde se encontravam botecos e pequenos restaurantes comercializando as principais iguarias da gastronomia popular. Nessa mesma região, outro memorialista da cidade, Mário Cabral (1948), menciona as apresentações de grupos folclóricos de Chegança, Reisado e Lambe-sujos a céu aberto na década de 1940, quando há a ocorrência de celebrações, por exemplo, o Natal e a festa de Bom Jesus dos Navegantes.

³⁷ Entendemos por imigrações internas os fluxos migratórios ocorridos dentro do próprio Estado de Sergipe.

³⁸ A Rua do Egito fazia parte de uma região boêmia da cidade que se formava no entorno da Catedral. Compreendia as ruas Arauá, Santa Luzia, Capela e Santo Amaro, ver Figura 34 (Cf. MELINS, 2007).

**A "FESTA DOS
TABAREUS"
na Fabrica Confiança**

Consoante vem se realizando todos os anos, terá lugar hoje á noite, na "Fabrica Confiança", de Ribeiro Chaves & Cia., a tradicional "festa dos tabareus".

Esta festa, como outras do mesmo jaez levadas a efeito naquela Fabrica, tem como objetivo proporcionar momentos de verdadeira alegria aos seus operarios.

Afim de que todos se apresentem vestidos á moda caipira, o diretor da "Fabrica Confiança", dr. Joaquim Ribeiro, fez distribuição de chita e outras fazendas apropriadas para vestimentas de tabareus.

Constará o programa de animadas dansas populares e em organizada "quadrilha".

Figura 16 – Um exemplo do "assumir" ser tabaréu nos festejos juninos. FONTE: Correio de Aracaju, 28/06/1945.

Como um modo de levantamento de dados históricos sobre as regiões de sociabilidades da capital, devemos destacar também as sociabilidades ocorridas no centro da cidade. A centralidade urbana tem como premissa ser o lugar com o maior significado simbólico e o de melhor acessibilidade em uma cidade, isto é, um espaço público por natureza, desenvolvido para incentivar os habitantes a interagir entre si, e também para servir de convergência de todos os caminhos. O chamado centro histórico de Aracaju é um *espaço-território*³⁹ dotado de simbolismo e sensibilidades, cujo maior exemplo consiste no fato da praça central levar o nome de Fausto Cardoso. Político que foi assassinado naquele lugar e ficou lembrado na história como defensor do povo sergipano, da liberdade e da democracia, criticando os oligarcas de então, um momento que ficou registrado na historiografia da cidade com um fato revolucionário; e de ser, desde então, local privilegiado para realização de

³⁹ Expressão usada por Pesavento (2007).

comícios, de manifestações populares e trabalhistas reivindicando toda sorte de garantias e direitos, por exemplo. Não é à toa que no centro desta praça há uma estátua do político sergipano de frente para as águas do rio Sergipe⁴⁰, dando à centralidade um elemento icônico e emblemático para a identidade urbana de Aracaju; a qual se torna tão significativo que é a partir dessa área composta de mais duas praças, a Olímpio Campos e a Almirante Barroso, todas contíguas, que a cidade se divide: ao norte dela há os comércios, os bancos, o porto, os mercados, a outrora estação ferroviária e a antiga Maçaranduba, atual Bairro Industrial; enquanto ao sul do centro, se encontrava as casas das classes média e alta, as praias Formosa e a longínqua Atalaia; e a oeste, os bairros populares, como Getúlio Vargas e Siqueira Campos. As três praças acomodaram as primeiras funções de sociabilidade e fruição, nelas ocorrendo as principais festas populares, como, Ano Novo, Carnaval (a partir da década de 1980, há uma festa provida pelo Estado, o Clube do Povo), Natal e Bom Jesus dos Navegantes; também os desfiles militares e posses de governo que denotam a representatividade deste espaço na conjuntura de Aracaju.

Além das festas específicas, o centro era o local de outro evento particular da capital, demasiado provinciano para uns, e que marcou época para outros, que foi a chegada do brinquedo, conhecido como Carrossel do Tobias, por conta de um realejo que continha a figura de um negro apelidado com este nome. Tratava-se de uma aparelhagem construída nos Estados Unidos ainda no século XIX e que chegou à cidade em 1904, após estadias no Recife e Maceió, tendo perdurado aqui durante 80 anos sempre sendo montado no período dos festejos natalinos. O que espantava os cidadãos inicialmente era a pujança da máquina que era movida a vapor e iluminada eletricamente, tendo capacidade para 300 pessoas. Curioso notar o anúncio de jornal de 1904, sobre a tal *engenhoca*, às vésperas da sua instalação na Praça Teófilo Dantas, quando se destacou o sentido de modernidade do brinquedo: “Este mesmo aparelho já tem sido montado em várias localidades *civilizadas* [grifo nosso], como em Pernambuco e outros centros, merecendo sempre os melhores aplausos do público” (Gazeta de Sergipe, 28/12/87).

Portanto, o centro tem o seu valor por ser um espaço referencial e original de uma localidade, primeiro, por adquirir funções de poder e onde se manifestam relações de sociabilidade; e segundo, por ser lugar onde a cidade nasceu no seu sentido urbano. O centro seria como o coração da capital.

⁴⁰ Curioso notar a ambigüidade do simbolismo da centralidade urbana em Aracaju, pois na mesma praça em que se evoca a memória de Fausto Cardoso se encontra também uma homenagem ao seu rival político, Olímpio Campos, que dá nome ao palácio ali instalado. Palácio que fora por muito tempo a sede do governo do Estado de Sergipe e que atualmente é um museu.

FESTA JUNINA

Forró dos Trabaiano agita o Vasco

Fundat promove festa em clima de confraternização do jeito que a galera gosta

CRCSE INFORMA
7º FÓRUM SERGIPIANO DE CONTABILIDADE
"A Responsabilidade Social do Contabilista"

Prezados (a) Colegas,

Nos dias 14 e 15 de junho do corrente ano, estaremos realizando o 7º Fórum Sergipano de Contabilidade.

Este evento que tem sido coroado de sucesso em todas as suas realizações, vem ratificar a importância do Projeto de Educação Continuada, amplamente deferido pelo Sistema Contábil Brasileiro.

É com este pensamento, que vimos convidá-lo (a) para participar deste encontro, que está sendo preparado com muito carinho, visando acima de tudo o nosso aprimoramento profissional.

Um forte abraço;
 Carlos Henrique Menezes Lima
 Presidente do CRCSE

PROGRAMAÇÃO - Dia 14.06.2002 - Local: Teatro Tobias Barreto - 19:00h - Abertura - Apresentação de Coral do Tribunal de Contas/SE - 19:15h - Solenidade de Instalação do 7º Fórum Sergipano de Contabilidade - 19:30h - Palestra de Abertura - Tema: "Responsabilidade Profissional do Contabilista e sua Relação com a Sociedade" - Palestrante: Contador Alcides Gomes Barbosa - Presidente do CPC - Coordenador: Jodival Luiz dos Santos - Presidente da APF/SE - Debatedores: Mauro Manoel Nobrega (SP) e Genival Ferreira da Silva (PE) - 22:00h - Coquetel de Boas Vindas com apresentação do Coral da SEFAZ/SE - Dia 15.06.2002 - Local: Teatro Girardetes - Rua Simão Dias - 08:30h - Palestra: Prevenção no Direito Tributário Brasileiro - Auditoria e Contabilidade Palestrante: Adalberto Ferreira dos Santos (CE) - Coordenador: Armando Ferreira dos Santos (CE) - Debatedores: Jackiely Ferreira Leite (RN) e Antônio Luiz dos Santos (SEFAZ/SE) - 10:15h - Intervalo - 10:30h - SINFAP Palestrante: Antônio Mendonça (Auditor Tributário da SFP/SE) - Coordenador: José Americo Bouquignon (ES) - Debatedores: Wladimir Alves Torres (SESCON/SE) e José Tarcílio Carvalho do Nascimento (DF) - Debatedor: José Raulino Castro Branco Filho (PI) - 12:00h - Almoço Livre - 14:30h - Palestra de Responsabilidade Profissional - Palestrante: Luiz Felipe Munira

Contagem regressiva para a festa de confraternização junina que acontece logo mais às 19 horas, na quadra do Vasco Esporte Clube. Todo o ambiente foi cuidadosamente preparado para receber trabalhadores informais, autoridades e demais convidados. Trata-se do "II Forró dos Trabaiano", promovido pela Prefeitura de Aracaju/Fundat - Fundação Municipal do Trabalho.

O evento deverá concentrar mais de 700 pessoas. "Tabaréus e tabaroas" já estão de fivelas ariadas esperando pelo fuzê que promete ser arretrato. Na oportunidade, o coordenador do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Estado da Saúde, José Almir Santana, estará lançando a campanha "Prevenção na Festa Junina".

O II Forró dos Trabaiano reúne vendedores ambulantes da orla da praia de Atalaia, do Estádio Lourival Baptista (Baptistão) e Centro de Aracaju, além de artesãos das Praças Olímpio Campos e Tobias Barreto, que integram o Projeto Freguesia, implantado pela Fundat há mais de um ano. Instrutores de cursos, cooperados, representantes de sindicatos de trabalhadores, autoridades, profissionais da imprensa e, sobretudo, os servidores da fundação, envolvendo todos aqueles que estão direta ou indiretamente ligados aos projetos e programas desenvolvidos pela Fundat.

De acordo com a programação, que está pronta de boa, a Quadriha Pipocarte - Educação com Arte, se apresenta por volta das 20 horas. São mais de 40 menores (de 7 a 14 anos) que integram o Projeto Educarte, realizado pela fundação desde abril do ano passado; crianças que residem no Loteamento Senhor do Bonfim e bairro Soledade. São oferecidos cursos de dança, capoeira, artesanato e outros que visam sempre elevar a auto-estima. Nesta noite, a bailarina e coreógrafa Júlia Ban e o percussionista Alberto, ambos instrutores, estarão conduzindo a quadriha.

A animação será pilotada pela banda "Coração Ardente", que tem como vocalista Flávio Fonseca Silva, também servidor da fundação. "A nossa festa conta com a participação de todos os funcionários". Cada um se volta para uma tarefa e, ao final, "vamos realizá-la", afirmou o presidente da Fundat, Antônio Carlos Mota.

Mota esclareceu que no "II Forró dos Trabaiano" será escolhido o casal que melhor dançar forró. "Estaremos oferecendo como forma de incentivo, dois balaios, além de outras surpresas para os participantes".

Os organizadores do forró determinaram a apresentação do convite na portaria do clube, considerando o número elevado de convidados.

Campanha - Almir Santana também dará a sua parcela de contribuição à festa. O médico e sua equipe estarão alertando os "matutos", quanto à importância da prevenção à Aids durante os festejos juninos. "É um período em que as pessoas estão entusiasmadas; que ingerem uma maior quantidade de bebida alcoólica e, portanto, algumas são levadas à troca de parceiros", disse.

"Prevenção na Festa Junina" é o tema da campanha que Santana desenvolverá junto aos trabalhadores, com a distribuição de preservativos e panfletos educativos.

Figura 17 – O uso do termo tabaréu como sinônimo de folião junino. FONTE: Gazeta de Sergipe, 11/06/2002.

Do centro em direção ao oeste, para melhor entendermos a Cavalgada do Aribé, é importante conhecermos a região onde ela é realizada. Inicialmente considerada uma zona remota contando, até a década de 1920, com alguns casebres e uma pequena produção pecuária de subsistência (FREITAS, 2003), naquele início do século XX, a área se confundia com um ponto de referência conhecido como Curral. Esta localidade onde hoje se bifurcam a Rua Riachão e a Avenida Sete de Setembro, anteriormente conhecida como Rua Bonfim, sobre cujas transformações tratamos acima (ver p. 45), era uma zona de pobreza e de baixo meretrício afastado do centro e da zona nobre da cidade, para os padrões da época. Lá se encontravam somente algumas casas de taipa cobertas de palha e o cemitério dos Cambuís, hoje renomeado por Cruz Vermelha, cujos sepultados eram, em sua maioria, pessoas desfavorecidas financeiramente. O processo de urbanização da região só vai se iniciar em 1956 (MELINS, 2015).



Imediações do Curral

Figura 18 – Imediações do Curral. FONTE: MELINS, 2015.

A paisagem do Aribé no início do seu povoamento era repleta de mato, pântanos e alagadiços possuindo apenas algumas estradinhas de terra, habitada por gente de poucos recursos financeiros. Dada essa situação de terrenos de difícil acesso, afastados do Centro e articulado com os elevados preços e rigidez legal para se construir no Quadrado de Pirro, a região foi se tornando o lugar de maior preferência na acomodação dos migrantes rurais na capital. “Desde 1923, tornara-se uma das regiões mais procuradas pelos indivíduos pobres. Possuindo sítios e áreas pantanosas, esta região acolheu famílias imigrantes do interior do Estado” (SOUSA apud FREITAS, 2003, p. 269).

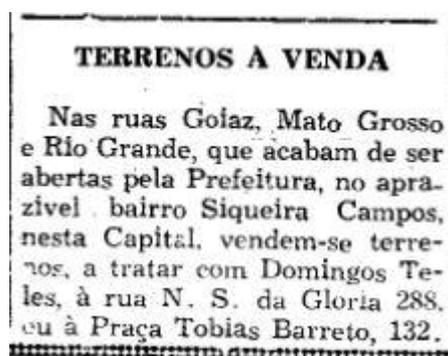


Figura 19 – A expansão urbana do antigo Aribé. FONTE: Correio de Aracaju, 29/05/1945

Hoje em dia o bairro Siqueira Campos é conhecido por ser uma região bastante ativa economicamente onde o setor terciário tem uma presença bem evidente; bairro que, em sua maioria, é constituído por imigrantes rurais e de descendentes de imigrantes. Na pesquisa de Bárbara Freitas (2003) há a ratificação da maciça presença dos migrantes rurais no Siqueira

Campos. Algo que nos levar a pensar, inclusive, que essa presença tenha sido ampliada no decorrer dos anos com uma forte propaganda de parentes e amigos que vieram à Aracaju, que se estabeleceram e divulgaram a região de forma espontânea. O efeito do boca-a-boca se mostra benéfico para região que, atualmente, conta com inúmeras instalações comerciais das mais variadas finalidades. No início, “... nas décadas de 1930 e 1940, a maioria dos moradores ou eram operários, ou eram comerciantes ou eram comerciários.”⁴¹.

É a partir de 5 de janeiro de 1931 que Camilo de Calazans, intendente do município, institucionaliza a mudança do nome do bairro de Aribé para Siqueira Campos, como forma de homenagear “... ao vulto heróico do levante de 5 de julho no ‘Forte Copacabana’ na Capital da República” (ARACAJU apud FREITAS, 2003). Tal homenagem nos leva a crer que ela foi baseada no intenso furor militarista pelo qual passou o País, logo após o Golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas. Sendo que, logo após a tomada do poder, o Pai dos pobres indicou seus correligionários para serem os chefes do poder executivo em cada estado do Brasil; caso de Sergipe que teve nesse período inicial como interventor federal Augusto Maynard⁴², militar destacado na Revolução Tenentista de anos antes.

O “festejo do tabaréu” aparece como algo inusitado no cotidiano da cidade. Ele é conhecido como Cavalgada do Aribé e ocorre desde 2000, inicialmente era organizado por Evandro Modesto e Carlos Lôbo, e que depois Alcivan Menezes, ex-vereador de Aracaju, se juntou a eles. O evento conta com a presença, nas últimas edições, entre dez e doze mil cavalos vindos não só de Sergipe, mas também de estados vizinhos, na primeira quinzena de junho, abrindo o período dos festejos juninos na Capital. O evento, que já faz parte do calendário festivo da cidade regulamentado pela lei nº 3.450 de 2007, de autoria do vereador Emanuel Nascimento (PT), é um cortejo de cavaleiros montados, carroças, charretes e apreciadores da equinocultura, percorrendo um trajeto de cerca de dez quilômetros. Alguns dos participantes levam bastante a sério a cavalgada e chegam a utilizar a típica indumentária de couro do vaqueiro com direito a gibão, perneira, botas e, claro, o tradicional chapéu.

⁴¹ SANTOS, Pe. Valdemir Vicente A. **Entrevista concedida ao autor**, 28 de abril de 2016.

⁴² Augusto Maynard, que chegou até a patente de general do Exército, ainda retornaria ao cargo máximo de Sergipe no final do período do Estado Novo. Após as duas passagens na chefia do executivo, ele dedicou-se ao cargo legislativo de senador.



Figura 20 – A primeira edição da Cavalgada do Aribé. FONTE: Gazeta de Sergipe, 02/06/2000

O percurso tem início e término na Praça dos Expedicionários, a popular Praça da Leste, onde, ao final da cavalgada, são realizados shows de música sertaneja e forró⁴³, passando pela Rua Basílio Rocha, depois segue pela Rua São Cristóvão, pega a Avenida

⁴³ De acordo com Alcivan Menezes, a organização do evento recebe muitas ofertas de bandas e cantores de vários gêneros. Mas nas palavras dele, a escolha é, peremptoriamente, para os grupos de forró e sertanejo. A exclusão do pagode do *line-up* da festa é deliberada para não descaracterizar a cavalgada.

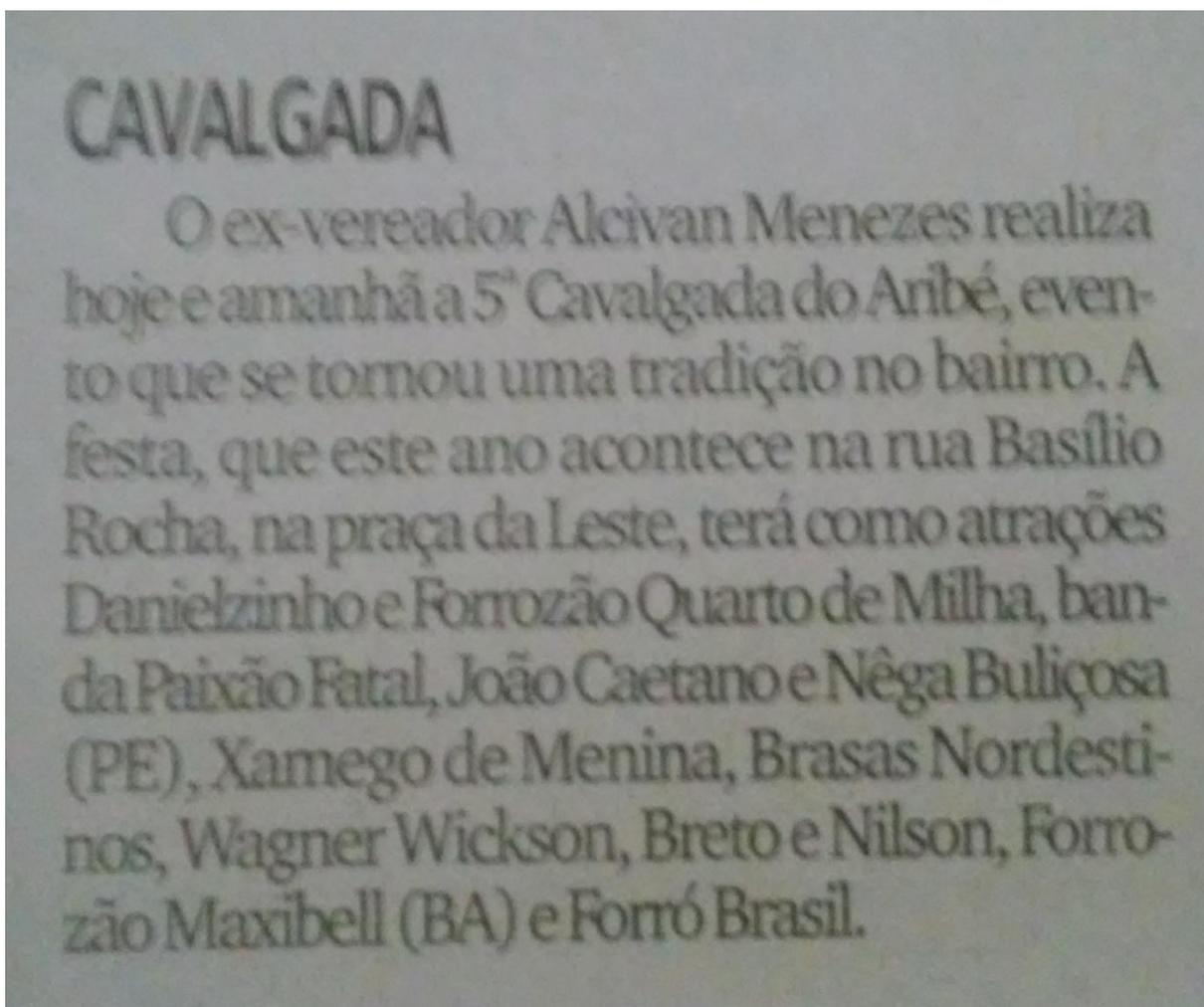


Figura 23 – Nota no jornal anunciando a festa. FONTE: Jornal da Cidade, de 05/06/2004

Ao contrário do que alguém possa imaginar com o incômodo de milhares de cavalos e carroças passando a sua porta, o evento conta com o apoio e incentivo moral de gestos e palmas da maioria dos moradores da localidade, informação confirmada pelo pároco do bairro, Pe. Valdemir. Segundo Menezes: “Acredito que Aracaju é a única capital do Brasil que ainda possua uma cavalgada desse tamanho”⁴⁴.

Um dos empecilhos indicados pelo organizador é a da má vontade por parte do Poder Público, principalmente por parte da Polícia Militar, em disponibilizar a segurança. “Eles [a Polícia Militar] alegam que cavalgada não é para se fazer na cidade. [Que a] cavalgada é para se fazer numa região suburbana, entendeu? Só de mato”⁴⁵. Apenas concordando em fazer a segurança do evento com o pagamento, por parte do Governo Estadual, da GRAE, a Gratificação por Atuação em Eventos, que corresponde a um adicional de 20% do salário de cada policial a cada dia de serviço na festa.

⁴⁴ MENEZES, Alcivan. **Entrevista concedida ao autor**, 07 de outubro de 2015.

⁴⁵ *Ibidem*.



Figura 24 – Fotografia de um trecho dos partícipes da Cavalgada do Aribé, durante a passagem pela Avenida Augusto Franco. FONTE: Acervo de Alcivan Menezes.

Pesquisando sobre a Cavalgada do Aribé descobrimos que na capital sergipana ocorreram também outras cavalgadas, uma que se realizava na Rua João Andrade, entre os bairros Dezoito do Forte e Santo Antônio, e a outra, a dos *Cowboys* Quebrados, no conjunto Tiradentes, no bairro Novo Paraíso. Ou seja, também são eventos cujos locais de realização se encontram fora das zonas privilegiadas financeiramente, acontecem na zona norte e oeste da cidade. Longe dos bairros em que a maioria dos moradores são considerados das classes superiores, embora, ao ouvir os organizadores dos eventos, eles confirmem a presença de indivíduos que habitam na zona sul. Curioso que, apesar da Rua João Andrade e da Praça dos Expedicionários, local de onde parte a Cavalgada do Aribé, estarem em bairros diferentes, a distância entre elas é de cerca de 800 metros apenas.

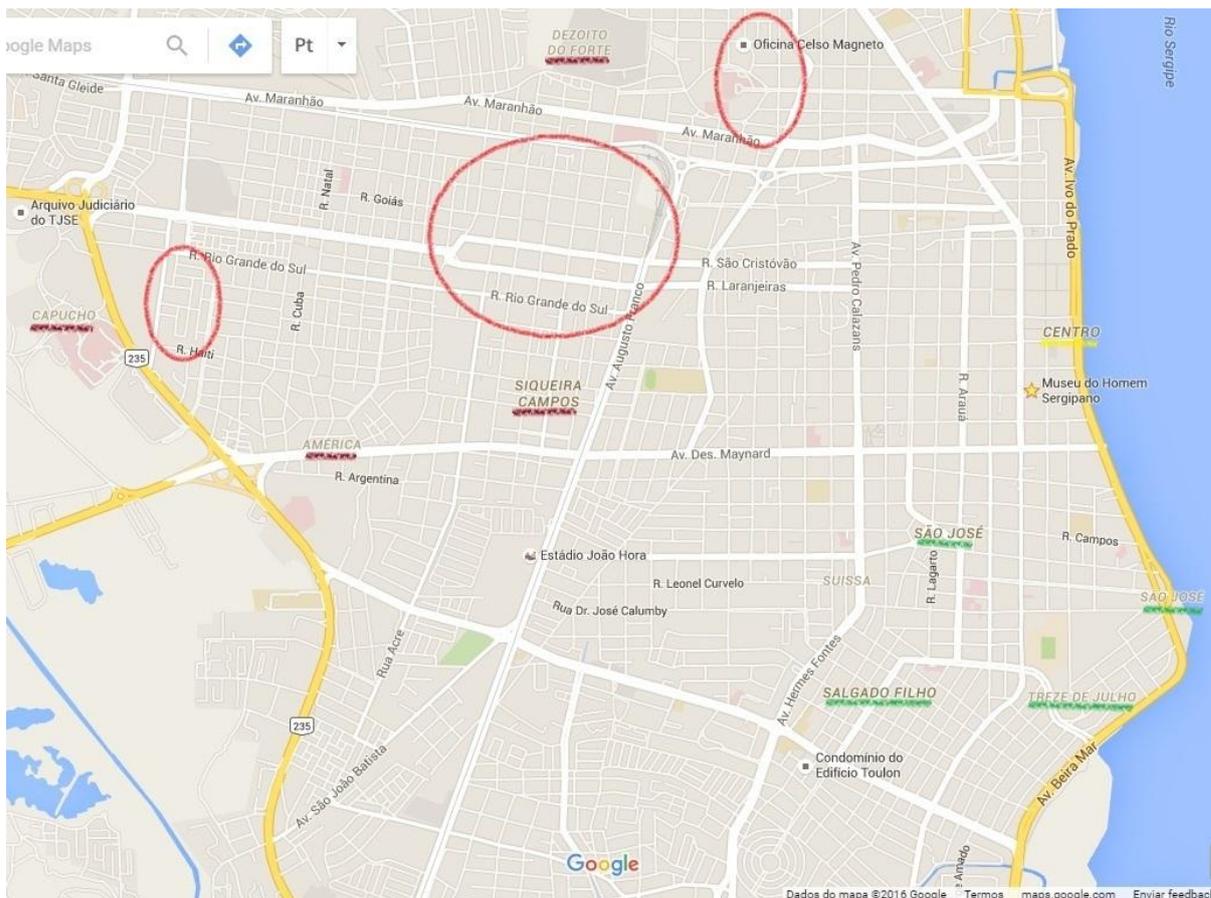


Figura 25 - Mapa de Aracaju situando as cavalgadas citadas, em vermelho; e os bairros, os populares, em bordô, e os privilegiados, em verde. FONTE: GOOGLE. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-10.9143936,-37.0753417,14z?hl=pt-BR>>. Acesso em 04 mai 2016.

A Cavalgada da Rua João Andrade, por exemplo, cuja organizadora também frequenta a do Aribé, foi criada em 2005, sempre na última quinzena de maio, sendo que nas duas primeiras edições ela tinha a concentração no Dezoito do Forte. A partir de 2007 ela teve como percurso, com início e fim na rua que nomeia a cavalgada, as avenidas Maranhão, Simeão Sobral, João Ribeiro, além de ruas do bairro Industrial, com retorno ao Dezoito do Forte. Iniciava-se à tarde com o retorno ao ponto de partida no começo da noite.



Figura 26 – Parte do cortejo da Cavalgada da Rua João Andrade. FONTE: Acervo de Alexandra Arcieri de Melo.

A festa contava com grande participação popular. Segundo Alexandra Arcieri de Melo, organizadora do evento, chegavam pessoas de vários lugares, desde municípios próximos à capital, como São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda, Capela, até vindas de conjuntos residenciais, como Eduardo Gomes, Augusto Franco, Lamarão, Getimana. A animação ficava por conta de cantores e grupos musicais de forró e arrocha, gêneros musicais de grande apelo popular, que se apresentavam em trios elétricos durante o percurso da cavalgada.

O que podemos afirmar, após as entrevistas concedidas, é que ambos os organizadores, os quais, inclusive têm raízes no interior, Alcivan é de Lagarto e Alexandra, que apesar de ser aracajuana, os avôs possuíam um sítio na Estrada da Cabrita, em São Cristóvão, empreenderam esses eventos no intuito de praticar atividades na cidade de Aracaju, as quais tinham o costume e o prazer de realizar na juventude. Os eventos desses “empreendedores culturais” tiveram grande aceitação nas localidades em que ocorrem. Lembremos que a do Aribé chega a ter a participação de dez a doze mil cavalos, e a da Rua João Andrade contava com a presença de duas mil e quinhentas pessoas.



Figura 27 – A participação das carroças na cavalgada. FONTE: Acervo de Alexandra Arcieri de Melo.

Contudo, a Cavalgada da Rua João Andrade acabou se extinguindo em 2012, em razão de que, anos antes, entre 2010 e 2011, as cavalgadas de Aracaju tiveram obstáculos difíceis de serem ultrapassados, sobretudo após as denúncias de alguns moradores das ruas João Andrade e Silvio Romero, que estavam insatisfeitos com a realização da cavalgada na região em que moram.

Segundo o relato dos representantes, o evento vem sendo realizado desde o ano de 2007 em detrimento da “*paz e [d]o sossego*” da comunidade local, uma vez que as ruas do Bairro “*são tomadas por cavalos, carroças, vendedores ambulantes, trios elétricos, carros com som alto*”, gerando incômodos diversos, tais como, acúmulo de lixo nas ruas, mau cheiro e poluição sonora (ARACAJU, 2011, p. 4-5).

Por conseguinte, desencadearam-se ações extrajudiciais envolvendo o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural, e as entidades pertinentes à realização de cavalgadas como a prefeitura, a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), a Polícia Militar e a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA). Não obtendo o objetivo esperado, o MP/SE ajuizou uma ação civil pública contra a Prefeitura Municipal e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), em razão da leniência destas instituições às cavalgadas em Aracaju, requisitando a intervenção do Poder Judiciário na solução da questão. Os motivos dados pelo MP/SE para essa ação foram os seguintes: problemas no trânsito, por causa da

interrupção da livre circulação de pedestres e veículos sem a prévia permissão da autoridade de trânsito; segurança pública, em razão, nas palavras da promotoria, do elevado aparato estatal que os eventos demandam, dessa maneira, prejudicando o resto da população da cidade em função do deslocamento de policiais; poluição ambiental, pois há a ocorrência de lançamento de resíduos sólidos e líquidos, quais sejam latas, garrafas, papéis e dejetos dos animais ao longo do percurso, e poluição sonora ocasionada pelos trios elétricos, buzinas e fogos de artifícios; maus tratos, já que os animais são obrigados a realizar o percurso no asfalto e em horário impróprio, por vezes carregando mais de uma pessoa, sem descanso, água, e ainda sendo submetidos aos ferimentos ocasionados pelo uso das esporas, tudo sem o devido acompanhamento veterinário (ARACAJU, 2011).



Figura 28 – Imagem registrada do trecho da Rua São Cristóvão. FONTE: Acervo de Alcivan Menezes.

A SMTT de Aracaju foi outro órgão que se posicionou contrariamente às cavalgadas. Ele chegou a enviar um ofício ao Ministério Público relatando a preocupação com a realização desses eventos.

É enorme a preocupação desta SMTT/Aju com os inúmeros riscos, transtornos e inconvenientes provocados no trânsito de Aracaju/SE pelas ‘cavalgadas’, eventos privados, concebidos e realizados por pessoas físicas, nas vias públicas da nossa Capital, de maneira completamente dissociada dos critérios de segurança, razoabilidade, conveniência e compatibilidade para com os demais usuários das vias públicas. (...) **Os aspectos aqui demonstrados, ainda que superficialmente,**

deveriam ser suficientes para que tais eventos não fossem autorizados e efetivamente não pudessem ser realizados da forma como vem sendo. Aliás, desde o ano passado a SMTT/Aju, por entendê-los inconvenientes, inseguros e extremamente prejudiciais ao trânsito seguro da nossa cidade, vem negando autorização aos seus promotores, sem, contudo, conseguir sucesso em impedir que os mesmos ocorram. (Ofício nº 127/2010, de 04/03/2010 apud ARACAJU, 2011, p. 5)

Após uma audiência realizada na sede do MP/SE, esta instituição fez a seguinte recomendação:

Para que se matenha a regularidade e a ordem no Município, requisito ao Comando Geral da Polícia Militar que seja na data do evento ou em qualquer outra encaminhe expediente ao Comandante do Policiamento Militar da Capital servindo o ofício do Ministério Público como requisição de diligência a que faz menção ao art. 129 da CF/88 determinando que o segmento competente da PM/SE tome todas as medidas repressivas para impedir a realização da espécie de evento denominada cavalgada ou similar procedendo a apreensão de toda e qualquer espécie de som que exceda os limites legais ou que cause perturbação do sossego. (Ata da audiência realizada em 10/03/2010 apud ARACAJU, 2011, p. 6)

No entanto, mesmo com a recomendação que a Polícia intervisse para a proibição da realização das cavalgadas na capital sergipana e sem as autorizações ambientais e de trânsito, elas continuaram a acontecer.

Ao lermos a ação civil, percebemos uma insatisfação à “contumaz e corriqueira”, nas palavras da petição jurídica, omissão do Poder Público municipal. Dado que ele “... vem autorizando, estimulando e subvencionando esta espécie de evento, como é o caso da denominada ‘*Cavalgada do Aribé*’, ofensivo, como demonstrado, às normas de trânsito, urbanísticas e ambientais.” (Ibid., p. 9).

Outra reclamação foi quanto à questão da discutida inconstitucionalidade da lei nº 3.450 de 2007, aquela que insere a Cavalgada do Aribé no calendário festivo de Aracaju. As razões para isto foram aquelas já mencionadas neste trabalho. Para o órgão ministerial, “... o simples fato de se utilizar de cavalos, jumentos, burros e bois durante as Cavalgadas e eventos similares em meio ao ambiente urbano da cidade de Aracaju, *ipso facto*, já caracteriza a situação de maus-tratos” (Ibid., p. 22-23), logo, torna-se incompatível um dispositivo legal municipal contrariar uma dos artigos da Carta Magna do Brasil.

O pedido do Ministério Público Estadual é, categoricamente, o fim da realização das cavalgadas dentro da zona urbana de Aracaju, sob pena de multa diária no valor de R\$10.000,00 caso haja o descumprimento da ordem judicial.

Contudo, a ação civil pública não surtiu o efeito esperado, pois em 2014 saiu a decisão de primeira instância da juíza Simone de Oliveira Fraga que indeferiu os pedidos do MP/SE.

Em consequência deste resultado, os promotores entraram com recurso que, atualmente, não foi tomada a decisão definitiva. Embora, o parecer do relator do processo na segunda instância, produzido pelo desembargador Osório Ramos Filho, esclarece que a proibição da realização dos eventos dessa natureza sob qualquer hipótese constitui-se em flagrante ofensa à liberdade constitucional de manifestação cultural. Sustenta, ainda, que o ideal seria a permissão para realização das cavalgadas desde que se imponham as devidas condições de segurança, respeitando a preservação ao meio ambiente e as normas de trânsito (SERGIPE, 2015).



Figura 29 – Fotografia da Cavalcada do Aribé próximo à Avenida Augusto Franco. FONTE: Acervo de Alcivan Menezes.

Portanto, percebemos que há mais do que uma disputa entre, de um lado, a tradição e o rural, representados pelos apreciadores da cavalcada, e, de outro, a modernidade e o urbano, simbolizado pelo discurso das entidades reguladoras da ordem pública. Sempre que ocorre esse tipo de conflito, geralmente, o lado que acaba levando vantagem é o novo, o urbano, que procura instituir as ideias reguladoras do processo civilizatório em nome da segurança, do bem-estar, da comodidade. Ora, por que uma procissão, uma maratona ou uma micareta (o carnaval fora de época), por exemplo, também não sofrem com esses empecilhos citados anteriormente? De acordo com o que pudemos verificar na pesquisa, tanto o que nos foi dito pelos entrevistados, quanto o que foi averiguado juridicamente, a razão é o da

incompatibilidade desse “estilo de vida”, como falam os vaqueiros, com o ambiente urbano. No interior de Sergipe ainda é possível de se encontrar algumas cavalgadas, como a de Itaporanga D’Ajuda, a de Nossa Senhora das Dores, a de Nossa Senhora da Glória, a de Carmópolis, a de Santa Rosa de Lima, a de Areia Branca, a de Estância, a de Telha, a de Cumbe, a de São Francisco, a de Simão Dias, a de Capela. Ou seja, independente da localização do município, seja no sertão, agreste ou litoral, ocorrem as cavalgadas em território sergipano. Tendo quase sempre como trajeto, o percurso entre os povoados desses municípios. No entanto, com tais ações disciplinadoras, até agora, a capital dos tabaréus é palco de apenas uma cavalgada, a do Aribé, até o presente momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que os homens sempre vão querer e procurar subterfúgios para se distinguirem dos seus pares, seja pela classe social, pela cor da pele, pela origem ou em razão de uma posse de alguma propriedade material ou simbólica. Isto é inegável. Portanto, o que ocorre na cidade de Aracaju é um recurso utilizado para distinção, proferido de uma suposta posição superior em direção a alguém em posição inferior. Ou seja, o uso do termo tabaréu pelo cidadão contra alguém que, supõe-se, não é possuidor de determinadas características compatíveis com o seu meio.

Essa dicotomia entre estes dois tipos sociais foi baseada no esquema evolutivo rural-urbano, que por sua vez, pertence a uma dicotomia mais abstrata que é a tradicional-moderno, as quais foram fruto das ciências sociais evolucionistas, e replicadas na fase funcionalista. Tal lógica perde todo o significado, pois a partir de então se poderia opor a cidade a alguma outra situação. Talvez até situar a metrópole como estágio posterior ao da cidade, conjuntura que não vai fazer com que o debate se aprofunda.

A capital sergipana, cuja população conta já com seus mais de 600 mil habitantes, levando-se em consideração toda a região metropolitana, foi construída pelos governantes de Sergipe para que a província acompanhasse a modernidade daquele tempo, e tal objetivo, parece que ficou impregnado no espírito dos aracajuanos. Sempre que possível a elite fez questão de esquecer o passado colonial e suas origens interioranas, ou ao menos, de maquiá-lo tal passado; ou ainda, olvidando-o naqueles momentos em que lhe convém e realizando um discurso de futuro.

A disputa entre o tradicional e o moderno se dá em Aracaju em várias situações. O moderno, para mencionar alguns exemplos, aparece no discurso do Poder Público quando ocorre uma melhoria, mesmo que sutil, na urbanização da cidade, como no transporte público ou na abertura de novas vias. Ele também aparece no discurso dos seus habitantes quando estes apelam para que a cidade possua uma determinada instalação física que outras capitais já possuem; ou quando a publicidade de um dado estabelecimento comercial afirma que está “*pari passu* com o que há de mais atual no mundo”. Exemplos disto não faltam, desde o Ponto Chic, ponto de encontro da elite aracajuana dos anos 1920 até o início dos anos 1960 localizado na esquina da Rua João Pessoa com Rua Laranjeiras que, pelo nome já dá a entender que tipo de classe para lá convergia; passando pelo Cacique Chá, que também era um bar e restaurante na Praça Olímpio Campos, mas que oferecia música ao vivo aos seus frequentadores. Este foi o ponto da *high society* na noite aracajuana durante as décadas de

1950 e 1960⁴⁶. Enquanto o tradicional, para citar alguns exemplos, aparece no falar do aracajuano, seja para se queixar ou para elogiar; em alguns pratos da culinária cotidiana; em algum modo de divertimento; ou seja, é quase imperceptível de se notar de tão inseridos no dia a dia do habitante aracajuano. São elas práticas herdadas que quase não são indagadas quanto a sua utilização, sendo passadas despercebidas por alguns.

A ordenação do espaço aracajuano teve como propósito educar os cidadãos a conviverem na nova ordem de que o final do século XIX era portador. Esse elemento pedagógico deveria ensiná-los por onde, quando e como transitar na nova urbe, quais requisitos eles deveriam cumprir para morar, sem mencionar o comportamento a serem executados em Aracaju para serem respeitados. A preocupação com os usos da cidade e a conduta dos habitantes norteou os primeiros dispositivos regulamentares aracajuanos, como a interdição de gritarias, das feiras livres, o uso indevido dos chafarizes e rios, a utilização de indumentárias que não ofenda outras pessoas.

A cidade foi crescendo com o passar do tempo, despertando o interesse de estrangeiros e tabaréus. Com os primeiros vieram também os novos hábitos e costumes, a *Belle Époque* à sergipana, presente em traços tão sutis e, às vezes, quase imperceptíveis. O hábito de pegar bonde para se locomover, comunicar-se através do telefone ou telégrafo, escutar rádio, ir ao cinema, e, também, de se exercitar, embelezar e fortalecer o próprio corpo praticando alguma atividade física. E com os segundos vieram a mão de obra bruta que ajudou no crescimento material da cidade, bem como no seu enriquecimento cultural.

Inicialmente, acreditávamos que além do Siqueira Campos e da Cavalgada do Aribé, outro locus investigativo seria o Santo Antônio e sua festa do dia 13 de junho. No entanto, após a entrevista realizada com moradoras mais antigas do bairro e organizadora da festa, constatamos que, primeiro, no que concerne à formação demográfica do bairro, ele possui uma mescla de gente de geração nascida em Aracaju mesmo e também de pessoas vindas do interior; e segundo, que a festa não tem um caráter prioritariamente rural, mas sim também uma mescla entre as classes populares e mais abastadas, festividade que congrega toda a cidade, e não apenas uma porção dela.

Graças aos recursos minerais de Sergipe, seu crescimento se acelerou ainda mais com a descoberta do ouro negro na cidade de Carmópolis na década de 1960. Isto permitiu um grande desenvolvimento econômico do estado e, por conseguinte, da capital, atraindo para ela, um grande contingente populacional, sobretudo a partir da década de 1970, época que fica

⁴⁶ Para saber mais sobre estes dois estabelecimentos Cf. MELINS, 2007; 2015.

marcada pela instalação da sede regional da Petrobrás. Foram se aglutinando por essas terras gente de outras partes do Brasil e do mundo, sendo cada vez mais comum encontrar não-nativos. Com eles também vieram novos valores culturais que foram acrescentados aos costumes da capital sergipana. Uns se autodeclarando como possuidores de competências práticas urbanas, habituados com o ambiente urbano, sabendo se “comportar” especificamente para cada situação. Enquanto os outros sendo motivo de chacota, achincalhados, pela ausência dessas competências; tendo somente em algumas situações oportunidades de “darem o troco”.

Por isso que retratamos aqui algumas situações cotidianas que ocorrem na capital. Acreditamos que em razão de possuir uma identidade urbana frágil, não obstante estabelecida, os cidadãos que aqui residem, em sua maioria descendente de gente do interior, resistem ainda em assumir esse antepassado e enxergar esse rótulo com indiferença como ocorre em outras localidades onde essa dicotomia capital-interior já passou desse ponto de incômodo.

A inconveniência da presença do tabaréu não foi criada na cidade de Aracaju, mas foi ali o local onde essa importância ainda possui raízes e quem sabe no futuro o aracajuano da terceira ou quarta geração já não se incomode tanto e assumam as suas origens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de M. Em busca de *fräulein*: estudos sobre preceptoras alemãs em Sergipe (1860-1920). **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 40, 2010.

_____. No próximo vapor: uma viagem entre Aracaju e o Rio de Janeiro no século XIX. In: Encontro Regional de História da ANPUH, 16., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400553974_ARQUIVO_Noproximo vapor.pdf>. Acesso em 24 jul 2015.

ALMEIDA, Maria da Glória S. de. Estrutura de produção: a crise de alimentos da província de Sergipe (1855-1856). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 27, 1965-1978.

ARACAJU. Ministério Público Estadual de Sergipe. Ação Civil Pública nº 201110306869. Relator: Promotores Adriana Ribeiro Oliveira; Gilton Feitosa Conceição. Aracaju, 29 ago. 2011.

ARON, Raymond. Estrutura social e estrutura de elite. In: _____. **Estudos sociológicos**. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 19).

BARRETO, Luiz Antônio. **O desmonte do Morro do Bonfim e outras obras**. 2005. Disponível em <<http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=9&titulo=Aracaju150anos>>. Acesso em 14 abr 2015.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996. Tradução de Vera Pereira. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2016.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BONNEWITZ, Patrice. **Premières leçons sur la sociologie de Pierre Bourdieu**. 2. ed. Paris: PUF, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. Da Silveira; Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**: guia sentimental da cidade. Aracaju: Regina, 1948.

CAMPOS, Antônio Carlos. O Estado e o urbano: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 34, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. (Coleção Espírito Crítico).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

CHIANCA, Luciana. **São João na cidade**: ensaios e improvisos sobre a festa junina. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. (Coleção Humanidades).

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. (Versão digital). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=1800&co_midia=2>. Acesso em 01 fev 2015.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DIAS, Givaldo Rosa. **Gonçalo de Faro Rolemberg, tronco basilar da sergipanidade (I)**. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/imprimir/76/6715>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

DOMINGUES, José Maurício. A sociologia da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=53&Itemid=203>. Acesso em 04 jan 2016.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Coleção Debates).

_____. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos & ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Tradução de Sérgio Benevides (inglês); Antonio Carlos dos Santos (alemão); João Carlos Pijnappel (holandês). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FLORIANÓPOLIS (Município). Lei nº 7040, de 18 de maio de 2006. **Institui Medalha “Manezinho da Ilha Aldírio Simões”**. Florianópolis, SC, 25 maio 2006. Disponível em:

<http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2006/lpmf/lei7040_06.doc>. Acesso em: 09 jan. 2016.

_____. Lei nº 6764, de 15 de agosto de 2005. **Institui o Dia Municipal do Manezinho**. Florianópolis, SC, 02 setembro 2005. Disponível em <http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2005/lpmf/lei6764_05.doc>. Acesso em 09 jan. 2016.

FOSTER, George M. What is folk culture? **American Anthropologist**, Arlington, v. 55, n. 2, 1953. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1953.55.2.02a00020/pdf>>. Acesso em 15 dez 2014.

FRANÇA, Vera Lúcia; FALCÓN, Maria Lúcia. (Orgs.). **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. Aracaju: Prefeitura Municipal/SEPLAN, 2005.

FREITAS, Bárbara S. G. Ocupação periférica do Quadrado de Pirro: Aribé (1901-1931). **Revista de Aracaju**, Aracaju, ano LX, n. 10, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. (Coleção Passo-a-passo, vol. 80).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JENKINS, Richard. Culture, status and distinction. In: _____. **Pierre Bourdieu: key sociologists**. Londres: Routledge, 1992.

LACERDA, Lucas Antônio. **A representação da identidade do ‘Manezinho’: entre a arte e a vida**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122681/326632.pdf>>. Acesso em 09 jan 2016.

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DA MATTA, Roberto (Org.). **Edmund Leach**. Tradução de Letícia Maria Antonioli; Roberto Da Matta. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LOWIE, Robert H. Kinship usages. In: _____. **Primitive society**. Nova York: Boni & Liveright, 1920.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Aracaju: “paisagens e fetiches” – abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente**. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em <<http://tede.ufsc.br/teses/PGCN0002-D.pdf>>. Acesso em 02 jul 2015.

MACHADO, Manoel Cabral. Aracaju – minha casa: aspectos da mudança da capital. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 17 mar. 2005.

MATOS, Elmer. Desconcentração produtiva regional no Brasil e inserção de Sergipe: 1970-2005. **Revista Desenhahia**, Salvador, s. v., n. 13, 2010. Disponível em <http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201115387031_Artigo%205.pdf>. Acesso em 05 jan 2015.

MELINS, Murillo. **Aracaju**: pitoresco e lendário. Aracaju/Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2015.

_____. **Aracaju romântica que vi e vivi**: anos 40 e 50. 3. ed. Aracaju: UNIT, 2007.

MELO, Lucas Martins S. **Diversão nunca é demais**: um estudo acerca dos clubes sociais de Aracaju no século XX. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MELO, Ricardo O. de [et. al.]. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 2, 2009. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1133>. Acesso em 05 jan 2015.

MENDOZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, n. 14, p. 440-470, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 abr. 2016.

MONTEIRO LOBATO, José Bento R. **Urupês**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009.

MORAIS, Jaime Magalhães. **Origens do tabaréu**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/origens-do-tabareu/99367/download/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MORAIS FILHO, Alexandre José de M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999. (Coleção Reconquista do Brasil).

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, Ester Fraga C. do; NASCIMENTO, Jorge C. do. **Os camaristas**: contribuição a história do poder legislativo de Aracaju (1855-2012). Aracaju: Criação, 2012.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Adriana D. **Patrimônio arquitetônico e história urbana**: ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

NUNES MENDONÇA, José Antonio. Introdução ao estudo do sergipano. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 25, 1960.

OLIVA, Terezinha Alves de. Aracaju: cidade-síntese. **Folha da Praia**. Aracaju, 17 mar. 1997.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 521-550, Dez. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 Abr. 2016.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Disponível em <http://books.scielo.org/id/z439n/pdf/oliven-9788579820014.pdf>. Acesso em 01 jun 2015.

PARK, Robert E. Human migration and the marginal man. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 33, n. 6, p. 881-893, mai. 1928. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2765982>. Acesso em 18 abr. 2016.

PESAVENTO, Sandra. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo Mundo Nuevos**, Debates, jan. 2007. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso em 25 jul. 2012.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju 1855-1865**: ensaio de evolução urbana. Aracaju: Regina, 1945.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. Apontamentos sobre a relação de brincadeira. In: _____. **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Tradução de Maria João Freire. Lisboa: Edições 70, 1989.

RAFAEL, Ulisses Neves. Cidades e migrações. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, CES, 2009. (Série Cidades e Arquitectura).

RAMÍREZ VELÁSQUEZ, Blanca R. Miradas y posturas frente a la ciudad y el campo. In: ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor (Org.). **Lo urbano-rural**, ¿nuevas expresiones territoriales? Cuernavaca: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Mexico/crim-unam/20100503120801/Lo_urbano_rural.pdf. Acesso em 01 mar 2015.

REZENDE, Maria José de. *Os sertões* e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 13, n. 2, 2001.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil sertanejo. In: _____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (ed. Companhia de Bolso).

ROMERO, Sílvio. **Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1979 (Coleção Dimensões do Brasil; n.14).

SAMPAIO, Marcos Guedes V. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a companhia baiana de navegação a vapor (1839-1894)**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06072007-112143/>>. Acesso em 28 jan. 2016.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 15809, de 25 de abril de 2012. **Institui o Dia Estadual do Manezinho no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 25 abril 2012. Disponível em <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2012/015809-011-0-2012-001.htm>>. Acesso em 09 jan. 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. de. Modernidade e tradição: aspectos de um debate sociológico sempre retomado. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 9, n. 2, 2005.

SANTANA, Cleber de Oliveira. **Ê gente que samba! Práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/17/TDE-2011-10-17T07:37:08Z-11575/Publico/Cleber%20Oliveira%20Santana.pdf>. Acesso em 14 abr 2015.

SANTIAGO, Enoch. O Dr. Inácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju. **Anais Municipais: Revista Semestral da Câmara Municipal de Aracaju**, Aracaju, ano I, n. 1, 2005.

SANTOS, Magno Francisco. Festas do Aracaju: tramas da tradição religiosa em uma cidade moderna (1900-1950). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 1, 2015.

SANTOS, Maria Nely. Aracaju na contramão da “Belle Époque”. **Revista de Aracaju**, Aracaju, ano LIX, n. 9, 2002.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na província de Sergipe (1855-1860)**. Recife, 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

_____. **Práticas e apropriações na construção do urbano na Cidade de Aracaju/SE**. São Cristóvão, SE, 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SANTOS NETO, Alexandre F. **As décimas urbanas de Aracaju, bairro de Santo Antônio e Vila do Socorro: 1873-1880**. 2005. Monografia (Licenciatura) - Curso de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

SANTOS NETO, Amâncio C. À mesa com Adolphine: alimentação de uma família em Sergipe no século XIX. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 40, 2010.

SERGIPE. Assembleia Legislativa. Relatório nº 01, de 02 de julho de 1856. **Relatório Com Que Foi Aberta A 1. Sessão da Undécima Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

_____. Assembleia Legislativa. Relatório nº 01, de 01 de fevereiro de 1857. **Relatório Com Que Foi Aberta A 2. Sessão da Undécima Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1052/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Ementa do processo nº 201500704975. Ministério Público do Estado de Sergipe. EMSURB; Município de Aracaju. Relator: Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho. Aracaju, SE, 03 de novembro de 2015. **Acórdão**. Aracaju, 03 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/tjnet/jurisprudencia/relatorio.wsp?tmp.numprocesso=201500704975&tmp.numacordao=201518707>>. Acesso em 25 abr. 2016.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, José Calazans B. da. Aracaju – contribuição à história da capital de Sergipe. In: _____. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. A cidade de Aracaju e os homens pobres (décadas de 1910 a 1930). **Revista de Aracaju**, Aracaju, ano LXII, n. 11, 2005.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. [s. L.]: [s.n.], [15--]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 216.

SOUZA, Terezinha Oliva de. Coronelismo e oligarquia em Sergipe: a revolta Fausto Cardoso. **Revista de Aracaju**, Aracaju, ano XLIII, n. 8, 1985.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 abr. 2016.

VASCONCELLOS, Barão de; SMITH DE VASCONCELLOS, Barão. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VILAR, José Wellington C. Evolução da paisagem urbana do centro de Aracaju. In: ARAÚJO, Hélio M. de. (Org.) [et al.]. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

_____. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação. In **Revista de Aracaju**. Aracaju, ano LLX, n. 9, 2002.

YATSUDA, Enid. O caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003 (Série Fundamentos).

OUTRAS FONTES DE PESQUISA

FONTES ELETRÔNICAS

DÓLAR hoje. Disponível em: <<http://dolarhoje.com/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GOLD jewelry appraisal tool. Disponível em: <<http://www.gold-quote.net/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

HISTÓRICO das alterações da moeda nacional. Disponível em: <<http://www.oaixa.com.br/passos/passos2.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

JORNAIS DE SERGIPE

Correio Sergipense, 23/05/1855

Jornal do Aracaju, 31/01/1874

Jornal do Aracaju, 28/03/1874

Diário da Manhã, 31/05/1913

Diário da Manhã, 01/07/1913

Correio de Aracaju, 25/07/1926

Correio de Aracaju, 25/06/1938

Correio de Aracaju, 29/05/1945

Correio de Aracaju, 28/06/1945

Correio de Aracaju, 16/03/1955

Correio de Aracaju, 24/03/1962

Correio de Aracaju, 30/03/1962

Diário de Aracaju, 01/09/1969

Gazeta de Sergipe 22/01/1970

Diário de Aracaju, 07/02/1971

Gazeta de Sergipe, 28/12/1987

Gazeta de Sergipe, 01/02/1995

Gazeta de Sergipe, 02/06/2000

Gazeta de Sergipe, 11/06/2002

Jornal da Cidade, 05/06/2004

Jornal da cidade, 17/03/2005

FONTES ESTATÍSTICAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1936. Disponível em <http://ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb_23.pdf>. Acesso em 1 ago. 2012.

IBGE. População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

FONTES ORAIS

COSTA, Zito. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 11 de fevereiro de 2016.

MELO, Alexandra Arcieri de. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 27 de abril de 2016.

MENEZES, Alcivan. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 07 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Tâmara de. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 04 de junho de 2015.

FERNANDES, Ivanira Lemos. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 24 de fevereiro de 2016.

SANTOS, Gildethe. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 24 de fevereiro de 2016.

SANTOS, Pe. Valdemir Vicente A. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju/SE, 28 de abril de 2016.

APÊNDICE – Um caso semelhante ao de Aracaju: o *manezinho* da Ilha de Santa Catarina⁴⁷

A cidade de Florianópolis, tal qual Aracaju, também foi elevada à categoria de cidade e capital de província durante o século XIX. Ambas as capitais receberam as melhorias urbanísticas e arquitetônicas que estavam em voga à época, que culminaram na recepção ao imperador D. Pedro II.

Mas o que nos chama atenção, além das semelhanças já citadas, é o caso de um tipo social que já foi rejeitado, mas que sofreu um momento de virada. É o caso do *manezinho* da ilha, termo este, antes considerado pejorativo e que implicava o rechaço por parte de quem o recebia essa designação, e que depois passa a ser valorizado, sendo inclusive, instituído um dia de homenagens por parte do Poder Público, tanto municipal quanto estadual. Enquanto em Aracaju o *tabaréu* surge envolto de uma disputa entre capital (o urbano) x interior (o rural); em Florianópolis, o *manezinho* aparece no conflito entre a zona pesqueira e a zona urbana.

Na capital barriga-verde, o uso do termo *manezinho* é feito para se referir aos nativos da ilha. O que mais distingue os *manezinhos* dos não-*manezinhos* é o traço linguístico característico facilmente identificado. Trata-se de uma particularidade no linguajar com uma prosódia acelerada e cantada carregado de um léxico próprio que possui propriedades da ascendência açoriana, civilização colonizadora da ilha (LACERDA, 2013).

A conjuntura de Florianópolis é curiosa e diferente da capital sergipana, porque lá houve uma mudança positiva no emprego do termo *manezinho*, o que (pelo menos, ainda) não ocorreu no contexto aracajuano com o *tabaréu*. O *manezinho* deixou de ser um termo ofensivo para ser um termo respeitado e, além disso, valorizado. O nativo quer ser identificado como *manezinho*, o que definitivamente não ocorre na capital sergipana. Geralmente, os aracajuanos fogem dessa pecha, não querem recebê-la de modo algum. Era desta forma que alguém respondia quando era chamado por *manezinho*:

‘Mané é a pinta da mãe!’ Era assim, com um palavrão cabeludo na ponta da língua, que o nosso homem de ‘beira-mar’ respondia às provocações do ilhéu urbano, quando vinha na cidade para um consulta com o doutor Barreto [...] Com o decorrer dos anos, o ilhéu sepultou o termo em seu sentido pejorativo, para assumir a ‘manezice’. (AMANTE apud LACERDA, 2013, p. 15)

⁴⁷ Faço aqui uma menção de agradecimento ao Prof. Dr. Francisco Canella (UDESC) e ao Prof. Dr. Gilson Rambelli (PPGA/UFS) que me despertaram para a situação do *manezinho* em Florianópolis.

A valorização desse tipo social específico florianopolitano é tamanha que foi instituído em 2005 pela Câmara Municipal o Dia Municipal do Manezinho no primeiro sábado do mês de junho (FLORIANÓPOLIS, 2005). Ideia que foi seguida pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2012 formalizando o dia 7 de janeiro como a data estadual da homenagem (SANTA CATARINA, 2012). O poder legislativo municipal ainda oficializou em 2006 a Medalha ‘Manezinho da Ilha Aldirio Simões’ como forma de homenagear os cidadãos nascidos ou criados na capital catarinense. O parágrafo primeiro da lei nº 7.040/2006 institui a frase “Sou Mané, Graças a Deus” no verso da medalha (FLORIANÓPOLIS, 2006).

ANEXO

S a b i n o
Ribeiro & Cia.

Casa fundada em 1885
 Proprietários da Usina «Carahybas»,
 no Município de Santo Amaro,
 — deste Estado. —

Exploração dos Trapiches «Brown»,
 desta cidade e «Bom Gosto»,
 — em Maroim —

Exportadores de: Açúcar, Sal, Cereais
 e outros productos do Estado.

COMMISSARIOS DE XARQUE

Secção de ferragens: Armas, chapas de ferro
 preto e galvanizadas, tubos de aço para caldeira,
 canos de ferro preto e zincado, cimento Muá, en-
 xadas, pis e demais artigos do ramo ferragista.
 Máquinas para lavoura. Materiaes para industria.
 Artigos de electricidade. Louça sanitaria e domestica.
 Agentes da f. is. Aliança da Bahia. The Texas
 Co (S. A.) Navegação Bahiana e varias casas Nacio-
 nales e estrangeiras.
 Correspondentes de diversos Bancos nacionaes
 e estrangeiros Avenida Rio Branco ns. 346 a 360
 — Caixa postal, 9

TELEPHONE 6-9

Aracaju—Sergipe

Figura 30 - Recorte do jornal Correio de Aracaju, de 25/06/1938, de uma propaganda da Sabino Ribeiro & Cia.

SD: NÃO PRECISO DE VOTOS DOS TABAREUS

Um destacado elemento de Porto da Folha, partidário do PSD, em palestra com a nossa reportagem, afirmou, categoricamente, que o sr Seixas Dória, caso continue sua candidatura, terá uma derrota esmagadora naquela cidade. Explicou que, em 1958, quando candidato a deputado federal, ao ver que não tinha seu nome bem aceita entre os próprios correligionários de Porto da Folha, o sr Dória exclamou para um udenista daquele município



«Vocês vctem se quiserem Eu para me eleger não preciso dos votos dos tabareus do Porto da Folha»

Concluindo, o eleitor pessedista, em tom de sinceridade disse que o povo até hoje não está esquecido da groseria do antigo deputado hoje candidato da traição a Governador O povo de Porto da Folha tem justo motivo para se queixar do Dr Dória

Figura 31 - Ninguém quer a pecha de tabaréu. FONTE: Correio de Aracaju, 24/03/1962.

Manoel Pereira Guimarães, presidente da camara municipal,

Faz saber que está em vigor o artigo das posturas que extingue a feira desta capital, cuja disposição é a seguinte :

« Art. 98. — Fica extincta a feira da capital. Aquelles que se agglomerarem nas ruas e praças desta cidade para o fim de venderem ou comprarem pagarão a multa de 60 réis ou soffrerão a pena de prisão por 3 dias.

§ unico — Não consideram-se incursoz n'esta prohibição as pessoas que isoladamente percorrerem as ruas com seus generos ou os forem vender na casa de mercado, submettendo-se ao regulamento do mesmo. »

Esta disposição será cumprida do dia 15 do corrente em diante e para que chegue ao conhecimento de todos manda-se affixar o presente nos lugares do estylo e publicar pela imprensa.

Eu João Belisario Junqueira secretario interino o escrevi.

Manoel Pereira Guimarães.

Figura 32 - A decisão na íntegra da proibição da realização das feiras em Aracaju. FONTE: Jornal do Aracaju, 31/01/1874

Manoel Pereira Guimarães, presidente da camara municipal do Aracaju,

Faz saber que se acha em vigor os artigos de posturas que prohibe a conservação de animaes nas ruas e praças desta cidade, cuja disposição é a seguinte :

Art. 70.—Fica restabelecida a coima de 5\$000 rs. por cada animal vaccum ou cavalhar, que fôr encontrado solto, pastando nas ruas e praças desta cidade, ou mesmo amarrado, ou no campo damnificando as plantações dos lavradores, e que fôr recolhido ao curral do conselho.

Os donos dos animaes coimados pagarão alem disto as despesas com o sustento destes, durante os dias em que estiverem detidos no referido curral.

Art. 71. Os animaes apprehendidos serão conservados no coima até que appareçam seus donos, durante o decurso de 48 horas. Fimdo este prazo, serão aquelles arrematados em praça publica e o seu producto, deduzidas as despesas diversas, com o sustento dos mesmos animaes, praça e a multa, será depositado no cofre municipal para ser entregue ao seu dono quando se apresentar a reclamar-o.

E para que chegue ao conhecimento de todos mandou-se publicar o presente pela imprensa, e allixar-o nos lugares mais publicos da cidade. Eu João Belisario Junqueira, secretario o escrevi em 21 de Fevereiro de 1874.

Figura 33 - O dispositivo legal que proíbe as pastagens dos animais pela cidade a fora. FONTE: Jornal do Aracaju, 28/03/1874

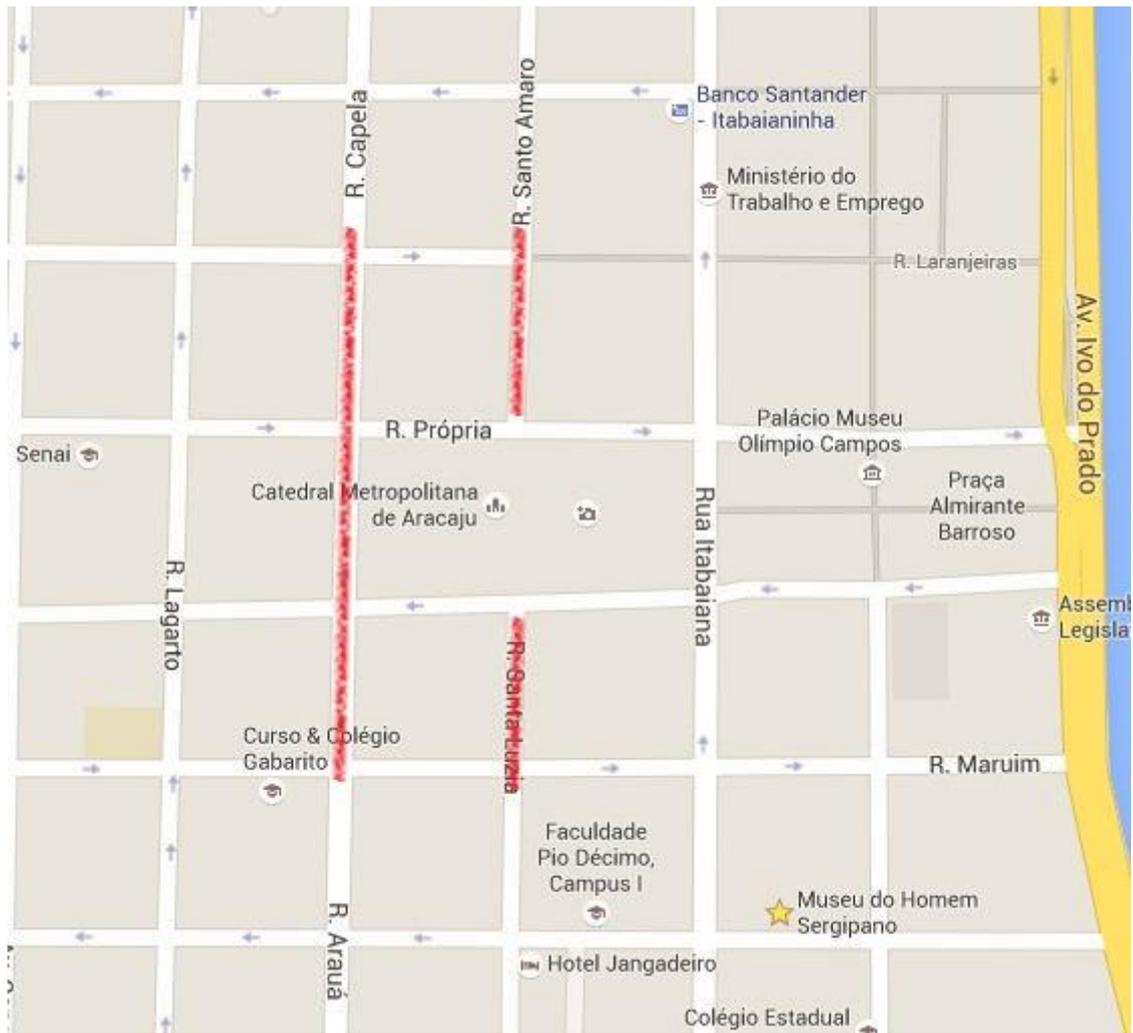


Figura 34 - Mapa da região conhecida como Rua do Egito em destaque. FONTE: GOOGLE. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-10.9132306,-37.0521544,16.67z?hl=pt-BR>>. Acesso em 04 mai 2016.